

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE MESTRADO

FRANKLIN DOUGLAS

MÍDIA ELETRÔNICA, CONTROLE SOCIAL E PODER ECONÔMICO:
particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão

São Luís
2011

FRANKLIN DOUGLAS

MÍDIA ELETRÔNICA, CONTROLE SOCIAL E PODER ECONÔMICO:
particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção de grau de mestre em Políticas Públicas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Marina Maciel Abreu.

São Luís

2011

Douglas, Franklin

Mídia eletrônica, controle social e poder econômico: particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão / Franklin Douglas. São Luís, 2011.

126 f.

Impresso em computador (fotocópia).

Orientadora: Marina Maciel Abreu.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

1. Canais de televisão – Maranhão – Controle social

2. Comunicação – Política I. Título

CDU 316.774:654.195 (812.1)

FRANKLIN DOUGLAS

MÍDIA ELETRÔNICA, CONTROLE SOCIAL E PODER ECONÔMICO:
particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa da
Dissertação de Mestrado, em sessão pública
realizada em / /, considera o candidato
.....

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marina Maciel Abreu (orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Josefa Batista Lopes
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior
Doutor em Comunicação e Semiótica
Universidade Federal do Maranhão

Há 16 anos, dediquei minha monografia de graduação àqueles que não tiveram a oportunidade de chegar à Universidade ou mesmo a mínima chance de alfabetização.

No Maranhão contemporâneo, renovo a atualidade de minha dedicatória.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Dos Anjos, pela educação recebida e dedicação destinada a mim e minhas irmãs (Fabiana e Taciana). Ao Hamilton, pai de minhas primeiras leituras. A vocês e demais familiares, este é mais um passo à frente de todos nós.

À Cris, companheira e amada. Como dizes, essa é mais uma conquista nossa. Por ti, também presto minha homenagem à Dona Socorro, *Seu* Leônidas e a todos e todas da família Lima. E aos “guris” Leônidas e João, meus filhos. Que daqui a alguns anos eu esteja presenciando a defesa das dissertações de vocês.

Aos professores Ferreira Júnior, Josefa e Marina meu agradecimento pela contribuição ao desenvolvimento deste trabalho. Marina, pela paciência de me orientar. Através de Marina e Josefa, meu reconhecimento ao trabalho de todas as integrantes do GSERMS, grupo de pesquisa ao qual me vinculei no curso.

Aos docentes e à equipe de profissionais do PPGPP pelo compromisso com a qualidade do Programa. Ao citar os professores “de fora”, meu reconhecimento aos “da casa” pela interlocução junto a eles, propiciando-nos excelentes aulas: Lúcio Flávio (PUC/SP), Jorge Natal (UFRJ), José Paulo Netto (UFRJ), Marcio Pochmann (Unicamp) e Pierre Salama (Paris Nord).

Aos colegas de turma do Programa, pelos debates enriquecedores.

Ao Emerson Marinho e à Ana Rodrigues, por manter no ar o Rádio Ciência. Por eles, meu reconhecimento à equipe da Rádio Universidade, pública e de qualidade!

Ao Haroldo Saboia, pela amizade que a coerência política nos solidificou.

Ao Jackson Lago e ao Magno Cruz (in memorian). E por eles, a todos os companheiros(as) da luta por um Maranhão Livre. Haveremos de vencer! Por vocês também meu apreço à Igreja que resistiu, ao movimento social que não se desiludiu, ao PT e demais partidos de oposição que não sucumbiram e ao PSOL que teimou em continuar a sonhar.

Ao Dr Celso Abdon e equipe de profissionais do Hospital A. C. Camargo que me ajudaram a vencer a minha maior batalha. Ensinarão-me, como dizia a poetisa, que a vida só é possível se reinventada. Ao citar João de Deus, Dina, Ana e Valdério, Celso Brandão, Selma, Nirka, Amarilis, a injustiça de não registrar a todos, mas por eles meu obrigado aos amigos e amigas em orações.

À bibliotecária Soraia Carvalho pela revisão e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

“A Utopia está lá no horizonte.

*Me aproximo dois passos, ela se afasta
dois passos.*

*Caminho dez passos e o horizonte corre
dez passos.*

*Por mais que eu caminhe, jamais
alcançarei.*

Para que serve a Utopia?

*Serve para isso: para que eu não deixe de
caminhar.”*

*“Acreditamos que, para não ser mudo,
é preciso começar por não ser surdo.”*

Eduardo Galeano

RESUMO

A mídia eletrônica de televisão como instrumento de controle social e poder econômico a partir da análise da disputa pelo direito de retransmissão da TV Globo no Maranhão. Baseando-se no pressuposto teórico marxista da Economia Política da Comunicação e da categoria Controle Social, investiga a relação entre mídia, democracia e poder econômico, tomando como exemplo a maneira como a oligarquia Sarney vem se utilizando da televisão como instrumento de concentração de poder político e econômico, particularmente analisando a tomada da retransmissão da Rede Globo no Maranhão da TV Difusora, de posse da família Bacelar, pela TV Mirante, de propriedade da família Sarney.

Palavras-chave: Televisão. Controle Social. Economia Política da Comunicação. Oligarquia Sarney. TV Difusora.

ABSTRACT

The television's electronic media as an instrument of social control and economic power from the analysis of the dispute the right of retransmission of TV Globo in Maranhão. Relying on the theoretical assumption of marxist Political Economy of Communication and Social Control category, investigates the relationship between media, democracy and economic power, taking as an example how the oligarchy Sarney has been using the television as a tool of political and economic power concentration, particularly considering the making of the retransmission of TV Globo in Maranhão of Difusora, in possession of the family Bacelar, by TV Mirante, ownership of the family Sarney.

Keywords: Television. Social Control. Political Economy of Communication. Oligarchy Sarney. Difusora TV.

LISTA DE SIGLAS

ABC	– American Broadcasting Company
AM	– Amplitude Modulada
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DCE	– Diretório Central dos Estudantes
DIP	– Departamento de Imprensa e Propaganda
EPC	– Economia Política da Comunicação
FETAEMA	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão
FM	– Frequência Modulada
FMI	– Fundo Monetário Internacional
GE	– General Eletric
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MINICOM	– Ministério das Comunicações
MMDS	– Multichannel Multipoint Distribution Service
MPE	– Ministério Público do Estado
MST	– Movimento dos Sem-Terra
NBC	– National Broadcasting Company
OC	– Ondas Curtas
OM	– Ondas Médias
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PDT	– Partido Democrática Trabalhista
PFL	– Partido da Frente Liberal
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRÓ-TV	– Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSD	– Partido Social Democrático
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PT	– Partido dos Trabalhadores
RBS	– Rede Brasil Sul
RCA	– Radio Corporation of America
REI	– Rede de Emissoras Independentes
RTV	– Retransmissora de Televisão
SBT	– Sistema Brasileiro de Televisão
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCE	– Tribunal de Contas do Estado
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
TV	– Televisão
UNE	– União Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Folha de São Paulo (edição de 21/05/2011 – p. A21).....	34
Figura 2 – Programação de inauguração da TV Difusora	76
Figura 3 – A criação das emissoras de TV em São Luís do Maranhão.....	77
Figura 4 – TV Erga Picolino – primeiro televisor portátil fabricado no Brasil	84
Figura 5 – TV Erga Picolino – primeiro televisor portátil fabricado no Brasil	84
Figura 6 – Propriedade e controle das ações da TV Difusora de 1963 a 2011	90
Figura 7 – Despachos da Presidência da República – Ministério das Comunicações - Exposição de motivos nº 964	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONTROLE SOCIAL E ECONOMIA POLITICA DA COMUNICAÇÃO: elementos para pensar a política de concessões de canais de TV no Maranhão	24
2.1	Controle social e comunicação: mídia rica, democracia pobre	25
2.2	Economia Política da Comunicação: “grande mídia, grande negócio!” ...	42
3	A COMUNICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL: expressões no jogo de interesses pela retransmissão da Rede Globo no Maranhão	57
3.1	Sobre a relação entre esfera pública e mídia no exercício do controle social: uma aproximação ao estudo da TV	57
3.2	A captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: a concentração do controle político e do poder econômico	73
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXOS	109

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem o objetivo de analisar como a política de concessões de canais de televisão no Maranhão tem refletido o embate pela demarcação de espaço de poder junto à mídia eletrônica de televisão¹ como instrumento de controle social e político; e a disputa pela emissora de TV como instrumento de poder econômico e acúmulo privado de recursos públicos, a partir do acesso às verbas publicitárias do Governo do Estado do Maranhão.

Para tanto, investiga particularmente o jogo de interesses que se deu em torno do direito de retransmissão da Rede Globo no Maranhão, como exemplo da demarcação de força e posições dos setores da própria classe dominante maranhense, uma vez que setores subalternizados tiveram fraca capacidade de influência no processo de configuração da (tênue) esfera pública maranhense, ainda que tenham se colocado, ao longo dos últimos 20 anos, como sujeitos políticos a serem considerados.

Busca, ainda, na reconstituição histórica desse jogo, demonstrar o processo em torno da posse da TV Difusora, atualmente sob propriedade do grupo de comunicação ligado à família Lobão, mas originariamente pertencente ao grupo de comunicação da família Bacelar. Assim, reconstitui o processo de criação e consolidação da TV Difusora, enfocando em seguida especificamente a transferência de sua propriedade da família Bacelar (1963-1986) para a família Lobão (1991), após sua concessão ter sido controlada pelos ex-governadores Luís Rocha (1982-1986) e Eptácio Cafeteria (1986-1990), e pelo “empresário” Willian Nagem (1986-1991).

No pano de fundo da exposição desse processo, a evidência da forma como a política e os negócios da comunicação maranhense se imbricam fortemente no exemplo da TV Difusora enquanto concessionária da retransmissão da Rede Globo no estado. Controlar a retransmissão da maior rede de televisão no estado foi um verdadeiro jogo de interesse na disputa intra-classe dominante, somente

¹ O termo mídia é empregado no português como palavra no singular significando meios de comunicação de massa. A mídia eletrônica refere-se ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final (audiência ou público) tenha acesso aos conteúdos - de vídeo ou áudio, gravados ou transmitidos em tempo real. A televisão (aberta ou por assinatura), o rádio, o cinema e a internet são tipos distintos de mídia eletrônica.

organizada e resolvida a partir do controle do aparato estatal. A disputa estava estabelecida em diversas ordens de interesse. Em pauta: (a) o fortalecimento do domínio político exercido por um grupo que dirige a política maranhense; (b) a acumulação de riqueza e poder econômico pela mídia eletrônica de televisão no Maranhão; (c) a ocupação de posição na configuração da política sob o que se consolidaria a partir da década de 1990, o “coronelismo eletrônico”; (d) o alinhamento ao principal grupo detentor de poder de mídia eletrônica no País, as organizações Globo.

Ao utilizar o termo “coronelismo eletrônico” entre aspas, estamos problematizando a categoria. Compreendendo que, a partir das reflexões levantadas sobre o conceito, de que não se confunde a realidade expressa pelo coronelismo (do século XIX) – e que se refere a outro sistema político nacional que existiu no País, que é datado historicamente –, o termo não dá conta do que é a realidade que busca retratar: o processo de concentração da posse da mídia eletrônica, a partir dos anos 1990, em poder de poucos proprietários, geralmente políticos – os donos da mídia.

Estamos em bases mais acertadas se tratarmos de clientelismo aplicado à mídia eletrônica ou clientelismo eletrônico, uma melhor caracterização à realidade e propriedade e uso dos meios eletrônicos em debate, dado que o clientelismo, de modo geral, indica um tipo de relação bilateral que envolve a troca de favor, benefícios, isenções, apoio político e votos. Perpassa toda a história política do país.

O clientelismo eletrônico tem afinidade com o mandonismo, que expressa o exercício do poder por estruturas oligárquicas e personalizadas. O mandão – um potentado, chefe, ou coronel – é o indivíduo que, de posse do controle de recurso estratégico, a exemplo da propriedade da terra ou dos meios de comunicação, adquire certa pertença sobre a população do território sob seu domínio que a impede de exercer livremente a política e o comércio. Clientelismo nada tem em comum com coronelismo.

O coronelismo é o termo usado para definir a complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), trazendo consigo características adjuntas como mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), fraude eleitoral e desorganização dos serviços públicos. Abrange todo o sistema político do país, durante a República Velha (1889-1930). Como forma de poder político consiste na figura de uma liderança local, o coronel: a quem cabia a definição das escolhas dos

eleitores em candidatos por ele indicados. Silva e Bastos (1988) resumem assim o conceito:

O coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da montagem de modernas instituições - autonomia estadual, voto universal - sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particularistas (SILVA; BASTOS, 1988, p. 220).

Dessa forma, o clientelismo pode mudar de parceiros, aumentar ou diminuir ao longo da história². “Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo” (CARVALHO, 1997, p. 233). O que caracteriza o clientelismo é o sistema de troca. A posse do veículo a uns (os empresários, donos da mídia) em troca da visibilidade privilegiada ao público a outros (os políticos, que aprovam a concessão de rádio e televisão). Eis o clientelismo eletrônico.

Assim, a partir de vários elementos, prova-se que a transferência da retransmissão da Rede Globo, sob direito da TV Difusora, para a TV Mirante, em 1º de fevereiro de 1991, foi um processo planejado, longo e decidido no núcleo autêntico da família Sarney, a fim de manter-se em confortável situação de controle político e econômico do sistema midiático maranhense.

Dessa forma, anota-se como se deu a transferência do direito de retransmissão da Rede Globo no Maranhão da TV Difusora para a TV Mirante a fim de identificar as raízes do que dá contorno à configuração da posse dos canais de televisão no Maranhão contemporâneo, visto como processo cujo elemento norteador são as políticas de comunicação do Governo Federal.

Isto porque, do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951) – época também da chegada da televisão no País – ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), as formas de concessão de canais de televisão sofreram alterações quase imperceptíveis em seu modelo de funcionamento. Mantiveram-se

² José Murilo de Carvalho, em seu texto “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, registra: “Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos. Os três conceitos, assim concebidos, mantêm uma característica apontada com razão por Raymond Buve (1992) como essencial em uma abordagem histórica: a idéia de diacronia, de processo, de dinamismo” (CARVALHO, 1997, p. 234).

circunscritas aos interesses do ambiente econômico e político sob o qual saíram as diretrizes para sua instalação, desenvolvimento e consolidação.

Em sua primeira fase, a de instalação, a televisão foi consequência do pioneirismo do poderoso empresário das comunicações Assis Chateaubriand, em sua intenção de apropriar-se da mais recente tecnologia de meios de comunicação a fim de fazer dela um novo negócio.

É no período da Ditadura Militar (1964-1985) que a televisão será compreendida como instrumento não só econômico, mas também ideológico-político. No seu projeto de País, o regime dos generais impôs – mesmo contra seus aliados liberais no setor empresarial de comunicação (a exemplo de João Calmon – deputado federal e diretor dos Diários e Emissoras Associados e presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão) – a criação da Rede Globo de Televisão, de Roberto Marinho, sob financiamento estrangeiro e em associação, então inconstitucional, com o grupo americano *Time-Life*. Na Rede Globo, o regime militar via a construção da identidade nacional do Brasil, unificando o território brasileiro pela primeira experiência de televisão em rede que dispunha a construir no País. Estratégia estatal com recursos privados estrangeiros e em associação com o setor privado dócil e integrado ao projeto militar.

O fortalecimento da televisão como veículo de propaganda acompanhou o processo de concentração monopolista verificado em todos os setores da economia. E o surgimento da Rede Globo, como a principal empresa, no setor, atendeu à necessidade de um veículo poderoso de propaganda, privilegiado pelos principais anunciantes, capaz de operar a estimulação do mercado nacional [...] (HERZ, 1989, p. 213).

Essa segunda fase da televisão ainda incorpora outros grupos empresariais (Bandeirantes, Manchete, TVS/SBT), mas o centro da estratégia estava direcionada para a Rede Globo. Nela, o crescente poder de influência e manutenção do comando do País, o controle da oposição democrática e o isolamento da resistência guerrilheira ao regime. As afiliadas da Rede Globo nos estados – e das demais – obedeciam a criterioso processo de escolha a partir do compromisso firmado com essa política. É nesse ambiente autoritário que a televisão brasileira se desenvolve e consolida. Chega, assim, aos anos 1980, intrinsecamente envolvida com a perspectiva sócio-político-cultural dos “donos do poder”.

Na década de 1990, o veículo autonomiza sua lógica de produção específica (sobretudo estética) e auto-legitimação junto à sociedade, mas não se desvincula do projeto de poder que a fez consolidar-se. E ainda, aprofunda seu caráter monopolista e passa para a primeira década do século 21 sob domínio de seis famílias/grupos que concentram a rede nacional de produção e distribuição de produtos midiáticos do veículo: Marinho (Globo), Silvio Santos (SBT), Sirotski (RBS), Saad (Bandeirantes), Igreja Universal (Record) e Marcelo de Carvalho (Rede TV). Nesse período coube:

[...] à televisão brasileira, em especial ao sistema Globo, o papel de popularização [de debates]. Num país de cultura ainda predominantemente oral, é a TV que massifica a agenda, por meio dos recursos de sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso servem os seus programas e formatos, desde o *Jornal Nacional* até as novelas.
[...] Não há nada que se compare a isso nas democracias liberais. Um poder agravado pela incipiência da rede pública de TV no Brasil e sua falta de autonomia em relação ao Estado (KUCINSKI, 1998, p. 28).

É nessa fase recente que a televisão se consolida como veículo de controle social, verdadeiro *locus* de deliberação política [...], oferecido pelos veículos de comunicação de massa³. Mas, evidentemente, ele não é público, e sim privado (COMPARATO, 2000, p. 191), espaço de construção do consenso do projeto dominante e sua legitimação na sociedade. Principal linha de sustentação dos setores hegemônicos, a fração dominante proprietária da mídia eletrônica de TV também recebe em troca a intocabilidade em sua estrutura de poder no que diz respeito a dois eixos fundamentais: legislação e política pública de concessões de novos canais.

Dessa simbiose, nasceu e cresceu o sistema de televisão brasileiro. No Maranhão, esse processo se expressou mais fortemente quando inaugurada, em 09 de novembro de 1963, a TV Difusora, a primeira emissora maranhense de televisão. Ela nasceu perfeitamente incorporada a essa lógica de poder.

³ Compreendemos meios de comunicação de massa como os veículos de ampla capacidade de reprodução de bens culturais. Surgem no contexto da industrialização do capital que leva à transformação das relações de produção e à redistribuição dos papéis culturais (LIMA, 2000, p. 19). Iniciam com a imprensa, passando pelo rádio e pelo cinema, mas têm sua maior expressão no veículo televisão.

A implantação da TV Difusora não surge somente do pioneirismo de seu fundador, Raimundo Bacelar. Na verdade, no contexto de emergência de uma nova fase político-econômica do País, a proliferação da televisão obedeceu à lógica do capital de viabilizar a comercialização de suas mercadorias que estavam, sob a forma de produção fordista, sendo produzidas em massa. O que necessita de consumidores. A TV Difusora surge e se expande sob essa lógica. Sua concessão, no âmbito do império das comunicações de Assis Chateaubriand, é fruto da relação dos negócios da comunicação com a política. Sua consolidação, na fase “populista” (1964-1975), também está sob a lógica do contexto político-histórico de ascensão dos generais ao poder central. Seu vínculo com a emergente Rede Globo de Roberto Marinho, em 1970, foi a consequência esperada do negócio de um agrupamento político que não estava em contradição com a nova casta no poder. Pelo contrário, desvincula-se dos que se opuseram ao golpe militar. Por isso a TV Difusora sobrevive política e se revigora tecnicamente. A fase de “desenvolvimento tecnológico” (1975-1985) é o aprofundamento dessas bases anteriormente dadas.

É, então, na fase de “transição e expansão internacional” da televisão brasileira que podemos caracterizar como a fase principal da TV Difusora, a da disputa pelo seu controle e, em especial, pela retransmissão da Rede Globo no estado. Ante a resistência da família Bacelar em repassar à família Sarney o direito de retransmissão da Rede Globo, restou a implementação de uma estratégia de prazo tão longo quanto possível de esperar: o enfraquecimento político, o endividamento financeiro e, por fim, o cerco aos negócios da família Bacelar.

Muito mais do que uma operação técnica, a transferência do direito de retransmissão da Globo no Maranhão foi um acerto político. Planejado anteriormente à fundação da própria TV Mirante, em 15 de março de 1987. E que se consuma em 1º de fevereiro de 1991, quando Mirante–Sarney e Globo–Marinho passam a ser um só *locus* de poder midiático no Maranhão. Aqui, exemplo de como a rede de clientelismo que configura as comunicações brasileiras passa por distintas formas de associações de interesses, apadrinhamentos e parentescos.

Dessa forma, do início, com Raimundo Bacelar, aos tempos atuais, a televisão maranhense constituiu-se como elemento central do controle político dos setores dominantes maranhense em torno da família Sarney. Tão concentradora quanto as redes nacionais. Cinco famílias e uma única opção política, o sarneismo: Globo/Mirante – família Sarney; SBT/Difusora – família Lobão; Bandeirantes/TV

Maranhense – família Manoel Ribeiro; Rede TV/Cidade – família Vieira da Silva; Record/TV São Luís – família Zildene Falcão. O que se alastra pelo interior do Estado em permissionárias e retransmissoras não foge aos núcleos locais de apoio do sistema central de poder, salvo raras exceções.

Assim, ao desenvolver o movimento analítico que dá corpo a este trabalho, procuramos situá-lo numa perspectiva crítica tomando como base de fundamentação as categorias Controle Social e Economia Política da Comunicação.

No estudo da primeira, resgatamos um variado conjunto de autores que pendularmente vão deslocando a compreensão da categoria controle social em dois sentidos: ora pelo Estado, ora pela esfera civil. Isto para, ao final, situarmos que o controle social engendra-se no sistema do capital pelo viés econômico de seu sociometabolismo, vinculando tal debate ao que tem sido a realidade para as políticas de comunicação.

No Brasil, o controle social almejado pelas organizações diversas (movimentos, partidos, ONG's etc.), fruto da construção de mecanismos de participação garantidos na Constituição de 1988, não alcançou qualquer avanço no tocante a instrumentos democráticos para a gestão das políticas de comunicação. Por exemplo, concessões de canais de TV para fora do bloco de poder dominante inexistem, assim como rádios comunitárias são combatidas e limitadas em sua influência ou mesmo cooptadas. Nessa área, o controle social (do Estado – das classes dominantes – sobre as classes subalternizadas) é rígido: trata-se de um enorme desafio a ser superado na perspectiva de construção de uma nova hegemonia. Nas políticas públicas de comunicação, os setores dominantes foram precisos em definir a estratégia de controle do Capital sobre o Trabalho via Estado, nos marcos dos mecanismos de controle do próprio sistema dominante. Dessa maneira, o uso dos meios de comunicação de massa no Brasil incorporou uma lógica onde o exercício do controle social, componente das relações de hegemonia supondo coerção e força, de um lado, e persuasão em que a ideologia é elemento central, por outro, tem servido para a formação de consenso necessário para a manutenção da ordem instituída (ABREU, 2002, p. 128).

No Brasil, a produção do consenso parece ser antes um processo político que se realiza primeiro na esfera do poder, e só depois busca a esfera pública como processo midiático. Dessa instância superior, o consenso é imposto à mídia e parece determinar o próprio padrão da cobertura jornalística. Por isso, mostra-se ainda mais agressivo nos momentos

decisivos da política doméstica [...]. Nesse e em outros momentos de ameaça de ruptura, o consenso é produzido externamente à mídia e a ela imposto como parte de uma decisão de estado-maior das classes proprietárias (KUCINSKI, 1998, p. 21).

O consenso construído pelos veículos de comunicação de massa expressa o que os detentores do poder, desde sempre e em qualquer contexto social esforçam-se por obter: a submissão voluntária e pacífica, [...] em outras palavras, buscam o reconhecimento social de sua legitimidade⁴ (COMPARATO, 2000, p. 179).

Para Comparato (2000), a legitimidade é sempre, em maior ou menor grau, o resultado de uma técnica de “legitimação”. Onde:

Seja como for, o que se nota com certa regularidade histórica até o século XX é o alargamento progressivo do grupo *intelectuais* (para usarmos a terminologia gramsciana), encarregados de exercer a legitimação da ordem social estabelecida. [...]

[...] os grupos dominantes nos regimes de concentração de poder estatal, bem como a classe empresarial nos países de capitalismo liberal, em vez de contratarem profissionais autônomos para a tarefa de legitimação da ordem estabelecida, passaram a assumir diretamente essa incumbência, pela criação, sob a forma de entidades estatais ou privadas, dos grandes órgãos de comunicação de massa (COMPARATO, 2000, p. 186).

A comunicação, assim, configura-se como um dos mais fortes elementos da desigualdade social existente na atual etapa da luta travada entre as classes em embate político, pois:

A perda do espaço público significa [...] a perda de um espaço reconhecido de ação e opinião, o que significa dizer, a perda da liberdade que exige, para sua efetivação, um espaço politicamente organizado (TELLES, 1999, p. 40).

⁴ A categoria consenso é elemento importante a ser estudado sobre a legitimidade. A legitimidade torna o poder consentido. O que constitui o valor insubstituível da legitimidade do poder é o fato de ela não depender exclusivamente da vontade nem da força daquele que dela é investido (GILES, 1985, p. 11). E ainda: enquanto conceituação material, legitimidade condiz com uma situação, decisão ou comportamento inerente ou não ao poder, cuja especificidade é marcada pelo equilíbrio entre a ação dos indivíduos e os valores sociais, ou seja, a prática da obediência transformada em adesão é assegurada por um consenso valorativo livremente manifestado sem que se faça obrigatório o uso da força. Na tradição política ocidental [...] sempre houve a necessidade de uma legitimidade que estivesse sujeita a critérios de consensualidade, jamais funcionando na absoluta liberdade, em grande parte, foi e tem sido um fenômeno forçado, deformado e manipulado (LEVI apud WOLKMER, 1995, p. 54).

O Estado é um instrumento sob a lógica do capital, ainda que não se constitua no que o marxismo vulgar considerará tão-somente como o “comitê da burguesia”.

Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. [...] em razão dessa determinação recíproca, devemos falar de uma correspondência estreita entre, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

O que se tem na contramão dessa ordem foi resultado de amplo processo de mobilização das classes trabalhadoras. É o que se registra mundo afora, na América Latina e Brasil. O que se tem de esfera pública não-burguesa, que incorporará as demandas levantadas ao debate pelos movimentos sociais, será esta uma conquista da classe trabalhadora frente à característica autoritária das elites, sobretudo as latinas, possibilita-nos essa reflexão Francisco de Oliveira (1999). Para ele, o caso brasileiro é significativo desta lógica latina: “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (OLIVEIRA, 1999, p. 60). Trabalhamos ainda nessa categoria a contribuição dada por Wilson Gomes, que analisa com precisão – dentro da perspectiva habermasiana – a lógica da esfera pública sob interesse público e seus limites propiciados pelo que denomina de comunicação despótica. Para Gomes (2007, p. 186), vinda à tona

Quando um grupo controla o espaço de confronto público, a arena discursiva da política, [onde] o que aí se decide é de interesse público, enquanto concerne a todos os cidadãos, mas a arena, entretanto, não obedece a qualquer regra de publicidade. Em suma, [quando] permitir o controle político particular da comunicação política é tornar privada, particular, a arena política onde se joga o interesse público.

Para o exame da segunda categoria, procuramos historiar as origens e vertentes da Economia Política da Comunicação⁵, posicionando-nos quanto à diferenciação existente entre “economia política da comunicação” e “economia

⁵ Como diversos outros autores, também optamos por, em determinados trechos, utilizarmos a sigla EPC para significar o termo Economia Política da Comunicação.

política e comunicação” (grifo nosso) para, então, situar nosso entendimento acerca da categoria.

O trabalho apresenta, ainda, a delimitação dada por McChesney que resume, em linhas gerais, a duas as dimensões da Economia Política da Comunicação:

A primeira trata do estudo da relação entre mídia e os sistemas de comunicação e a estrutura social mais ampla. A segunda, de forma mais específica, refere-se à análise de como a propriedade, formas de financiamento e as políticas governamentais podem influenciar o comportamento e o conteúdo da mídia (MCCHESNEY apud SERRA, 2006, p. 2).

A partir dessa diferenciação dada, situamos este estudo na interface entre a primeira e a segunda dimensão dos estudos da Economia Política da Comunicação. Pois não é nosso objetivo investigar a propriedade, forma de financiamento e políticas governamentais para entender como se dá o comportamento e o conteúdo da mídia, mas como isto implica no sistema de comunicação e na estrutura social mais ampla. Uma vez que, tal como McChesney (2000, p. 112), compreendemos a Economia Política da Comunicação como uma área que sempre vai ser incômoda a poderosos interesses nas sociedades desiguais.

Mediante os instrumentos de análise proporcionados por essas categorias, constatamos que o consenso construído pelos veículos de comunicação de massa expressa, no Brasil, o que os detentores do poder, desde sempre e em qualquer contexto social esforçam-se por obter: a submissão voluntária e pacífica (COMPARATO, 2000, p. 179).

Assim, como antecipamos, buscamos analisar como a política de concessões de canais de televisão no Maranhão tem refletido tanto (a) o embate pela demarcação de espaço de poder junto à mídia eletrônica de televisão como instrumento de controle social e político, quanto (b) a disputa pela emissora de TV como instrumento de poder econômico e acúmulo privado de recursos públicos a partir do acesso às verbas publicitárias do Governo do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, esclarecemos que não foi objetivo desta pesquisa o estudo de caso sobre a TV Difusora, pois não nos debruçamos por completo e exaustivamente sobre suas origens, particularidades e elementos singulares de seu

histórico e manutenção (financiamento, estrutura, posições assumidas no processo histórico maranhense etc.). Trabalhamos a TV Difusora como elemento de exemplificação da relação mídia x controle x disputa de poder político e econômico.

Para o desenvolvimento deste estudo, o caminho metodológico que escolhemos passou pela opção teórico-metodológica que compreende o real como totalidade concreta, resultado de determinações, mediações e particularidades que se constituem organicamente na realidade social que se desenvolve num processo histórico fundamentalmente marcado pela luta de classes, cuja centralidade, portanto, mantém-se em torno das contradições entre capital e trabalho, e que se reproduz na estrutura da sociedade capitalista e gera tanto o sistema estabelecido quanto sua possibilidade de transformação. Por conseguinte, não é diferente no espaço crescentemente importante que tem se constituído a comunicação de massa, especialmente o veículo eletrônico televisão.

Assim, a investigação localizou-se no campo da teoria formulada por Karl Marx, e os demais referenciais teóricos assumidos passaram por autores que assumem também esta perspectiva. Aos que mantivemos um debate fora dessa tradição, o fizemos pelo elemento problematizador que possibilitaram ao nosso estudo. A escolha dos estudos da Economia Política da Comunicação é conseqüência do esforço de compreensão dentro desta linha de pesquisa.

A exposição do estudo está organizada em dois tópicos pelos quais procuramos expressar as bases históricas e conceituais do objeto de estudo e os procedimentos da pesquisa.

Em “Controle Social e Economia Política da Comunicação: elementos para pensar a política de concessões de canais de TV no Maranhão”, expomos, na situação maranhense, a partir de uma perspectiva teórica fundamental nas categorias em tela, o objeto de estudo propriamente analisado. Para tanto, dividimos esse momento em duas partes: (1) Controle social e Comunicação: mídia rica, democracia pobre e (2) a Economia Política da Comunicação: “grande mídia, grande negócio!”.

No tópico “A Comunicação para o exercício do Controle Social: expressões no jogo de interesses pela retransmissão da Rede Globo no Maranhão”, demonstramos a relação entre comunicação e controle social a partir da compreensão da situação da esfera pública maranhense, por meio de movimento analítico desenvolvido em dois momentos: um, “sobre a relação entre esfera pública

e mídia no exercício do controle social: uma aproximação ao estudo da TV”; e outro, “a captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: a concentração do controle político e do poder econômico”.

Nas considerações finais, realizamos uma condensação do trabalho desenvolvido. Retomamos os objetivos do estudo e analisamos os resultados obtidos ao longo do percurso, além de reafirmamos questões que nos convencemos de sua relevância e apontamos as que consideramos que ficaram em aberto e que, surgida ao longo da pesquisa, deixaram caminhos para novos estudos.

Por fim, no item relativo às referências, relacionamos autores e obras citadas, bem como documentos, matérias jornalísticas e site que nos serviram como fonte de informação.

2 CONTROLE SOCIAL E ECONOMIA POLITICA DA COMUNICAÇÃO:

elementos para pensar a política de concessões de canais de TV no Maranhão

As diversas políticas de comunicação no Brasil sempre foram alvo de disputa econômica e política entre as frações da classe dominante. Com pouca ou quase nenhuma interferência dos setores subalternizados⁶. Foi assim com a introdução do telégrafo elétrico no Brasil de Guilherme de Capanema, Visconde de Mauá a Western and Brazilian Telegraph Co, entre 1852 e 1973, como revela Dantas:

Enquanto Capanema, com os recursos disponíveis, ia realizando sua notável obra, o incansável Visconde de Mauá obteve, em 1872, licença para ligar, por cabo submarino, o Brasil a Portugal e suas colônias. O empreendimento de Mauá fracassou na esteira da sua falência. Sem cobrar nada, ele repassou a concessão para, conforme suas palavras, 'as primeiras influências da praça de Londres, em matéria de cabos submarinos (apud Pareto Neto, 1976:28). Essas 'primeiras influências' organizaram a Telegraph Construction and Maintenance Co., que logo incorporou a concessão dada a Charles Bright – que, obviamente, apenas pretendia ganhar dinheiro intermediando concessões públicas. Em 1872, decreto imperial confirmou à empresa, por sessenta anos, uma concessão exclusiva e, por mais quarenta anos, concessão sem exclusividade. Em 1874, ela transfere os seus direitos para a Western and Brazilian Telegraph Co. que, *desde então e até 1973, controlou amplamente as telecomunicações no Brasil* (DANTAS, 1996, p. 43, grifo nosso).

Da mesma forma também o foi com o desenvolvimento dos sistemas nacionais de comunicação. Como revisa Herz (1989), a dependência externa é a decisiva determinação que as relações internacionais exercem na configuração da comunicação de massa no Brasil. Foi a pressão externa que determinou o perfil empresarial, tecnológico e político para as empresas de comunicação. A dependência externa reflete-se de modo particularmente agudo na organização dos meios de comunicação de massa. E manifesta-se com cristalina evidência na utilização econômica e política das modernas tecnologias de comunicação.

As três fases de desenvolvimento da radiodifusão brasileira são marcadas por esta característica: seja na implantação da tecnologia (primeira fase – 1919 a

⁶ Trabalhamos aqui em acordo com a conceituação de Cardoso (1995, p. 62-63) quanto a condição de subalternidade de segmentos na sociedade capitalista, onde se compreende como sendo “todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder [...]”.

1930), seja na criação do primeiro sistema nacional de comunicações (segunda fase – 1930 a 1945) ou na internacionalização do sistema de comunicações (terceira fase – 1945 a 1987), a partir de onde haverá uma significativa expansão dos meios de comunicação de massa.

Mesmo em situações históricas recentes de efervescente organização da luta das classes subalternas, como no período do governo João Goulart (1961-1964) e na Assembléia Nacional Constituinte (1988), a questão da política de radiodifusão⁷ não se constituiu num impasse político que colocasse em xeque o sistema vigente.

[...] As forças sociais interessadas em moldar as comunicações brasileiras conforme seus interesses estão cumprindo o seu papel – e o fazem, até agora, com eficiência. O que espanta é o completo desinteresse pelo debate por parte de um outro amplo conjunto de setores sociais que teria muitas razões para também reivindicar uma profunda reforma institucional nesse campo, embora num sentido oposto àquele defendido pelas corporações empresariais e seus porta-vozes no Congresso e na imprensa [...]

Também a esquerda aceitou jogar esse jogo. Não conseguindo entender as transformações pela quais passa o mundo – nas quais as comunicações são causa e consequência –, dividiu-se entre uma postura de empedernido conservadorismo e outra de não confessado adesismo ao bloco social hegemônico (DANTAS, 1996, p. 14).

Disto resultou um processo de consolidação do sistema de comunicação brasileiro moldado conforme e, praticamente, tão somente segundo os interesses dos setores dominantes.

2.1 Controle social e comunicação: mídia rica, democracia pobre

Trata-se, pois, de termos no Brasil a configuração de uma verdadeira comunicação excludente e à serviço do projeto hegemônico⁸. Aspecto mais explícito ainda no que toca ao meio eletrônico televisão, como bem observa Kucinski (1998,

⁷ Assim como HERZ (1989, p. 209), definimos política de radiodifusão como o conjunto de princípios explícitos ou implícitos que orientam a normatização do uso das tecnologias e as práticas sociais decorrentes desse uso. Legalmente estão expressos no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62) que prevalece até os dias atuais.

⁸ Um exemplo de controle de classe das concessões está na propriedade do rádio: pouco mais da metade das 3.188 concessões de rádio foram outorgadas a políticos conservadores e **nenhuma foi jamais outorgada a movimentos ou entidades populares** (STANDNIK apud KUCINSKI, 1998, p. 33, grifo nosso).

p. 18): “é por intermédio da TV que as classes B, C, D e E percebem os assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum. Quase todas as residências possuem um aparelho de TV [...]”

Para o autor, sob o regime autoritário (1964-1985), a mídia foi acessória nas tarefas de controle social, exercidas principalmente pela repressão física, silenciamento de vozes dissidentes e expurgo de lideranças populares.

Já, sob a democracia,

[...] dada a ilegitimidade das formas coercitivas de controle, a repressão tornou-se instrumento secundário de controle e **a mídia passou a ser procurada pelas elites dominantes como o meio principal de controle social** (KUCINSKI, 1998, p. 18, grifo nosso).

Como situa Marcos César Alvarez (2004),

Não é uma tarefa promissora, no campo das Ciências Sociais, tentar estabelecer um significado unívoco para determinados conceitos ou noções. [...] com frequência conceitos originalmente elaborados no interior de uma tradição teórica são depois apropriados por outras tradições e reconfigurados de tal modo que o significado original se perde e novas e inesperadas questões surgem sob a mesma denominação (ALVAREZ, 2004, p. 168).

Historicamente, formulações sobre o conceito de controle social remontam a Émile Durkheim. Embora, como observa Alvarez (2004), não seja novidade afirmar que a Sociologia de Durkheim privilegie os problemas relativos à manutenção da ordem social, suas reflexões antecipam as questões relativas ao controle social, ainda que a expressão propriamente dita tenha sido cunhada e desenvolvida pela Sociologia norte-americana – sobretudo do século XX –, onde

[...] o termo passa a ser utilizado para apreender sobretudo os mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade norte-americana (Rothman, 1981). Ao invés de pensar a ordem social como regulada pelo Estado, os pioneiros do tema na Sociologia norte-americana estavam mais interessados em encontrar na própria sociedade as raízes da coesão social. O acento conservador desta perspectiva — e que também já estava presente nas idéias de Durkheim — torna-se evidente: desejava-se entender muito mais as raízes da ordem e da harmonia social do que as condições da transformação e da mudança social (ALVAREZ, 2004, p. 169).

Após a Segunda Guerra Mundial, a relação do Estado com os mecanismos de controle social ganha força nos estudos de Sociologia e História. A coesão social não será mais vista como resultado da solidariedade e da integração

social, mas sim como resultado de práticas de dominação organizadas pelo Estado ou pelas “classes dominantes” (ALVARES, 2004, p. 170).

Neste sentido, o termo controle social passa a ter intrínseca ligação com a concepção de Estado trabalhada pelos seus estudiosos⁹. O Estado moderno, que surge simultâneo ao capitalismo industrial, mantém com este uma relação de complementaridade e reciprocidade dialética que decorre do fato de ambos serem integrantes e indissociáveis de uma forma particular de organização e controle social regida pela ordem burguesa (LIMA, 2002, p. 129). As interpretações sobre esta ordem burguesa serão variadas, tal como as da forma de controle social por ela estabelecida. Assim,

Do ponto de vista teórico e político, o controle social pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Nas sociedades modernas e contemporâneas, este debate está presente sob duas modalidades polares: uma relacionada ao controle que o Estado exerce sobre os cidadãos; outra que diz respeito ao controle que os cidadãos exercem sobre o Estado. Este debate integra o próprio processo de fundação do Estado moderno (CAMPOS, 2006, p. 103).

Dessa forma, Estado e controle social entrelaçam-se em diferentes reflexões: das precursoras ao capitalismo industrial – Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau – às contemporâneas ao seu desenvolvimento e expansão – Karl Marx e Friedrich Engels, Antonio Gramsci, István Mészáros. Matizes interpretativas de um fenômeno complexo, onde:

- a) em Hobbes, o Estado surge como instrumento de controle para limitar a natureza humana, marcada pelos impulsos predadores da competição, desconfiança e busca da glória. O Estado é a garantia eficaz para que os homens não se destruam. “Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do *Deus imortal*, nossa paz e defesa” (HOBBS, 1979, p. 144 apud CAMPOS, 2006, p. 103). Nele, infere-se o controle social como exercido exclusivamente pelo Estado absoluto – sem qualquer controle externo – sobre os membros da sociedade, que se tornam seus “súditos” (CORREIA, 2004, p. 154);

⁹ E, como salienta Maria Valéria da Costa Correia (2004), não só desta relação com a concepção de estado derivará a conceituação de controle social, mas também das concepções (a) de Estado, (b) de sociedade civil e (c) da interpretação da relação estabelecida entre essas esferas. Particularidades sob as quais não nos deteremos diretamente neste texto.

- b) em Locke, pai do liberalismo, o Estado é limitado pelo direito sagrado à propriedade, sob a qual não pode interferir, mas protegê-la através de leis que preservem o direito dos indivíduos (necessariamente proprietários), que controlariam o Estado – poder político limitado pelo poder econômico. Desse autor, tem-se a concepção liberal de controle social: controle sobre o poder político no sentido deste não interferir na economia;
- c) em Rousseau, a partir da máxima “o verdadeiro fundador da sociedade foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”, a propriedade é que corrompe a essência humana, desprovida de egoísmo. Na perspectiva do autor, o controle social é do povo sobre o Estado para a garantia da soberania popular (CORREIA, 2004, p. 154);
- d) em Marx e Engels, as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana. A forma do Estado emerge das relações de produção (CARNOY, 1994). Nessa perspectiva, o controle social é entendido enquanto controle exclusivo do Estado sobre os membros da sociedade com a finalidade de garantir a aceitação da ordem do capital e a sua reprodução (CORREIA, 2004, p. 162);
- e) em Gramsci, sociedade política e sociedade civil compõem o campo temático da tese do Estado Ampliado, desenvolvida em vinculação aos estudos sobre hegemonia (direção intelectual e moral + domínio político) enquanto estratégia revolucionária de superação do capitalismo no ocidente (ABREU, 1999, p. 66). Da posição gramsciana, Correia (2004) identifica o controle social como

[...] movido pela contradição presente na sociedade civil, ora pendendo para a classe dominante, ora para as classes subalternas, a depender da correlação de forças entre essas. O controle social na perspectiva das classes subalternas seria no sentido dessas ocuparem, cada vez mais, espaço na sociedade civil na busca de conquistar mais poder e formar consensos em torno de um projeto de classe contra-hegemônico [sic] (CORREIA, 2004, p. 165).

- f) em Mészáros, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Assim, conforme Lessa (1998), para Mészáros

Se na época de Marx o Estado era o comitê executivo das classes dominantes, hoje ele é uma mediação economicamente indispensável para a reprodução ampliada do capital [...] Nesse sentido preciso, o estado é essencial à própria existência do capital.
[...] Nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manutenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital (LESSA, 1998, p. 143).

Ou seja, como explica o próprio Mészáros:

O Estado não poderia efetivamente controlar, de modo economicamente viável e tranqüilo, a distribuição das mercadorias na sociedade capitalista, quanto mais a distribuição das pessoas em estruturas estáveis de domínio e subordinação (as classes sociais), enfrentando com propriedade as exigências que surgem todos os dias dos diversos ramos (e, além do mais, em constante mutação) da produção. Em vez disso, deve limitar suas atividades às funções mais ou menos diretamente associadas à defesa (e à legitimação) dos *parâmetros estruturais* da ordem socioeconômica estabelecida (MÉSZÁROS, 2004, p. 498).

A partir dessa concepção de Estado, a obra do pensador húngaro István Mészáros merece especial atenção quanto ao estudo sobre o controle social. E, por conseguinte, as implicações que têm vínculos com os estudos das políticas de comunicação.

Mészáros elabora que

[...] o que está em causa não é se produzimos ou *não* sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle, dado que as condições atuais foram produzidas sob o 'férreo controle' do capital que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas (MÉSZÁROS, 1993, p. 28).

E acrescenta:

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o

poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição (MÉSZÁROS, 1993, p. 32).

Mészáros (2002, p. 98) nos demonstra, assim, que “o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados [...]”. E complementa:

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. **É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida** (MÉSZÁROS, 2002, p. 99, grifo nosso).

A sustentação ideológica para o exercício do poder político é a primeira razão de existir da concentrada mídia brasileira sob propriedade de uma classe dominante que a usa para manter-se enquanto tal.

Algo reconhecido publicamente por dois de seus mais destacados representantes, a exemplo do então presidente das organizações Globo, em 1987, empresário Roberto Marinho, ao jornal O Estado de São Paulo:

“Sim, eu uso o poder”, admitiu publicamente o presidente das Organizações Globo [Roberto Marinho] nos primeiros dias de 1987, ano em que ele – associado com o banqueiro Amador Aguiar, dono do maior banco privado nacional – pretende passar a controlar telecomunicações via satélite no Brasil (HERZ, 1989, p. 27, grifo nosso).

E pelo político José Sarney, desde 1955 no centro das decisões do poder, quando assume como suplente o primeiro mandato de deputado federal, em entrevista à Revista Carta Capital de novembro de 2005: “[...] **se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação**” (LÍRIO, 2005, grifo nosso).

O controle da mídia é exercido no País desde a transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. As duas tipografias que funcionaram nesse período – Imprensa Régia (Rio de Janeiro) e a patrocinada pelo Conde dos Arcos (Bahia) – foram controladas por censores régios (MELO, 2006).

O controle político e econômico sobre a radiodifusão brasileira, considerada serviço público, é exercido desde a fundação da primeira rádio do País,

em 1923, no Rio de Janeiro¹⁰. Manteve-se junto às emissoras de rádio durante o período Getúlio Vargas¹¹. Alcançou as primeiras estações de televisão proliferadas no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Aprofundou-se no período da Ditadura Militar (1964-1985). “O governo militar-tecnocrático se envolveu com a televisão, principalmente em relação às questões de propriedade, controle do conteúdo transmitido e apoio financeiro” (MATTOS, 2005, p, 153).

Da Nova República (governo José Sarney, 1985-1990) ao governo Lula da Silva, passando pelos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pouco mudou na relação do Estado brasileiro com as políticas públicas de comunicação. Ele continuou exercendo não apenas um controle direto sobre a mídia eletrônica como também a utilizando para sua legitimação e difusão de sua ideologia. (MATTOS, 2005) – à exceção no período Lula da Silva, em que a mídia torna-se instrumento de desestabilização do governo petista.

Se poder e mídia são duas faces da mesma moeda da política das elites brasileiras, elas não se confundem com governos oriundos de fora de seu círculo íntimo, ainda que não lhe afetem imediata e diretamente em seus interesses específicos. Os donos da mídia pensam estrategicamente, sempre.

Contudo, isto não levou o governo Lula a adotar políticas estruturais democratizantes como contraponto ao embate político recebido da mídia. O que parece ser avanço, não passa de ensaio: a realização da Conferência Nacional de Comunicação, a contra-gosto do empresariado das comunicações, constituiu um avanço, mas suas propostas não foram efetivadas; a descentralização das verbas publicitárias do governo para pequenos e médios veículos, ao invés de sua concentração nas grandes empresas de comunicação foi outro avanço, mas que pode ser revertido por qualquer governo seguinte que discorde desse mecanismo.

¹⁰ A primeira emissora regular foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, por Edgard Roquette-Pinto e um grupo de intelectuais da Academia Brasileira de Ciências. “O grupo liderado por Roquette-Pinto consegue, então, junto ao governo o empréstimo dos transmissores [...]” (FERRARETTO, 2001, p. 96).

¹¹ Getúlio Vargas esteve na Presidência da República por duas vezes: entre 1930 e 1945 (governo provisório – 1930 a 1934; governo constitucional – 1934 a 1937; e no Estado Novo – 1937 a 1945) e entre 1951 e 1954 (eleito pelo voto direto). Em 1939, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo qual manteve rígido controle das comunicações no País. O programa de rádio A Hora do Brasil (hoje, A Voz do Brasil) e a censura foram os principais instrumentos do DIP varguista.

Ou seja, os “avanços” são muito limitados, pontuais e sem repercussão na estrutura de poder dos donos da mídia.

Assim, ao longo do processo histórico do País, temos entre os instrumentos de controle dos veículos de comunicação as pressões políticas e econômicas, a censura, o financiamento via uso de verba publicitária oficial¹², a isenção de impostos, os subsídios através de taxas de juros reduzidas, a concessão de licenças para a exploração de frequências de emissoras de rádio e televisão e a legislação¹³. Controlar a mídia para buscar manter sob controle a sociedade.

A segunda razão de ser da concentrada mídia brasileira é o poder econômico. Com duas nuances: de um lado, no plano nacional, ela é cada vez mais engolida pela lógica do capital. Deixa de ser, sobretudo no início dos anos 2000, tão somente instrumento de controle político-ideológico e apropriação privada de fundos públicos. É submetida às leis do sistema, que cada vez mais se entrelaça mundialmente, também nos negócios da comunicação. Processo de oligopolização e concentração em conglomerados transnacionais.

No plano regional/local, no entanto, ainda se mantém como instrumento de controle e de tomada dos cofres públicos. Especialmente no Norte e Nordeste e, despidoradamente, no Maranhão.

[...] existem estados onde é notória a presença de políticos no controle das comunicações. São frequentemente mencionados: (1) no Norte e Nordeste, os estados da Bahia (grupo de Antonio Carlos Magalhães); Maranhão (grupo de José Sarney); Rio Grande do Norte (grupo de Aluizio Alves); Sergipe (grupos de Albano Franco e de João Alves) [...]; Alagoas (grupo de Collor de Mello); Pernambuco (grupo de Inocêncio Oliveira) [...] (LIMA, 2004, p. 107).

No governo de Roseana Sarney (1995-2002), por exemplo, uma situação emblemática. Em ambos os lados da mesa de negociação, a mesma família nos

¹² Desde o princípio dos anos 1970 o governo tem sido identificado como o maior anunciante individual do Brasil, informa Sérgio Mattos (2005, p. 2).

¹³ “No Brasil, a radiodifusão padece de um inédito vazio regulatório que certamente favorece àqueles atores que preferem a permanência indefinida do *status quo* normativo do setor” (LIMA, 2004, p. 93). O que se tem é ainda fruto do regime militar, salvo a Lei do Cabo e da Radiodifusão Comunitária, conquistada pelo movimento de democratização da comunicação. Entre as leis que o Estado utiliza para controlar o acesso aos veículos por concessões e outorgas, estão: Código Nacional de Telecomunicações (Lei 4.117/1962), Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967), Lei 8.389/1991 que regulamenta o Conselho Nacional de Comunicação, Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), Lei da Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/1998) e Lei 10.610/2002 que regulamentou a Emenda Constitucional 36/2002 sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão. Legislação, contudo, suficiente no que toca ao controle de concessões na radiodifusão.

negócios de comunicação. De um lado, a governadora que autoriza os gastos de verba publicitária do Estado; de outro, o irmão, o empresário Fernando Sarney, que recebia os recursos sob forma serviços prestados pela TV Mirante – de propriedade dos três irmãos: Fernando Sarney, Sarney Filho e Roseana Sarney. Sobre a mesa, 700 mil reais mensais de verba publicitária para o Sistema Mirante.

O montante veio a público por entrevista do então governador José Reinaldo (2002-2007), rompido a partir de julho de 2004 com o grupo pelo qual fez sua carreira política, ao jornal O Imparcial, edição de 21 de março de 2006¹⁴, como registra Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto, em sua tese de doutorado “Estado, mídia e oligarquia: poder político e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão”.

É de Couto (2009) o cálculo que nos evidencia que, num período de nove anos e meio, mais de 79 milhões de reais foram transferidos das contas públicas para as contas particulares do Sistema Mirante:

Somados os oito anos de mandato de Roseana Sarney e José Reinaldo (1995 a 2002) e o ano e meio de mandato de José Reinaldo até o rompimento (janeiro de 2003 a julho de 2004), quando houve a suspensão do pagamento, chega-se à quantia de 79 milhões e 800 mil reais. O cálculo é simples: multiplica-se o valor investido (R\$ 700 mil) pela quantidade de meses do período (114 meses ou 9,5 anos) [...]

Mesmo na hipótese de o valor em todo o período ser equivalente a R\$ 400 mil mensais (menor valor de repasse indicado pela revista Época), as cifras ainda são bastante consideráveis: R\$ 45.600.000,00.

Números mais precisos podem ser alcançados, no entanto, quando se analisa apenas o período dos 12 meses anteriores à suspensão e que o governador garante ter mantido. São 8 milhões e quatrocentos mil reais por ano (COUTO, 2009, p. 184-185).

Couto (2009) revela ainda que esse faturamento do Sistema Mirante, de apenas um cliente, o Governo do Estado, no valor anual de R\$ 8,4 milhões, era maior que a receita da maioria absoluta das empresas maranhenses. Isto porque somente 7,2% delas têm receita anual superior a R\$ 1,2 milhão, de acordo com estudo amostral sobre a faixa de faturamento bruto anual da empresa maranhense, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (COUTO, 2009, p. 185). Com apenas o Governo do Estado, a Mirante fatura o que 93% das empresas do Maranhão não conseguem obter de receita o ano todo!

¹⁴ O conflito entre Sistema Mirante e Governo do Maranhão sob a gestão de José Reinaldo Tavares em torno das verbas publicitárias também foi destacado nas páginas do jornal Folha de São Paulo (edição de 27/11/2005), da Revista Época (edição 470, de 25/05/2007) e de sites nacionais como Observatório da Imprensa e Congresso in Foco.

FOLHA DE S. PAULO BRASÍL domingo, 27 de novembro de 2005 A 21

IMPASSE
TV de Sarney não veicula anúncio do governo do MA

SILVIA FREIRE
DA AGÊNCIA FOLHA

A Rede Mirante de Televisão, afiliada à Rede Globo no Estado do Maranhão, não aceita veicular campanha publicitária do governo estadual em reclusão por dois meses sobre a raiva humana.

O Sistema Mirante de Comunicação, que além da TV controla também rádios AM e FM e o jornal "O Estado do Maranhão", pertence à família do senador José Sarney (PMDB-AP), com quem o governador José Reinaldo Tavares (PSB) sempre politicamente foi muito próximo.

A direção da emissora alega que o governo tem uma dívida com a rede.

O diretor comercial da emissora, Francisco Alexandre Mello Franco, disse que não sabe informar o valor atual da dívida.

Dívida
A negativa para a veiculação da campanha do governo do Maranhão ocorreu há duas semanas.

"O governo não anuncia com a gente há praticamente dois anos por causa de uma pendência financeira. A partir do momento que o governo salda essa dívida, vai ter novamente aberto o crédito", disse o diretor comercial da emissora.

Franco negou que a não-veiculação da mídia seja por motivos políticos. "O [departamento] comercial não se envolve nisso [em questões de política]. Somos uma concessionária pública e não nos envolvemos nisso [política]", disse Franco.

No dia 17, em mais um episódio da briga política entre os dois grupos, a bancada de apoio ao governo não se reuniu. Legistas aprovaram a devolução para poder do Estado da Convenção das Aferências, projeto que abriga atualmente a Fundação José Sarney.

Dívida
A Secretaria de Comunicação do Estado não confirma nem nega a existência da dívida. Segundo a secretária Flávia Regina Pereira de Melo, o débito teria ocorrido antes de ela assumir o cargo, em novembro de 2004.

A secretária disse que solicitou à emissora um detalhamento da dívida para que seja discutida, o que ainda não aconteceu.

"É uma coisa [pública] bem simples. A gente fez um informe de utilidade pública para que, em função desta questão política, não seja cortado o crédito de propaganda política do governo", afirmou Flávia Regina.

A propaganda consiste na transmissão de um texto que destaca as medidas adotadas pelos órgãos estaduais para combater o surto de raiva que atinge o interior do Estado, como vacinação, combate ao mosquito (agente transmissor) e educação sanitária.

As orientações também instruem a população para, em caso de mordida de morcego, lavar o local da lesão e procurar um posto de saúde para receber soro e vacinas contra a raiva.

Desde o início do ano, 24 pessoas morreram no Estado em decorrência da raiva.

De acordo com a secretária, a propaganda está sendo veiculada nas demais emissoras do Maranhão. O diretor comercial da emissora afirma que a Rede Mirante de Televisão tem quatro emissoras no Maranhão e abrange 92% do território do Estado.

DÍVIDA
"O governo não anuncia com a gente há praticamente dois anos, por causa de uma pendência financeira. A partir do momento que o governo salda essa dívida, terá novamente aberto o crédito"
FRANCISCO MELLO FRANCO
diretor comercial da Rede Mirante

ILUSTRADA Vocalista da banda Good Charlotte, dos EUA, em meio à platéia do festival Claro que é Rock, ontem, na Chácara de Jockey, em SP, até o início da noite, já haviam sido vendidos 23 mil ingressos

NOVO CITROËN C3 1.4
UM CARRO COM ESPÍRITO URSINO
2006
A PARTIR DE R\$34.950.

DECELO
CRA DE FOTO ILUSTRADA

A MAIOR NEGOCIAÇÃO DO BRASIL SEM ENTRADA*

REFRIGERADOR 2 PORTAS
DE R\$ 1.199,00
POR: R\$ 1.090,00
À VISTA

REFRIGERADOR 2 PORTAS
R\$ 79,90
TOTAL À VISTA
SEM ENTRADA

REFRIGERADOR 2 PORTAS
R\$ 69,90
TOTAL À VISTA
SEM ENTRADA

REFRIGERADOR 2 PORTAS
R\$ 899,00
PREÇO À VISTA

12X sem juros*
no cartão

CASAS BAHIA
DEDICAÇÃO TOTAL À VOCE

Figura 1: Folha de São Paulo (edição de 21/05/2011 – p. A21). Revela ao país que a disputa entre política e negócios (governo José Reinaldo e Sistema Mirante) impediu até mesmo a veiculação de campanha educativa contra a raiva na TV Mirante. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/>>

Essa é a mídia rica e que enriquece seus donos, ao custo de uma experiência democrática maranhense frágil e pouco participativa, que se reflete, no processo eleitoral, numa quase inexistente alternância no poder, em âmbito estadual, entre as frações da classe dominante¹⁵ ou, muito menos ainda, por setores

¹⁵ Após o governo de José Sarney (1966-1970), o Maranhão teve nove governadores. Três eleitos indiretamente: (1) Pedro Neiva de Santana (1971-1974), (2) Nunes Freire (1975-1978) e (3) João Castelo (1979-1982). Seis eleitos diretamente: (1) Luís Rocha (1983-1986), (2) Epitácio Cafeteira (1987-1990), (3) Edison Lobão (1991-1994), (4) Roseana Sarney (eleita para o mandato de 1995 a 1998; reeleita para o período 1999-2002; de volta ao governo por determinação do TSE entre 2009-2010; eleita para o mandato de 2011-2014), (5) José Reinaldo (2003-2006) e (6) Jackson Lago (2007 a 2009, quando cassado pelo TSE). De todos, somente Jackson Lago se elegeu sem o apoio de José Sarney. Os demais, Sarney apoiou ativamente a eleição, tendo disputa de espaço no bloco

das classes subalternas, à exceção, nos últimos quase 46 anos, ao período compreendido entre 2007 e 2009.¹⁶ Realidade essa que ilustra perfeitamente a observação de Gomes (2007), que acredita ser impensável tomar a comunicação como mais uma indústria que pode ser explorada conforme as conveniências e perspectiva de lucro dos particulares, pois se trata daqueles serviços associados a um interesse público, tal como a educação ou a ciência. Assim:

A idéia de que a informação pode ser empregada conforme a conveniência dos particulares esbarra no fato de que **não há sociedade democrática que não compreenda o efeito do controle da comunicação sobre o controle da sociedade** (GOMES, 2007, p. 181, grifo nosso).

Se “historicamente a esfera civil autoriza quem governa ou quem legisla, conferindo legitimidade democrática à esfera política, mas não exerce poder sobre o Estado nem tem controle sobre quem o exerce” (GOMES, 2007, p. 111), no Maranhão essa é mais que uma regra, é uma máxima sobre a qual se move a política e sua relação específica com a comunicação. Não há qualquer controle da esfera civil sobre as políticas de comunicação e, tampouco, sobre suas verbas publicitárias ou, numa interface com o plano nacional, muito menos com relação às concessões de canais de rádio e televisão distribuídas pelo Governo Federal no Maranhão. O controle político da comunicação tem sido destacado componente para o exercício do controle e manutenção do *status quo* da sociedade maranhense.

Wilson Gomes (2007) elabora que três aspectos foram fundamentais para conter o avanço colonizador da política no interior do território da comunicação nas sociedades contemporâneas com experiência democrática consolidada. São eles:

- a) aceitação e regulamentação jurídica dos princípios da liberdade de imprensa, opinião e expressão – “impede o controle pleno dos conteúdos da esfera da comunicação pela esfera política ou por outras esferas socialmente influentes, como a economia [...]” (GOMES, 2007, p. 172);

dominante durante a Ditadura Militar com Pedro Neiva e Nunes Freire, mas de relações devidamente ajustadas pelos generais do Regime Militar.

¹⁶ Após 40 anos de início do sarneismo na máquina estatal estadual, o breve período da Frente de Libertação no Governo do Maranhão (janeiro de 2006 a abril de 2009) parece ter sido a exceção que confirmou a regra de nenhuma alternância de poder no Estado maranhense.

- b) existência de indústrias da informação, da cultura e do entretenimento associadas à cultura de massa – “representa a independência econômica e legal do universo da comunicação de massa do mundo político e a alteração do seu vínculo proprietário, que agora passa necessariamente por suas audiências.” (GOMES, 2007, p. 172);
- c) consolidação de campos sociais constituídos pelas culturas profissionais dos vários setores da comunicação – que

[...] garante a formação de uma esfera razoavelmente autônoma no interior dos ambientes da comunicação de massa, capaz de estabelecer valores, princípios, deontologias e distinções que orientam as escolhas, rotinas e tudo o mais que compõe as atividades realizadas nesses ambientes (GOMES, 2007, p. 172).

E prossegue:

[...] como a dependência econômica é mãe de todas as outras, quando as instituições que produzem comunicação de massa passam a funcionar como empresas, obedecendo à lógica do seu mercado, descobrem que podem produzir capital econômico e não apenas capital político, que podem oferecer aos seus consumidores informação, cultura e entretenimento independentes, imparciais, objetivos e verdadeiros a prescindir do seu significado para as lutas que se processam na arena política. Nesse caso, o cálculo econômico, que manda prestar atenção no que o consumidor demanda, substitui com vantagem o cálculo político, que mandava levar em consideração as perspectivas de ganho do grupo ou partido político (GOMES, 2007, p. 172).

Mas GOMES (2007) adverte que mesmos nas sociedades com experiência democrática consolidada, atalhos a esses três aspectos são constantes. “E os interesses do campo político são poderosos e persistentes” (GOMES, 2007, p. 173). E acrescenta uma importante consideração metodológica ao seu movimento analítico: “[...] nem sempre o que vale em geral vale com a mesma força para o particular” (GOMES, 2007, p. 174). Exatamente para ressaltar que o fenômeno de propriedade e controle político da comunicação de massa se espraia no Brasil em praticamente quase toda parte, com exceção da chamada grande imprensa e em período muito recente.

Este padrão acompanha lastimavelmente a interiorização da comunicação de massa no Brasil e constitui provavelmente, ao lado da subordinação dos Legislativos pelo Executivo, a nossa grande tragédia democrática.

Se examinarmos as circunstâncias onde esse padrão se estabelece, vamos notar sempre a ausência das três características indicadas acima (GOMES, 2007, p. 175).

Ao lado das inobservâncias dessas características, Gomes (2007) apresenta ainda outras três formas de ingerência e controle político direto sobre a comunicação:

- 1) servidão voluntária – quando os interesses jornalísticos na apuração ou edição “estão submetidos a cálculos de vantagens políticas para o grupo ou partido político a que ideologicamente se filia” (GOMES, 2007, p. 177);
- 2) adesão por convicção e estratégia – quando a estrutura de uma certa organização midiática “ordena e estrutura pauta, apuração e edição para controlar a esfera política, favorecendo os grupos e indivíduos que quer, perseguindo os que o desejam” (GOMES, 2007, p. 177);
- 3) posse privada dos meios para benefício particular – o que implica controle do campo político dos “direitos de emissão rádio e/ou televisão ou possuir jornais para, através desses meios, obter vantagens na arena política” (GOMES, 2007, p. 177).

O Maranhão se apresenta perfeitamente como exemplo dessa análise construída por Wilson Gomes, onde “o controle político sobre a comunicação é da ordem do dia” (GOMES, 2007, p. 178).

Quando se tratam de televisões em rede, temos a brasileiríssima experiência dos telejornais em rede dotados de uma linha editorial em que se privilegia a autonomia do campo jornalístico, enquanto os telejornais locais são, freqüentemente, exclusivamente uma tribuna para se falar bem do grupo político dos proprietários da emissora e falar mal dos seus adversários (GOMES, 2007, p. 179).

Exemplo na situação maranhense foi a cobertura da TV Mirante à “Operação Navalha” da Polícia Federal, de desvio de recursos públicos e corrupção no Governo do Maranhão, nas gestões José Reinaldo Tavares (2003-2006) e Jackson Lago (2007-2009), para a empreiteira Gautama. Destaque, chamadas e flashes constantes, telejornal em horário de grande audiência com quase todo seu

tempo dedicado à operação, na qual aparece o ex-governador José Reinaldo preso e algemado... Já nos escândalos dos “atos secretos” e outras denúncias em torno da ação de José Sarney na presidência do Senado Federal, nenhuma nota ou curta matéria sobre as denúncias...

Nesse caso, retomando Gomes (2007, p. 185):

É antes de tudo evidente que quando particulares interessados no jogo político assumem o controle de pauta, apuração e edição da informação política com o propósito de conceder-se vantagens na arena política, querem dominar acima de tudo e de forma ilegítima a opinião pública e a esfera civil. Não se trata aqui nem de persuasão nem do convencimento, previstos na forma democrática de condução da coisa pública, mas de manipulação e domínio.

A TV Mirante, dessa forma, trata-se de um meio de comunicação assim controlado que se transforma ela mesma em sujeito de sustentação de pretensões políticas e toma parte na disputa em jogo, conforme nos propicia essa análise Gomes (2007, p. 189).

O interesse político que controla a arena se apresenta surdo e irresponsável. Surdo porque apresenta pretensões de validade no campo político e, depois, continua obsessivamente a repeti-las sem considerar as objeções atuais e possíveis dos outros participantes da disputa [...], porque a rigor não aceita uma discussão, apenas deseja falar e falar. Irresponsável porque o participante que controla o meio, nesse caso, furta-se a responder, isto é, a dar razões dos próprios argumentos e escolhas. Essa indisponibilidade à discussão e a desobrigação de dar razões das próprias posições têm um nome clássico: despotismo.

Essa mídia despótica¹⁷ caracteriza, sem dúvida, o comportamento dos veículos de comunicação sob a lógica oligárquica. Nessa lógica, quando não é possível silenciar o outro, faz-se de surdo para ele. E, “compreendendo-se naturalmente que aquilo de que não se fala, não se conhece, portanto, não pode existir como objeto de pensamento ou de discurso” (GOMES, 2007, p. 182), está dada a correlação de forças da disputa política. A balança pende, assim, para o lado de quem controla política e economicamente a mídia: pesa menos o processo

¹⁷ Gomes (2007, p. 195) utiliza o termo “comunicação despótica”, pelo qual, parece-nos, busca definir ao tipo de comunicação que se torna incomunicação. Ou seja, como ele mesmo referencia: surda e sem prestar contas das razões de seus argumentos. Aqui, preferimos o termo “mídia despótica” para singularizar ainda mais precisamente o objeto que estamos nos debruçando, sem a preocupação de tornar esse um conceito universal e para outras realidades.

democrático. Prevalecem os interesses político-econômicos sob os quais se busca sedimentar o consenso ideológico.

Contexto sob o qual acreditamos ser difícil a configuração de uma mídia democrática. Essa mídia só tem condições de emergir se desconectada da lógica do capital, que a subsume. E não traz consigo a prevalência da lógica de mercado sob o interesse da audiência ou a consolidação de uma cultura profissional do campo da comunicação que propicie maior autonomia desse campo social ante o controle político e econômico dos meios de comunicação.

Nesse sentido, afastamo-nos da perspectiva habermasiana de Wilson Gomes. Para ele, a necessidade social da interdição da comunicação despótica advém de, uma vez situada corretamente a contraposição entre público e privado, universal e particular – e não entre autonomia e controle da comunicação –, de três princípios:

- 1) princípio publicidade – “a interdição do impedimento de acesso de qualquer participante do jogo político” (GOMES, 2007, p. 196);
- 2) princípio contraditório – “interdição da *fala absoluta*, da comunicação despótica” (GOMES, 2007, p. 197);
- 3) princípio responsabilidade – tomado não na sua conotação usual, “mas no seu sentido mais rigoroso, como a capacidade de ‘expor a coisa’, isto é, de ‘dar conta’, no sentido de ‘dar razões’, ‘apresentar causas’ ” (GOMES, 2007, p. 197).

Em suma, na perspectiva de Gomes, a prioridade, na comunicação política, ao interesse público, “capaz de produzir uma formação social capaz de corrigir-se constantemente, uma *open society* no sentido popperiano” (GOMES, 2007, p. 197).

Subverter a comunicação despótica não está na consolidação do interesse público. Isso é necessário, mas não é suficiente. O interesse público que subverte a comunicação despótica só emerge mediante uma sociedade democrática construída pela luta social dos silenciados, como analisa Oliveira (1999)¹⁸.

¹⁸ Reflexão que melhor expomos na primeira parte do terceiro item deste trabalho, na página 62, onde dialogamos com a análise do sociólogo brasileiro: “todo o esforço de democratização, de criação de

Consequentemente, de uma radicalização democrática que não sucumba aos vícios da chegada a um aparelho de governo. Mas que conquiste paulatinamente poder, inclusive de impor uma nova cultura midiática democrática.

Essa condição não vem sem forças sociais em conflito e luta. Não decorre da assimilação de princípios de “publicidade”, “contraditório” e “responsabilidade” rumo a uma “arena política eticamente desejável” (GOMES, 2007). A ascensão de uma nova formação social decorre necessariamente da derrocada da velha ordem. Construir a arena política e, ao mesmo tempo, travar nela a disputa política, parece ser um duplo desafio das classes subalternizadas ante o controle do sistema do capital.

Retomamos, assim, a perspectiva de Mészáros acerca do controle social. Como o próprio autor expõe:

[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência. É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço **a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão** (MÉSZÁROS, 2002, p. 97, grifo nosso).

Ou seja, o autor analisa de forma quase definitiva o papel da estrutura de controle construída pelo sistema do capital sobre a humanidade, mas percebe a margem para a superação do próprio sistema.

É nessa paradoxal perda de controle sobre os processos de tomada de decisão que podemos também incluir a mídia brasileira. Ainda que sob controle quase total das concessões, propriedade e financiamento dos veículos, não é possível estabelecer total controle sobre o processo midiático, ainda mais quando sua permanente busca por legitimação está sustentada no discurso do respeito à opinião pública construída na esfera pública. Acrescenta-se a isso a “imposição”, em determinados momentos, em que as classes subalternas obrigam o debate público de temáticas levantadas por sua luta social.

O efetivo estabelecimento do capitalismo, como um sistema mundial economicamente articulado, contribui para a erosão e desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político, historicamente formadas e variáveis de local para local, sem ser capaz de produzir um sistema unificado de controle em escala mundial (MÉSZÁROS, 1993, p. 31).

Assim, retomamos, a expressão controle social tem sido tanto empregada para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado. Concordamos com Correia (2004), também ao acrescentar à análise que:

O controle social poderá acontecer via políticas públicas – que também são consideradas enquanto espaços contraditórios –, pois através dela o Estado controla a sociedade, ao tempo que é controlado por essa ao incorporar suas demandas. [...] Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses desta classe tendo em vista a construção de sua hegemonia (CORREIA, 2004, p. 172).

Perspectiva que percebemos claramente no tocante às políticas públicas de comunicação e, especificamente, na configuração de uma esfera pública democrática para o debate acerca das polêmicas de nosso tempo. No Brasil e no Maranhão, reafirmamos, o que há de democrático no processo participativo das políticas públicas, tem sido uma conquista das classes subalternas.

Nessa perspectiva, nosso exame da especificidade das políticas de comunicação nos leva a compreender, tal como Mézáros, que

[...] a produção em massa de tempo disponível [...] vem acompanhada hoje não apenas por um conhecimento em expansão, mas também por uma consciência mais aguda das contradições inerentes aos fracassos demonstrados na prática, **assim como pelo desenvolvimento de novos modos e meios de comunicação, capazes de uma difusão efetiva das amplas evidências que atestam à emergência daquelas contradições** (MÉSZÁROS, 1993, p. 38, grifo nosso).

Após a emergência de novas mídias, o capital se apropriou de boa parte dos processos de consolidação delas, a exemplo do rádio, no fim século XIX. Embora tenha acontecido isso, o resgate que Mézáros faz acerca do desenvolvimento dos novos modos e meios de comunicação, que podem levar a uma difusão das contradições do sistema apontadas por ele, é fundamental para vermos a luz no fim do túnel.

É essa possibilidade de multiplicar as amplas evidências que propiciem a subversão do espaço de silenciamento das demandas conflitantes com a ordem do capital, levantadas pelas classes dominadas, que torna esses novos modos e meios de comunicação¹⁹ instrumentos da luta política pela democratização da comunicação.

Concomitantemente ao uso deles, deve se manter a reivindicação pela democratização também das mídias estabelecidas, a exemplo de canais de rádio e televisão. Algo que ascenda não da perspectiva totalizante trazida pela lógica sociometabólica do capital, e sob a forma de simulacro, mas da luta política dos setores subalternizados.

Em palavras mais simples e diretas: a democracia politicamente liberal e economicamente capitalista é uma democracia que exclui sistematicamente os pobres em favor dos ricos. Essa verdade quase auto-evidente é, porém, mascarada pelos mecanismos de controle social que o sistema de poder dominante, o dos ricos, engendra para dissimular sua hegemonia (RAMOS, 2005, p.58).

Em síntese, deparamos com a realidade de uma “mídia rica, democracia pobre!”²⁰

2.2 Economia Política da Comunicação: “grande mídia, grande negócio!”

Em seu livro “Simulacro e poder: uma análise da mídia”, Marilena Chaui expõe no que se constituíram os *media*²¹ e, especialmente a mídia eletrônica, contemporaneamente:

¹⁹ Esses novos modos e meios de comunicação surgem quase que a cada dia com as novas mídias digitais. São exemplos: blogs, twitters, Skype, MSN, Orkut, Facebook, You Tube etc.

²⁰ “Rich Media, Poor Democracy”, “mídia rica, democracia pobre” (tradução nossa), trata-se originalmente do título livro de Robert McChesney, um dos autores de referência nos estudos da Economia Política da Comunicação.

²¹ Conforme Chaui (2006, p. 35): “Em latim, ‘meio’ se diz *medium* e, no plural, ‘meios’ se diz *media*. Os primeiros teóricos dos meios de comunicação empregaram a palavra latina *media*. Como eram teóricos de língua inglesa, diziam: *mass media*, isto é, os meios de massa. A pronúncia, em inglês, do latim *media* é ‘mídia’. Quando os teóricos de língua inglesa dizem ‘the media’, estão dizendo: ‘os meios’. Por apropriação da terminologia desses teóricos no Brasil, a palavra ‘mídia’ passou a ser empregada como se fosse uma palavra feminina no singular – ‘a mídia’.”

Do ponto de vista do receptor, o aparelho de rádio e o televisor são eletrodomésticos, como o liquidificador, ou a geladeira. Do ponto de vista do produtor, são centros de poder econômico (tanto porque são empresas privadas como porque são uma mercadoria que transmite e vende outras mercadorias) e centros de poder político ou de controle social e cultural (CHAUI, 2006, p. 44).

Nessas múltiplas possibilidades de investigar a mídia eletrônica, a filósofa brasileira delimita que o centro da questão é decifrar os meios de comunicação como poder, o que concordamos com a autora. Isto porque o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa está focalizado em dois aspectos principais: o econômico e o ideológico. Onde, do ponto de vista econômico,

[...] os meios de comunicação são empresas privadas, mesmo quando, como é o caso do Brasil, rádio e televisão são concessões estatais, pois estas são feitas a empresas privadas; ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital (CHAUI, 2006, p. 73).

E, do ponto de vista ideológico, “as representações ou imagens que constituem a ideologia *aparecem* desprovidas de localização, embora *estejam* precisamente localizadas nos centros emissores da comunicação” (CHAUI, 2006, p. 74).

Essa ideologia, então, analisa Marilena Chauí (2006), emerge contemporaneamente como se fosse o discurso **do social**, invisível, quando antes pretendendo ser discurso **para o social** ou **sobre o social**, personificava-se em autores ou agentes como a burguesia (ideologia burguesa) ou o Estado (ideologia do totalitarismo).²²

Assim, “o poder econômico *aparece* localizado nos proprietários das empresas da indústria de comunicação, mas é o poder ilocalizado do capital” (CHAUI, 2006, p. 74). Ou seja, ainda conforme o raciocínio de nossa autora:

[...] o sujeito do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem grupos e partidos políticos, mas simplesmente (e gigantescamente) o próprio capital [...] os proprietários dos meios de comunicação são suportes do capital (CHAUI, 2006, p. 74).

²² Desse processo, Marilena Chauí vai concluir que “o poder ideológico-político [da mídia] se realiza como produção de simulacros” (CHAUI, 2006, p. 78). Ideia que remete a um outro complexo debate no campo da teoria da comunicação e que, neste trabalho, optamos por não o aprofundar. Embora discordando da conclusão, deixamos registrada, contudo, nossa concordância específica com a premissa da conclusão da autora: contemporaneamente, há a “invisibilidade” do sujeito que efetivamente exerce o poder, o capital.

É dessa perspectiva que nos aproximamos ao debruçar-nos sobre o objeto em estudo neste trabalho. Perspectiva que, à medida que vamos analisando e trilhando o caminho da essência do real em exame, deixa-nos evidente as determinações e esse objeto.

A invisibilidade e ilocalização do poder no capital, seja para o controle político, seja para o controle social e econômico, são o principal elemento ideológico do sistema em sua contemporaneidade, sustentado muitas das vezes pela tergiversação de concepções acadêmicas que proclamam o fim da história sob a predominância do atual modo de produção.

Como lembra Mészáros (2004, p. 59), em “O Poder da Ideologia”, “a verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não [...]”. E demarca:

Prever ‘o fim da ideologia’ ou atribuir uma conotação apenas *negativa* a toda ideologia sempre foi algo totalmente irrealista e continuará sendo por um longo período histórico. É inconcebível que as ideologias ‘murchem’ por si – e, muito menos, que sejam ficticiamente ‘superadas’ no âmbito fechado de construções teóricas pseudocientíficas – enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas. Na verdade, **“proclamar ‘o fim da ideologia’ é em si uma ideologia característica”** (MÉSZÁROS, 2004, p. 109, grifo nosso).

É essa a amálgama ideológica entre poder político e poder econômico configurada pela mídia eletrônica de televisão, sobretudo. Fenômeno esse sob o qual se debruça uma das vertentes da Economia Política da Comunicação, pois, como resume McChesney (2000), em linhas gerais, há duas dimensões nos estudos da EPC.

The scholarly study of the political economy of communication entails two main dimensions. First, it addresses the nature of the relationship between media and communication systems on the one hand and the broader social structure of society. In other words, it examines how media and communication systems and content reinforce, challenge or influence class and social relations. [...] Second, the political economy of communication looks specifically at how ownership, support mechanisms (e. g. advertising) and government policies influence media behavior and content²³ (MCCHESNEY, 2000, p. 110).

²³ O estudo acadêmico da Economia Política da Comunicação implica duas dimensões principais. Uma, aborda a natureza da relação entre a mídia e sistemas de comunicação, por um lado, e a estrutura social mais ampla da sociedade. Em outras palavras, ela examina como meios e sistemas de comunicação e conteúdo reforçam, desafiam ou influenciam classe e relações sociais. [...] Em

Sonia Serra (2006) enumera os processos históricos que mais têm interessado aos estudiosos da Economia Política da Comunicação. Os quais: (a) o crescimento da mídia e sua crescente importância de mediação para a vida contemporânea, (b) extensão do domínio das corporações, (c) a mercantilização da produção cultural e (d) as mudanças no papel de intervenção do Estado e dos governos²⁴. E destaca a autora:

Os estudos na linha da economia política crítica estão permeados por argumentos e propostas com relação a políticas para a organização e regulação dos meios de comunicação que garantam sua contribuição para o exercício pleno dos direitos da cidadania (SERRA, 2006, p. 6).

Para ela, ao ilustrar as vertentes da EPC, esta última – organização e regulação dos meios – aponta, sobretudo, para uma questão principal: “a investigação de como mudanças no conjunto das forças que exercem controle sobre a produção e a distribuição dos bens culturais pode limitar ou liberar a esfera pública” (SERRA, 2006, p. 7).

É nessa vertente que se encontra este estudo. Incluimo-nos na compreensão semelhante a McChesney, de que

The political economy of communication cannot provide a comprehensive explanation of all communication activity, but it can explain certain issues extremely well and it provides a necessary context for most other research questions in communication²⁵ (MCCHESNEY, 2000, p. 110).

De fato, a Economia Política da Comunicação não poderia abarcar toda investigação que busque uma explicação completa de toda a atividade comunicativa.

outra, a Economia Política da Comunicação analisa especificamente como propriedade, mecanismos de sustentação (por exemplo publicidade e propaganda) e as políticas do governo influenciam o comportamento e conteúdo da mídia (MCCHESNEY, 2000, p. 110, tradução nossa).

²⁴ Estela Kurth (2009) também reforça que há entre as vertentes da Economia Política da Comunicação os que se dedicam a compreender a produção e o consumo massivo da cultura. Dentro desta perspectiva teórica, a autora coloca que uns estudiosos dedicaram-se à construção de uma epistemologia, entre os quais ela identifica: Mosco, Dan Schiller, Herb Schiller, Dallas & Smythe, Mattelart, Miège e McChesney. Outros, às análises empíricas dos mercados globais, como Bustamante e Becerra. No Brasil, Bolaño e Brittos têm sido os principais aglutinadores da discussão do papel da EPC na sociedade contemporânea.

²⁵ A Economia Política da Comunicação não pode fornecer uma explicação exaustiva de todas as atividades de comunicação, mas ele pode explicar certas questões extremamente bem e fornece um contexto necessário para a maioria das outras perguntas de pesquisa em comunicação (MCCHESNEY, 2000, p. 110, tradução nossa).

Mas explica determinadas questões extremamente bem e fornece elementos para a maioria das outras questões da comunicação.

Por isso, discordamos da argumentação de Cesare Giuseppe Galvan (2009) quando estabelece uma diferenciação entre “economia política da comunicação” e “economia política e comunicação”. Sustenta ele serem termos distintos (o que concordamos), à medida que o primeiro – economia política – trata-se de uma teoria, enquanto o segundo – comunicação –, um fenômeno (o que discordamos). Ao relacionar “economia política” e “meios de comunicação”, o autor pensa em observar o desenvolvimento entremeado de ambos, e não em “aplicar uma teoria a determinado fenômeno” [sic] (GALVAN, 2009, p. 2). Equivocado o raciocínio.

A “Economia Política” não é uma teoria desenvolvida por Marx e Engels para ser aplicada a fenômenos, tomando-lhes como termos distintos. Explica Néstor Kohan (2004), em “El Capital: historia y método – una introducción”, que esta distinção entre mundo real e mundo conceitual se desenvolve em Marx em termos relativos, nunca absolutos: “Para el autor de *El Capital* no hay una escisión tajante entre mundo real y mundo teórico”²⁶. (KOHAN, 2004, p. 72).

E arremata a partir do que o próprio Marx entende como categoria:

[...] ‘una categoría es una relación social que existe además de en mi cerebro en la realidad’. No está hablando sólo de las categorías teóricas, sino de categorías que expresan relaciones sociales históricas²⁷ (KOHAN, 2004, p. 87).

Nesse sentido, a categoria “Economia Política da Comunicação” expressa sim o que se procura investigar sobre os meios de comunicação subsumidos pela lógica do capital. Separar Economia Política e Comunicação pode ser um procedimento lógico – “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”²⁸ –, mas não está de acordo em termos metodológicos sob a dialética da “Economia Política da Comunicação”, pois uma coisa só é uma coisa a partir da relação que tem

²⁶ Para o autor de *O Capital* não há uma cisão contundente entre mundo real e mundo teórico (KOHAN, 2004, p. 72, tradução nossa).

²⁷ ‘Uma categoria é uma relação social que exista além em meu cérebro na realidade’. Não está falando somente das categorias teóricas, mas de categorias que expressam relações sociais históricas (KOHAN, 2004, p. 87, tradução nossa).

²⁸ Como escreve Sabrina Duran (2009), esta frase é uma grande licença poética numa versão “pop-contemporânea” para o princípio da não-contradição, proposto pelo filósofo grego Parmênides (540-470 a. C.), no estudo filosófico da Metafísica.

estabelecida com a outra parte. Estão intrinsecamente interligados, porque são particularidades de uma totalidade apenas metodologicamente separadas. Expressam uma relação social que existe para além de nosso cérebro, que está na realidade, tal qual lembra Néstor Kohan a metodologia analítica marxiana.

Como explana Vicent Mosco,

Dos definiciones de Economía Política capturan el amplio abanico de acercamientos específicos y generales a la disciplina. En un sentido estricto, economía política es el estudio de las relaciones sociales, particularmente las **relaciones de poder, que mutuamente constituyen la producción, distribución y consumo de recursos, incluidos los recursos de comunicación**²⁹ (MOSCO, 2006, p. 59, grifo nosso).

O autor ressalta que essa definição serve para chamar a atenção especialmente para os negócios da comunicação. Ele apresenta ainda a segunda definição pela qual Economia Política, em termos gerais, constitui-se “el estudio del control y la supervivencia en la vida social”³⁰ (MOSCO, 2006, p. 59), onde destaca:

Control remite específicamente a la organización interna de miembros de un grupo social y al proceso de adaptación al cambio. Supervivencia significa cómo los individuos producen lo que es necesario para la continuidad y reproducción social. **En esta lectura, los procesos de control son, en términos generales, políticos, en el sentido de que constituyen la organización social de las relaciones dentro de una comunidad**³¹ (MOSCO, 2006, p. 59, grifo nosso).

Atentando ao que grifamos nessa citação, percebemos como fica evidente que toda a articulação de interesses do grupo de comunicação da família Sarney, em tomar para si o direito de retransmissão da líder nacional das redes de TV (Globo) no Maranhão, significa, política e historicamente, sinalizar que é a esse grupo específico, e não sequer a seus parceiros/subgrupos, a quem cabe, tanto do ponto de vista político quanto econômico, a organização dos negócios da

²⁹ Duas definições da Economia Política capturam o amplo leque de aproximações específicas e gerais à disciplina. Em um sentido estrito, a economia política é o estudo das relações sociais, particularmente as *relações de poder, que constituem mutuamente a produção, a distribuição e o consumo dos recursos, incluindo os recursos de comunicação* (MOSCO, 2006, p. 59, tradução nossa).

³⁰ O estudo do controle e a sobrevivência na vida social (MOSCO, 2006, p. 59, tradução nossa).

³¹ O controle remete especificamente à organização interna dos membros de um grupo social e ao processo de adaptação à mudança. Sobrevivência significa como os indivíduos produzem o que é necessário para a continuidade e a reprodução social. Nesta leitura, os processos do controle são, em termos gerais, políticos, no sentido de que constituem a organização social das relações dentro de uma comunidade (MOSCO, 2006, p. 59, tradução nossa).

comunicação no Estado/estado³². Ao que, ressaltamos, há uma mera divisão metodológica do econômico e do político aqui. Ambos explicam o processo histórico em análise. Onde um é indissociável do outro, sobretudo para entendermos a economia política da comunicação maranhense.

Pela EPC, portanto, temos como formular as questões corretas que nos levem ao universo de respostas desembaçadas acerca da realidade midiática maranhense.

É como orienta Mosco (2006, p. 60), “el economista político pregunta: ¿cómo están relacionados el poder y la riqueza? ¿Cómo influncian éstos nuestro sistema de medios masivos, información y entretenimiento?”³³. E como define McCherney (2000, p 112): “the political economy of communication is an area that will always be discomforting to powerful interests in inegalitarian societies”.³⁴

A Economia Política da Comunicação se afirma como disciplina³⁵ que inter-relaciona a chamada Economia Política, surgida no século XVIII com o intuito de compreender o modo de produção capitalista, e o aparecimento das indústrias de mídia, no século XX, mormente a partir dos anos 1960.

A Economia Política

[...] ha ubicado consecuentemente en un primer plano el objetivo de entender el cambio social y la transformación *histórica*. Para los economistas políticos clásicos del siglo dieciocho y principios del diecinueve, individuos como Adam Smith, David Ricardo y John Stuart Mill, ello significó entender la gran revolución capitalista, la vasta agitación social que transformó las sociedades basadas principalmente en el trabajo agrícola en sociedades comerciales, manufactureras y, finalmente, industriales. Para Karl Marx, significó examinar las fuerzas dinámicas dentro del capitalismo y la relación entre capitalismo y otras formas de organización político-económicas, para entender el proceso de cambio social que conduciría en última instancia, según afirmó, del capitalismo al socialismo³⁶ (MOSCO, 2006, p. 59).

³² Estado, com “e” maiúsculo, aparelho burocrático de classe; estado, com “e” minúsculo, unidade geográfica da federação. O uso dos dois termos aqui intenciona evidenciar o duplo papel dirigente e organizacional a que atribui a si o núcleo familiar Sarney na estrutura midiática maranhense.

³³ O economista político pergunta: como estão relacionados o poder e a riqueza? Como isto influencia nosso sistema de meios massivos de informação e entretenimento? (MOSCO, 2006, p. 60, tradução nossa).

³⁴ A Economia Política da Comunicação é uma área que sempre vai ser incômoda a poderosos interesses nas sociedades desiguais (MCCHERNEY, 2000, p 112, tradução nossa).

³⁵ Para Alain Herscovici (2003, p. 2) a disciplina Economia Política da Comunicação é relativamente recente e nasce das falhas e das limitações que as diferentes ciências apresentavam para analisar as atividades da cultura, informação e comunicação.

³⁶ Localizou conseqüentemente em um primeiro plano o objetivo de compreender a mudança social e a transformação *histórica*. Para os economistas políticos clássicos do século dezoito e princípios de dezenove, individuos como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, isso significou compreender a grande revolução capitalista, a vasta agitação social que transformou as sociedades

E as indústrias de mídia revelando-se como importante setor econômico sob o qual também passam a recair as atenções e investigações da sociedade contemporânea sob o modo de produção do capital.

As comunicações não somente expressam como organizam o movimento de globalização. Elas organizam o movimento multiplicando e estruturando as interconexões através de redes. Elas expressam o movimento e as direções do imaginário que flui através dessas conexões comunicativas. Em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina comunicativa. Aquilo que as teorias do poder e da modernidade foram forçadas a considerar transcendentais, isto é, externo às forças produtivas e sociais, aqui é constituído dentro, imanente às relações produtivas e sociais. A mediação é absolvida dentro da máquina produtiva. A síntese do espaço social é fixada no espaço das comunicações. É por isso que as indústrias de comunicações assumiram uma posição central [...] (HARDT; NEGRI, 2000, p. 32 apud FONSECA, 2005, p. 14).

De maneira que

Los economistas políticos contemporáneos, ocupando varias posiciones heterodoxas distintas de aquella que se ha convertido en la corriente económica dominante, continúan la tradición de la economía política clásica de considerar el cambio social y la transformación, centrándose ahora en áreas tales como la transición de una economía industrial a una de servicios o informacional. El estudio de los medios masivos y las tecnologías de la comunicación juega un rol importante en esta investigación, porque las industrias que abarcan estos campos de estudio son fuerzas muy importantes en la creación de la economía actual³⁷ (MOSCO, 2006, p. 60).

“La Economía Política contemporánea tiende a favorecer puntos de partida filosófico-morales que promueven la extensión de la democracia a todos los aspectos de la vida social”³⁸, contextualiza Vicent Mosco (2006). Para ele, esta

baseadas principalmente no trabalho agrícola em sociedades comerciais, manufatureiras e, finalmente, industriais. Para Karl Marx, significou examinar as forças dinâmicas dentro do capitalismo e da relação entre capitalismo e outras formas de organização político-econômicas, para compreender o processo da mudança social que conduziria em última instância, segundo afirmou, do capitalismo ao socialismo (MOSCO, 2006, p. 59, tradução nossa).

³⁷ Os economistas políticos contemporâneos, ocupando várias posições heterodoxas diferentes daquela que se converteu na corrente econômica dominante, continuam a tradição da economia política clássica de considerar a mudança social e a transformação, centrado-se agora nas áreas tais como a transição de uma economia industrial a uma de serviços ou informacional. O estudo de meios massivos e das tecnologias da comunicação joga um papel importante nesta investigação, porque as indústrias que incluem esses campos do estudo são forças muito importantes na criação da economia atual (MOSCO, 2006, p. 60, tradução nossa).

³⁸ A economia política contemporânea tende a favorecer pontos de partida filosófico-morais que promovem a extensão da democracia a todos os aspectos da vida social (MOSCO, 2006, p. 60, tradução nossa).

compreensão estende a democracia para além da política *strictu sensu*, mas também ao acesso à educação, aos mundos da economia, garantia de direitos e participação plena na produção cultural “y una garantia del derecho a comunicarse libremente”³⁹ (MOSCO, 2006, p. 60).

Na análise da situação maranhense, o silenciar do outro tem sido a ação permanente do grupo hegemônico. Não legitima suas ações políticas pelo livre debate de ideias, mas pelo cerceamento do debate. Sobretudo aos atores que emergem a partir dos movimentos sociais.

Fica clara a importância que crescentemente vai adquirindo a Economia Política da Comunicação para o estudo dessa realidade midiática contemporânea, seja em seus aspectos gerais (seu processo de mundialização), seja particulares (estágio no Brasil, por exemplo) ou singulares (a situação maranhense, aqui em estudo). Como expõe um dos mais destacados pensadores dessa perspectiva teórica no País, César Bolaño:

O problema de que trata a EPC é o da extensão da lógica capitalista para o terreno da Comunicação e da Cultura. A incorporação de instrumentos teóricos da Crítica da Economia Política não decorre, como deve ter ficado claro, de uma preferência pessoal do autor, mas de necessidades intrínsecas à própria realidade em exame. A Comunicação não é um simples objeto que pode (ou deve) ser estudado por diferentes ângulos, cada um deles ligado a um corpo teórico completo, auto-referido e exterior ao campo, mas o operador de uma construção nova, que se apropria dos elementos conceituais externos que se façam necessários. Ora, isto só será possível a partir de um eixo central, como poderia ser a Cibernética ou como pode ser, na hipótese aqui defendida, a Economia Política da Comunicação (BOLAÑO, 2005, p. 11).

Embora não-hegemônica, a EPC busca investigar a certas características da atual estrutura do capitalismo, onde a comunicação e a informação desempenham papel crucial no desenvolvimento econômico, certifica Bolaño (2005, p.11), resumindo: “No campo da Comunicação, nessas condições, a EPC se apresenta como uma poderosa alternativa para a constituição de um paradigma geral, numa perspectiva herdeira da Crítica da Economia Política”.

É por ela que nos fica demonstrado, raciocina Bolaño (2004), como na televisão, por exemplo,

³⁹ E uma garantia do direito a se comunicar livremente (MOSCO, 2006, p. 60, tradução nossa).

O trabalho do artista, do técnico ou do jornalista é um trabalho concreto que produz uma mercadoria concreta para satisfazer uma necessidade humana concreta. Mas, para criar essa mercadoria (o programa, o periódico, a película) esses profissionais gastam energia física e imaginação, em uma palavra, realizam trabalho humano abstrato. A subordinação dos trabalhos concretos às necessidades de valorização do capital os transforma em trabalho abstrato. Mas o trabalho cultural é distinto porque cria não uma, mas duas mercadorias [o objeto cultural, tangível ou intangível, e a audiência] (BOLAÑO, 2004, p. 68).

Trabalho esse que se constitui componente fundamental da engrenagem das indústrias de mídias,

[...] cuja incontrolável aceleração tecnológica põe em xeque o que conhecemos por vida social, [...] onde pensar o ambiente midiático implica também reconhecer a indústria da comunicação como máquina tecnocultural que reverbera a organização global dominante (MORAES, 1998, p. 9).

É essa indústria que mobiliza enorme volume de produção de mercadorias e produtos midiáticos, recursos publicitários e audiências, onde, em indicadores específicos à mídia eletrônica televisão, temos:

- 1) diariamente, 150 horas de desenhos animados, seriados e filmes veiculados no Brasil por canais de televisão por assinatura, onde cinco corporações norte-americanas (Disney, Time Warner, News, Viacom, Discovery Communications) são responsáveis por 95% das programações (MORAES, 1998, p. 18) e a televisão brasileira possui a maior produtora de programas do mundo, a Globo – que “gera 4.420 horas de novelas, minisséries, especiais, shows, humorismo, musicais, eventos e jornalismo, além de exibir 2.210 longas-metragens” (MORAES, 1998, p. 116).

A TV Globo tem ainda o maior percentual de produção de conteúdo nacional entre as redes de TV (70% na média e 100% no horário nobre) e gasta cerca de 50% do que fatura apenas com produção (o que inclui engenharia, salários de artistas e profissionais da área técnica, direitos esportivos, direitos sobre filmes entre outros) (RAMOS; SANTOS, 2007, p. 289).

- 2) o Brasil como o sexto mercado mundial quanto a investimento publicitário televisivo, abaixo apenas de Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Itália e Alemanha, mas liderando o ranking quando o

aspecto é a concentração de verba publicitária na televisão, que abocanha 61,9% das verbas (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 57). “O mercado de TV aberta, em 2004, foi de R\$ 8,2 bilhões. No ano de 2005, esse número aumentou para R\$ 9,5 bilhões” (RAMOS; SANTOS, 2007, p. 286). As duas maiores redes de televisão (Globo e SBT) mobilizaram R\$ 4,2 bilhões e R\$ 578 milhões, respectivamente, em receita publicitária, em 2004. O volume de recursos movimentados pelas redes de televisão também se expressa pelo tamanho de suas dívidas, em dados de 2004-2005: Rede Globo – 1,3 bilhão de dólares, para um faturamento em torno de R\$ 5 bilhões; SBT – R\$ 31 milhões, para lucro de R\$ 3,3 milhões; Bandeirantes – prejuízos de 20 milhões de dólares ao ano. Não há dados sobre a Rede TV e a Record não tem dívidas, devido ao financiamento pela Igreja Universal do Reino de Deus (RAMOS; SANTOS, 2007, p. 289).

- 3) a televisão como “[...] um dos meios de maior capilaridade junto à população. De acordo com o mais recente levantamento do PNAD, do IBGE (2005), hoje 91,4% dos lares brasileiros têm televisão”. (RAMOS; SANTOS, 2007, p. 287) Percentual menor apenas em relação aos lares com fogão, e superior aos lares com rádio. Considerando a renovação natural (a cada 10 anos) da planta de aparelhos, é crescente a venda de TV’s. Em 2005, foram 9,8 milhões de aparelhos vendidos. Há no país cerca de 50 milhões de domicílios. Mas a cobertura é ainda maior. A Rede Globo chega a 99,59% dos lares e 98,3% dos 5.564 municípios brasileiros, com média de audiência em torno de 56%. Em segundo, segue o SBT, com 97,34% de lares alcançados, 87,5% dos municípios e 21% de audiência (RAMOS; SANTOS, 2007).

Isso num quadro de alta concentração nas outorgas de geração e retransmissão das emissoras de televisão, como demonstram César Bolaño e Valério Britus (2005):

A distribuição das outorgas de TV aberta pelas quatro maiores redes brasileiras era, em fevereiro de 2005, a seguinte: **Rede Globo** – 5 geradoras próprias, 96 geradoras filiadas, 19 retransmissoras próprias e 1.405 retransmissoras afiliadas; **Rede Bandeirantes** – 10 geradoras próprias, 23 geradoras afiliadas, 191 retransmissoras próprias e 234 retransmissoras afiliadas; **SBT** – 10 geradoras próprias, 37 geradoras afiliadas, 1749 retransmissoras próprias e 639 retransmissoras afiliadas; e **Rede Record** – 18 geradoras próprias, 18 geradoras afiliadas, 322 retransmissoras próprias e 216 retransmissoras afiliadas (BOLAÑO; BRITTOS, 2005, p. 85).

Dados que pouco se alteram no estudo de Murilo César Ramos e Suzy dos Santos (2007), apontando a distribuição seguinte: (a) Rede Globo – 92 geradoras, 1369 retransmissoras; (b) SBT – 46 geradoras, 669 retransmissoras; (c) Rede TV – 30 geradoras próprias, 481 retransmissoras; (d) Rede Record – 36 geradoras próprias, 409 retransmissoras; (e) Rede Bandeirantes – 11 geradoras, 167 retransmissoras.

Se, de 1937 aos anos 1950, o rádio liderou absoluto a distribuição das verbas de mídia por veículo, a partir da década de 1960, a televisão começa a tomar o seu lugar. De 1962, quando respondia por 24,7% da distribuição da verba de mídia – enquanto o rádio já caíra para 23,6% –, para 2009, a televisão passou a concentrar 59% da verba publicitária – enquanto o rádio recuou até os 4%. Ao longo de quase cinco décadas, a televisão tem sido o veículo que mais se beneficiou dos investimentos publicitários. Ela transformou-se no meio publicitário mais poderoso do país e no favorito das agências de publicidade, devido ao grande potencial de audiência que atinge tanto a população alfabetizada como a analfabeta. (MATTOS, 2002)

No Brasil, o governo se tornou o maior anunciante individual, nos níveis federal, estadual e municipal (MATTOS, 2002, p. 74). O Governo Federal é o maior anunciante do País. As verbas publicitárias de todos os órgãos ligados ao governo federal superam o total de R\$ 1 bilhão ao ano. Desse total, 70% são investidos por empresas estatais. Os ministérios e autarquias respondem por 20% da verba publicitária federal. O orçamento da Secretaria de Comunicação do Governo Federal é de cerca de R\$ 105 milhões (MARTINS, 2009, p. A3). O Governo do Maranhão, de 1992 a 2001, saltou de R\$ 5 milhões para mais de R\$ 14 milhões investidos em comunicação, conforme o Orçamento e o Balanço anual do Estado (COUTO, 2009, p. 170).

Em 2008, o ranking de agências e anunciantes, elaborado pelo grupo Meio & Mensagem, mostra que o volume total de investimentos feitos em

publicidade foi R\$ 29,4 bilhões, um aumento de quase 13% em relação a 2007. Casas Bahia (R\$ 1,2 bilhão), Unilever (R\$ 787 milhões), Ambev (R\$ 286 milhões), Ford (R\$ 265 milhões) e Fiat (R\$ 250 milhões) mantiveram inalteradas as posições dos cinco maiores anunciantes privados no País, entre 2007 e 2008. No governo, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Banco do Brasil continuam como os maiores anunciantes. Entre as agências de publicidade, os grandes grupos internacionais seguiram ocupando as primeiras posições. São eles: Young&Rubicam, JWThompson e AlmapBBDO. (BARROS, 2009, p. B2)

A televisão absorve a maior parte dos investimentos publicitários para os produtos mais anunciados no Brasil. “Além da influência que os anunciantes e a agências de publicidade exercem sobre os meios de massa, os produtos anunciados na televisão tendem a influir nos padrões de consumo” (MATTOS, 2002, p. 76). Eis aqui um outro vínculo intrínseco entre a mídia eletrônica de televisão e o modo de produção atual, como anota Denis de Moraes, em seu livro “Planeta Mídia”:

Em meio à articulação planetária do poder, os sistemas infotelecomunicacionais afiguram-se como molas propulsoras de um modo de produção que se ancora na economia da informação. A informação tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital (MORAES, 1998, p. 50).

Que Bolaño, em palavras sem necessidade de retoque, destrincha:

Tomemos, por exemplo, o caso da televisão. É a atenção dos indivíduos que será negociada no mercado pelo burocrata da estação ou da *network*. A atenção pode ser mensurada em termos de tempo (de exposição dos indivíduos à programação e não o contrário), uma unidade de medida perfeitamente homogênea, ao gosto dos economistas neoclássicos, mas deve ser sempre referida a uma quantidade (indivíduos ou domicílios) e a qualidade da audiência, de acordo com classificações socioeconômicas pré-definidas, o que indica que deve ter um valor de uso para o anunciante.

À emissora o que interessa é o valor de troca da audiência. Não é o indivíduo concreto, com sua consciência e seus desejos, que ela vende aos anunciantes, mas uma quantidade, determinada em termos de medidas de audiência, de homens e mulheres, de consumidores potenciais cujas características individuais só podem ser definidas em termos de médias. É a um indivíduo médio, a um ser humano abstrato, que todas as medidas de audiência se referem. Mas é ao ser humano concreto, à sua consciência e aos seus desejos que a publicidade se dirige. A ele se dirigem todos os esforços de comunicação dos anunciantes, do governo, dos políticos. Há, portanto, uma divergência incontornável entre estes últimos e as redes, que se manifesta em todas as discussões sobre a segmentação, sobre a média ideal de audiência, em suma, sobre todos os elementos postos na mesa de negociação em que se defrontam os vendedores e compradores da mercadoria audiência.

Os compradores da audiência são precisamente os vendedores de mercadorias e serviços, as autoridades, os políticos, numa palavra, todos aqueles que necessitam comunicar-se com o público. O programa cumpre sua função social quando é consumido pelo público. Nesse momento deixa de ser mercadoria para tornar-se puro valor de uso. É útil para o consumidor porque lhe oferece emoções, diversão, *relax*. Mas é útil também para os compradores da audiência porque lhes permite comunicar-se com os indivíduos consumidores concretos⁴⁰ (BOLAÑO, 2004, 68, grifos nosso).

Como elabora Moraes (1998),

O que se vê escamoteado pela ideologia da globalização são as relações assimétricas de poder, traduzidas, por exemplo, nas distorções que atravessam o campo comunicacional. A inegável multiplicação das ofertas culturais em curso encontra-se, em maior ou menor grau, sob a tutela de oligopólios de enunciação e difusão, favorecidos pelas desregulamentações neoliberais e pela deserção das esferas públicas de sua missão reguladora (MORAES, 1998, p. 12).

Ao tomar emprestado o título do livro de R. Bettig e J. L. Hall – “Big Media, Big Money” para denominar este item do trabalho, o fizemos na certeza de que ele revela, a partir da perspectiva da Economia Política da Comunicação, o que é a grandeza dos negócios e a movimentação de recursos sob os quais está envolta a mídia eletrônica de televisão, onde:

No processo histórico de expansão do capitalismo, a esfera econômica mantém uma posição predominante, subsumindo, no seu movimento, todas as outras, ao mesmo tempo em que fica claro que essa determinação pelo econômico só se verifica na medida em que o capital consegue impor sua lógica de expansão ao conjunto de uma sociedade [...] (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 50).

“O que não se dá sem lutas e resistências, podendo advir tanto da própria lógica contraditória do capital, que, enquanto relação social, engloba um pólo dominado, quando de fatores de ordem cultural alheios a essa ordem”, alertam os autores (BOLAÑO; BRITTOS, 2007).

Algo que não constataremos ao analisar a situação específica em que houve a disputa pelo direito de retransmissão da Rede Globo no Maranhão.

⁴⁰ O autor sugere ampliar essa reflexão para além da conclusão que seria tão somente herança da perspectiva frankfurtiana. Para tanto, propõe analisar a indústria cultural em relação ao conceito de mundo da vida criado por Habermas, problematizando que “a Indústria Cultural só será capaz de ‘colonizar’ o mundo da vida, para o capital e o Estado, substituindo-se os mecanismos internos de reprodução simbólica daquele mundo” (BOLAÑO, 2004, p. 69). Debate profícuo, mas que optamos por não aprofundar neste estudo. Para melhor compreendê-lo, sugerimos a leitura da obra citada.

Culturalmente, prevalece na elite dominante maranhense a lógica de que os grandes negócios pertencem aos agentes grandes da política, que se impõem à medida que têm força na arena política. Aos setores dominados, restando apenas assistir ao velho enredo da disputa política no Maranhão.

3 A COMUNICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL:

expressões no jogo de interesses pela retransmissão da Rede Globo no Maranhão

3.1 Sobre a relação entre esfera pública e mídia no exercício do controle social: uma aproximação ao estudo da TV

Compreender a constituição da esfera pública burguesa requer retomar a interpretação das relações sociais na ordem burguesa elaboradas por Jürgen Habermas e Hannah Arendt – referências fundamentais para uma aproximação inicial com o tema.

São, sobretudo, as reflexões desses dois autores que nos demonstram que os conceitos de público e de privado foram, ao longo do tempo, modificados. Como afirma Arendt (2004), a sociedade capitalista imprime mudanças diversas daquelas encontradas no contexto grego, no qual a esfera da liberdade (pública) tinha primazia sobre a esfera da necessidade (privada).

É na Grécia Antiga que se inicia esse processo, a partir do surgimento da *polis*. Aqui, a vida social e as relações entre os homens adquirem uma forma nova e a palavra se torna um instrumento político por excelência. “O ser político, o viver na polis, significava que tudo era mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência” (ARENDT, 2004, p. 35).

Em Habermas (1984), a esfera da *polis*, comum ao cidadão livre, está rigorosamente separada da esfera do *oikos*, de aproximação individual. A esfera da *polis* era a esfera da liberdade e da continuidade. A liberdade dependia da vitória sobre as necessidades da vida em família. Já as necessidades vitais e a manutenção do essencial para a vida estão ocultas no *oikos*.

Arendt (2004) faz referência à *polis* em confronto com a família como forma de desvendar os traços diferenciados da esfera pública em relação à esfera privada. “A esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*” (ARENDT, 2004, p. 40).

Já no feudalismo, havia um entrelaçamento entre o *público* e o *privado*. Será com o surgimento do comércio e consequente aparecimento dos burgos que o

privado passa a ser o espaço do ambiente no qual se davam as relações sociais. Os burgueses, já de posse do poder econômico, necessitavam também do poder político. Assim, a esfera pública vai se modificar conforme a evolução da ordem burguesa (RAICHELIS, 2000).

Na Idade Moderna, com o surgimento do Estado, a esfera pública amplia-se, incorporando massas despossuídas e, por isso, intermediando relações de interesses mais complexos entre o Estado e a sociedade civil. A contradição entre aquele e esta corresponderá, respectivamente, à localização das esferas pública e privada.

O crescimento do comércio, o surgimento das companhias e das sociedades por ações, o desenvolvimento cada vez maior do mercado exterior, vão exigindo maiores garantias institucionais, ou seja, no caso, políticas e militares. Paralelamente, temos o desenvolvimento do Estado-nação, que nacionaliza economias antes mais localizadas, e do Estado moderno como centralização política, com administração e exército permanentes: é a consolidação do chamado “poder público”, sendo, aqui, “público” sinônimo de “estatal”. Portanto, há um fortalecimento do Estado e da burguesia, porém o Estado sendo dirigido pela nobreza e a burguesia sendo privada do poder. Estão aí os elementos fundamentais da contradição que levará ao surgimento da esfera pública burguesa: a força emergente e paulatinamente hegemônica na economia está desprovida de poder político (ALMEIDA, 1996, p. 61).

Por outro lado, há a entrada dos trabalhadores na cena política. Numa situação desfavorável na disputa direta na esfera privada contra o capital, os mais fracos vão se contrapor também por meios políticos àqueles que são mais fortes no mercado. Tratava-se, afinal, de cobrar a promessa do Estado burguês de garantia de acesso igual para todos. Portanto, não somente os sindicatos reforçam suas ações no mercado de trabalho, como lutam por conquistas na própria legislação, através dos partidos socialistas.

Assim, o Estado amplia suas funções a partir da complexificação da sociedade civil: confia tarefas públicas a pessoas privadas; coordena atividades econômicas privadas através de planos econômicos; investe na produção e distribuição; regula preços de mercadorias inclusive da força de trabalho; define direitos legais de trabalhadores, inquilinos e outros usuários.

Segundo Habermas, neste sentido “[...] o ‘*mundo trabalhista*’ se estabeleceu como uma esfera *sui generis* entre o setor público e o setor privado” (HABERMAS, 1984, p. 181). Entretanto, em geral, as intervenções do Estado,

mesmo onde tenham sido obtidas contra interesses ‘dominantes’, estão no interesse da manutenção de um equilíbrio do sistema que não possa ser mais assegurado através do mercado-livre (HABERMAS, 1984).

A moderna relação entre as esferas pública e privada engendra o nascimento do social como resultado da transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Hannah Arendt (2004) afirma que, logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de arrogarem acesso à esfera pública, em virtude de suas riquezas, exigiam dela proteção para o acúmulo de mais riqueza.

A desagregação da esfera burguesa se dá quando na estrutura social emerge um público de pessoas privadas organizadas, substituindo o público composto por pessoas privadas individuais e, assim, destruindo o lugar tradicional burguês. Emergem sujeitos coletivos que passam a assumir a tarefa de realizar mediação entre sociedade civil e Estado. Para Habermas,

O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado. Neste setor intermediário se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente (HABERMAS, 1984, p. 208).

A esfera pública passa a estar representada não só pelos organismos estatais, mas também por organizações sociais que se relacionam com o Estado. Ente esse que, conforme Farias (2000) bem delimita, torna-se contemporaneamente um instrumento sob a lógica do capital, ainda que não se constitua no que o marxismo vulgar considera tão-somente como o “comitê da burguesia”. Seja na forma-Estado (modo de produção), forma de Estado (processo de acumulação – fordismo, central, periférico, etc.) ou na forma do Estado (dado processo de acumulação: no Brasil, na França), ele é um instrumento de mediação dos conflitos entre duas classes fundamentais: a que detém os meios de produção e a que só resta a força de trabalho.

É esse Estado, portanto, que se desenvolve mundialmente. É a permanente lógica do globalismo – termo cunhado por Octávio Ianni (1996) – do

capital que se utiliza, em dado processo histórico, de imperialismos, nacionalismos, regionalismos ou localismos para se estabelecer.

Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção, acelerando a concentração e a centralização do capital em escala mundial, logo se forma uma configuração mais abrangente. O globalismo pode ser visto como uma configuração histórica, uma totalidade complexa, contraditória, problemática e aberta. [...] é no âmbito do globalismo que movem os indivíduos e as coletividades, as nações e as nacionalidades, os grupos sociais e as classes sociais, da mesma forma que aí se movem as organizações multilaterais e as corporações transnacionais (IANNI, 1996, p. 130).

Na América Latina, esse fenômeno também se expressará, com aspectos específicos. Maria da Glória Gohn (1997) situa o debate justamente colocando que determinadas escolas teóricas buscaram compreender essa realidade encaixando-a em paradigmas externos a ela. “Falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real”, delimita Gohn (1997, p. 211).

Por isso, em dado momento, as concepções europeias foram “importadas” e os estudos norte-americanos rejeitados: a primeira mais pelo viés crítico que efetivamente inovador na compreensão do processo latino-americano; o segundo, pela automática vinculação que se fazia com a perspectiva imperialista dos Estados Unidos sobre o continente. Por isso mesmo, o que se tem são caminhos que estão sendo feitos ao caminhar, como que descobrindo a si próprio nesse processo.

Desta forma, Maria da Glória Gohn (1997) aponta especificidades a serem percebidas, e não por exato, um paradigma. Nestas especificidades, a autora ressalta várias, dentre as quais registramos:

- 1) a múltipla diversidade de movimentos (com especial destaque para o Brasil, por seu tamanho e nível de industrialização);
- 2) a influência e o financiamento pela Igreja Católica (sobretudo nos momentos de enfrentamento com as ditaduras militares);
- 3) a pauta prioritária voltada para os direitos econômicos básicos à sobrevivência (diferente dos movimentos norte-americanos ou europeus, cuja pauta se volta à luta por direitos civis);

- 4) a relação com o Estado (variável conforme a estratégia e tática desses movimentos – ora de ataque ao Estado (no caso das ditaduras), ora de aproximação);
- 5) a relação com os partidos políticos (especialmente os de esquerda);
- 6) a ideologia utópica presente (distante da perspectiva do fim da História e do discurso da vitória do capitalismo como única alternativa);
- 7) a questão racial (que na América do Norte é explícita e possui movimentos de forte reivindicação por direitos civis, enquanto na América Latina – Brasil, particularmente – é camuflada pelo mito do embranquecimento);
- 8) a questão agrária (que na América Latina marca uma luta conflituosa no campo, em todo o continente, dado o modelo de latifúndio que se implantou);
- 9) a questão indígena (que nos Estados Unidos foi praticamente dizimada, na América Latina será forte espaço de aglutinação, a exemplo de Bolívia, México);

E, para não estender mais os aspectos,

- 10) a relação com os intelectuais (o engajamento político da reflexão dos intelectuais, mormente nas Ciências Sociais) que será uma marca do desenvolvimento desses movimentos na América Latina.

Essas especificidades emergem pelo pano de fundo que as unifica: o desenvolvimento histórico da região. Marcado pelo coronelismo, por ditaduras militares, por subordinação das elites nacionais aos interesses do capital estrangeiro.

Se há uma esfera pública não-burguesa na realidade latino-americana, que incorpora as demandas levantadas ao debate pelos movimentos sociais, ela é uma conquista da classe trabalhadora frente à característica autoritária das elites latinas, reflete Francisco de Oliveira (1999).

Para ele, o caso brasileiro é significativo dessa lógica latina. Revisitando estudiosos da formação brasileira, Oliveira (1999) registrará (1) Gilberto Freire – a

estrutura escravista, (2) Sérgio Buarque de Hollanda – o homem dócil, (3) Caio Prado Júnior – explicação não está na docilidade, mas no sistema colonial e no atraso escravista, (4) Machado de Assis – a linguagem retórica revelando a desfaçatez da elite e (5) Florestan Fernandes – a implantação de hegemonia do modo de produção feita pela burguesia sem ruptura revolucionária – para concluir: “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (OLIVEIRA, 1999, p. 60). E exemplifica: em 60 anos de experiência democrática, o Brasil teve 35 anos de ditadura (a de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, e a dos Militares, de 1964 a 1984).

Nesse sentido, o movimento sindical, nos últimos 30 anos, foi responsável pela ampliação dos espaços públicos e democráticos do País (OLIVEIRA, 2005, p. 137). O sindicalismo brasileiro foi definitivo na condução da ação anti-hegemônica no período militar (anos 1960/1970) e na resistência à implantação do projeto neoliberal (anos 1980/1990) no País.

O sociólogo ressalta que para essa ação, ante uma ampla massa operária certamente desconhecida de seu papel no processo produtivo, foi decisiva a relação estabelecida com o anarcosindicalismo, no início dos anos 1930, a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo nos anos 1950/1960 e, especialmente, o novo sindicalismo do ABC paulista e sua intrínseca ligação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa influência orientou o movimento operário na resistência à Ditadura Militar (1964-1984), a ser a ponta de lança da deslegitimação do “milagre econômico” brasileiro, ao questionamento da política econômica vigente (“deixar o bolo crescer para depois reparti-lo”) e que, em consequência, levaria à abertura democrática.

Tal operariado também foi determinante nos anos 1980/1990 para retardar a inserção do Brasil no ajuste estrutural neoliberal, construído a partir dos termos do “Consenso de Washington”⁴¹, pelas potências do capitalismo avançado, como receituário para resolver a crise do capital.

⁴¹ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), a ser indicado para a promoção do “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. O termo foi criado por John Williamson, em 1989. Adotado a partir de 1990, significou a implementação da agenda neoliberal de dez medidas de ajuste: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização de estatais,

Perry Anderson (apud OLIVEIRA, 2005, p. 150) define o neoliberalismo como uma ampla e profunda vitória da ideologia conservadora e um desastre econômico. Cenário que se viu na América Latina, especialmente Chile (anos 1970-80), Peru e Argentina (anos 1980-1990).

Oliveira (2005) destaca que, no Brasil, essa resistência somente foi debelada pela mais ampla coalização conservadora já vista no País, em torno do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ante esse cenário, Francisco de Oliveira (2005) destaca a emergência de um movimento camponês como nova ponta de lança de resistência da classe trabalhadora, o Movimento dos Sem-Terra (MST). István Mészáros (2002) lembra que a lógica do capital subsume a do capitalismo. Nos tempos de mundialização, a reestruturação produtiva do capital traz consigo a reconfiguração das forças produtivas. Os movimentos contestatórios à ordem vigente, nesta contemporaneidade, traz-nos a emergência de movimentos como o MST e outros movimentos anti-capitalistas.

No Brasil, são esses sujeitos permanentemente “silenciados”, ocultados, que forçaram a construção de uma radicalização democrática. E que, no tocante à construção da esfera pública no País, constituiu-se mediante um processo excludente.

Assim, o sentido que Francisco de Oliveira (1999) atribui a “fazer política” é o de o sujeito (classes dominadas) se impor, o que se traduz na possibilidade de ter direito à fala, a um discurso, a um corpo que lhe foi roubado da esfera pública: “anulação da fala e, através dela, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto” (OLIVEIRA, 1999, p. 80) é o principal mecanismo do objetivo da classe dominante.

O papel da mídia na ocultação do outro no debate público das ideias e projetos para o Brasil está bem revelado por Bernardo Kucinski:

A esfera pública burguesa desempenha um papel secundário como espaço de esclarecimento e debate e como meio de informação para tomada de decisões das elites empresariais. Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio da mídia que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas ideias, no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados [...] Essa

desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSKI, 1998, p. 17).

Essa é a esfera pública configurada no Brasil: contraditória, com avanços e recuos em sua pauta, mas, sobretudo, autoritária naqueles que tendencialmente monopolizam o processo de inserção na esfera pública, a mídia.

Albino Rubim (1992) reflete que a tradicional experiência material e simbólica de apropriação convencional do mundo entra em crise, o espaço de construção do público, do comum, do compartilhado socialmente, sofre dura transformação. O mundo já não aparece de forma imediata, através da experiência vivida, como natureza ou coisa dada. “A possibilidade de viver à distância tempos e lugares distantes inscreve-se como marca emblemática de contemporaneidade” (RUBIM, 1992, p. 5). Passamos do tempo da sociabilidade pela convivência para a sociabilidade pela televivência, onde o real se apresenta cada vez mais próximo – e, muitas das vezes, interativo – pelas telas da TV, do computador ou mesmo do aparelho de celular.

Superamos, assim, cada vez mais a compreensão da mídia enquanto parte de um social pré-configurado, pré-concebido a partir de outros determinantes. Contemporaneamente, temos esta mídia inserida na relação social e, ao mesmo tempo, ela própria sendo uma relação social.

O campo dos *media*, que emerge de modo mais contundente na modernidade (tardia), estrutura, articula e dá visibilidade a entes sociais, instituições, valores e práticas encarregadas de mediar socialmente a publicização dos inúmeros campos sociais diferenciados e automatizados na/pela modernidade, tornando-os visíveis para o restante da sociedade. O campo dos *media* congrega centralmente os aparatos sócio-tecnológicos de produção e difusão simbólicas e uma infinidade de entes, instituições e práticas que gravitam em sua periferia como proponentes indispensáveis de seu funcionamento (RUBIM, 1995, p. 112).

Por isso,

A comunicação [midiática] não é apenas um instrumento à disposição dos indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer factos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afectos. **É, sobretudo, o processo instituinte do espaço público** em que se desenrolam as suas ações e os seus discursos [...] (RODRIGUES, 1990, p. 141, grifo nosso).

O ato de publicizar é, então, a principal característica da mídia, onde ela:

[...] expõe seu próprio cerne, em seu aspecto mais essencial, o ato de publicizar: o dom de tornar as coisas comuns, compartilhadas, públicas. [...] Publicizar ou não, eis então um dos momentos em que se instaura uma relação de poder: um poder da mídia para além das mensagens (RUBIM, 1994, p. 35).

Característica que também lhe confere poder por está ligada a possibilidade de silenciar sobre algo. O que, enquanto monopólio da publicização, pode significar o desconhecimento e/ou não-reconhecimento da existência social do outro.

Assim, os demais poderes da mídia estariam localizados não somente na mensagem emitida por ela, mas também no agendamento de temas e na construção de cenários, assim como na produção de imagens sociais de entes coletivos ou individuais.

Como forma de camuflar todas essas características anteriormente citadas, a mídia procura ofuscar aquilo que é: sujeito de enunciação. Tal processo dá-se através, dentre outros⁴², por mecanismos como o uso da neutralidade e da objetividade de suas mensagens.

A neutralização pode consistir na justaposição das posições dos diferentes campos e apresentar-se assim sob a figura do 'dar a palavra a' [...]
O processo de neutralização é complementado pela da objectivação, processo que consiste numa sutil camuflagem do sujeito da enunciação (RODRIGUES, 1990, p. 159).

É sob esse contexto, onde “a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político”⁴³ (LIMA, 2006, p. 59), que temos a esfera pública brasileira constituída e em permanente disputa e modificação no Brasil.

No Maranhão, o processo de construção de uma esfera pública e do processo participativo é quase imperceptível. O primeiro elemento que se evidencia é o fato de o estado nunca ter passado por um movimento de renovação – ainda que

⁴² Adriano Duarte Rodrigues (1990), em seu livro “Estratégias da Comunicação”, apresenta dois outros processos pelos quais o campo dos *media* se legitimam socialmente: a sedução e a simulação. Também enumera características como modalidade pedagógica; a natureza vicária de sua legitimidade; a situação em que o dizer prevalece sobre o fazer através do uso das funções expressivas e pragmáticas; a instauração de uma periodicidade formal e estereotipada. Para estudos mais aprofundados dessa análise, sugerimos a leitura do capítulo 10 do livro: o campo dos *media*.

⁴³ “A mídia se transformou, ela própria, em importante ator político” é a quarta tese, das sete apresentadas por Venício A. de Lima sobre mídia e política no Brasil, em seu livro “Mídia: crise política e poder no Brasil”. As sete teses estão expostas no capítulo dois: Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil.

conservadora – sob liderança de alguma fração da burguesia industrial. Agrário, pobre e atrasado ao longo de todo o século XX e início deste século XXI, o Maranhão alternou sua classe dirigente entre duas oligarquias nos últimos 60 anos: a de Vitorino Freire e de José Sarney.⁴⁴

Sobretudo anteriormente, quando da proclamação da República, Luiz Alberto Ferreira (2002) evidencia que o movimento republicano organizado no Maranhão foi incapaz de estabelecer no estado um processo de renovação, pois não foi possível aos republicanos históricos maranhenses controlarem a máquina estatal existente, visto que, além de serem atores políticos de pouca proeminência, eram também numericamente insuficientes.

O historiador nos mostra que os primeiros anos do regime republicano (1889-1894) constituem a gênese da reestruturação oligárquica no Maranhão, onde ocorreu um rearranjo político-partidário das elites dominantes do período imperial, possibilitando que as gerações mais novas, ligadas aos partidos Liberal e Conservador, assumissem o poder. Um novo partido, o Federalista, incorpora os partidos Católico, Nacional e Constitucional e viabiliza as condições para que o grupo ligado a Benedito Leite controle o aparato político e administrativo do Estado do Maranhão, nele permanecendo durante toda a República Velha (FERREIRA, 2002).

Essa característica oligárquica do exercício do poder no Maranhão será marcante nos processos de constituição do espaço público de debate, sobretudo quanto a sua limitação e (im)possibilidade de acesso.

Estado periférico, a formação da estrutura oligárquica foi fortemente determinada pelo processo de construção do Estado Nacional, de tal maneira que o verdadeiro centro da política maranhense, o palco onde os lances decisivos se efetivaram, sempre esteve fora, no Rio de Janeiro, nos tempos de Urbano Santos e Victorino Freire, em Brasília, nos tempos de José Sarney. O modelo vem de meados do século XIX, sofreu um

⁴⁴ Após a vitória da Frente de Libertação do Maranhão no segundo turno do pleito de 2006, com o candidato Jackson Lago (PDT) sendo o representante de uma ampla coligação partidária e social (do PSDB ao PT, de setores empresariais ao Movimento Sem Terra – MST), reunida pelo governador dissidente da oligarquia José Reinaldo Tavares (PSB), não se pode dizer que o Estado passou por uma ruptura nesse marco estrutural da política maranhense. O breve período de governo da Frente de Libertação do Maranhão (janeiro de 2007 a abril de 2009) foi marcado, em significativa parte de suas ações administrativas, pelas características questionadas nas eleições. Na gestão pública das políticas de comunicação, então, pareceu mais do mesmo... a cassação do mandato de Jackson Lago pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 16 de abril de 2009, um verdadeiro golpe via poder judiciário, apeando do poder a Frente de Libertação, devolveu ao sarneísmo seu principal instrumento de poder político no Maranhão, a máquina estatal.

ajustamento na República Velha e atravessou o século XX, mostrando-se ainda bem vivo, apesar da aparente sofisticação, da roupagem democrática (REIS, Flávio. O nó-cego da política maranhense. Em: <<http://ecosdasilutas.blogspot.com/2009/06/intelectuais-abordam-o-maranhao-ii.html>>. Acesso em 04/06/2009).

Nos anos 1950/60, os jornais e rádios maranhenses existentes, sob controle de Assis Chateaubriand⁴⁵, não significaram a instituição de uma esfera pública burguesa. Seus espaços de debate foram tão excludentes quanto os verificados atualmente. Foram instrumentos da política oligárquica existente, a exemplo dos veículos dos Diários Associados (jornal O Imparcial e Rádio Timbira). Assim como a chegada da TV a São Luís, em 1963, pelas mãos de Raimundo Bacelar (TV Difusora – canal 4) também se constituiu em instrumento de propagação de opinião de uma corrente só – a da classe dominante.

Nesse contexto, as demandas, ideias e projetos dos setores dominados tornaram-se pautados por meio de intensa resistência e mobilização por parte de sujeitos como o movimento camponês, setores de base da Igreja Católica e partidos oposicionistas que mantinham alguns veículos de comunicação sob seu controle. São exemplos: o Jornal do Povo, de Neiva Moreira⁴⁶, e o Tribuna do Povo, sob organização de Maria Aragão⁴⁷, que até conseguem, enquanto existiram, demarcar posições no espaço público, contudo sendo experiências sem sobrevida. Isto porque o golpe militar de 1964 colocou em exílio ou em profundo isolamento político qualquer alternativa democrática até o fim dos anos 1970, quando da vigência do bipartidarismo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – partido do governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – partido da oposição (consentida).

⁴⁵ Assis Chateaubriand foi um magnata das comunicações no Brasil (anos 1930 a 1960). Foi dono dos Diários Associados, conglomerado que em seu auge contou com mais de 100 jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica. Considerado como o responsável pela chegada da televisão ao Brasil, inaugurou em 1950 a primeira emissora de TV do país, a TV Tupi. Foi Senador da República entre 1952 e 1957; seu segundo mandato (1955), obtido através de uma fraudulenta eleição pelo Maranhão. Chateaubriand caracterizou-se, embora fosse um representante típico da burguesia nacional emergente da época, pelas posturas pró-capital estrangeiro e pró-imperialismo – primeiro britânico, depois o americano. Para ter mais detalhes, acesse: http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand.

⁴⁶ Em abril de 1950, Neiva Moreira (1917-) fundou e dirigiu em São Luís o Jornal do Povo, do qual se tornou proprietário em outubro de 1952. Esse jornal, silenciado em abril de 1964 pela Ditadura Militar, tornou-se, desde a fundação, o maior porta-voz das oposições maranhenses, assim como conferiu a seu dirigente e principal redator a posição de mais importante líder político de São Luís. Nesse mesmo ano de 1950, foi eleito deputado estadual, com votação consagradora, notadamente do eleitorado da capital, e iniciou uma carreira que lhe conferiu, a contar de 1954, três mandatos consecutivos de deputado federal (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2011).

⁴⁷ O jornal Tribuna do Povo era ligado ao PCB. Existiu do fim da década de 1940 até começo dos anos 1960, chegando a ser vendido em banca, de mão em mão nas praças e nas portas das fábricas por Maria Aragão (1910-1991), médica e militante comunista ligada a Luís Carlos Prestes.

O ano de 1978 foi um período de forte reorganização das esquerdas no Brasil. No Maranhão, surgirão lideranças como Haroldo Saboia, Ananias Neto e Aldionor Salgado (“Oposição pra valer”), bem como o PDT de Jackson Lago, aos quais se somavam setores da esquerda ligada à Igreja Católica e facções saídas da clandestinidade [...] (BARBOSA, 2003, p. 21).

No Maranhão, os movimentos de resistência se reergueram, após o período mais repressivo da Ditadura Militar, através da luta pela anistia e pela redemocratização do País. Mas foi por meio da “greve de 79” pela meia-passagem que a luta de resistência ganhou forte apoio popular. Nesse período, o regime militar enfraqueceu-se e a carestia e a falta de democracia fez o grito de protesto ecoar pelo movimento estudantil, em reconstrução a partir da UNE e DCE’s livres. Pela primeira vez as bandeiras dos setores dominados ocuparam firmemente o debate público.

A instituição da meia-passagem trouxe consigo o nascimento de uma geração de líderes que fundam outros partidos, engajam-se na organização de outras mobilizações populares, como o movimento pelas Diretas Já (1983-1984), que buscava instituir o voto direto para a eleição de presidente da República. Também exemplo de grande momento de aglutinação das forças populares maranhenses e de fala no espaço público.

A década de 1980 torna-se o contexto onde o Maranhão é situado na reestruturação capitalista, com os impactos da implantação dos projetos minero-metalúrgicos sobre as classes trabalhadoras urbanas e rurais, destacando-se, nesse processo, diversas formas de enfrentamento social (BARBOSA, 2003), a exemplo do Comitê de Defesa da Ilha (contrário à instalação da Alcoa/Alumar), da luta por moradia na periferia de São Luís, da luta por terra através da criação de sindicatos rurais autônomos e movimentos dos camponeses sob a liderança de personagens como Manoel da Conceição e Luís Vila Nova.

Esse período será também o momento onde surgirão oposições sindicais urbanas que retomarão sindicatos de antigas lideranças e ficarão sob o comando da recém criada Central Única dos Trabalhadores (CUT). A luta pela terra também ganhará novos sujeitos com a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob o apoio da Igreja Católica, a atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) e a emergência Movimento dos Sem-Terra (MST).

Nesse período, os poucos instrumentos de acesso ao espaço público são o Jornal Pequeno, fundado por José Ribamar Bogéa em 29 de maio de 1951 e, desde então, mantendo-se em firme oposição à oligarquia Sarney; a rádio Educadora, emissora pertencente à Arquidiocese de São Luís mantida no ar desde 1966⁴⁸, e que, no início dos 1980 passa a veicular alguns programas sob responsabilidade de lideranças advindas da movimentação estudantil de 1979, como Juarez Medeiros, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que chega a ser eleito deputado estadual por dois mandatos (1986-1994), contudo com atenuação dessa postura a partir da segunda metade dos anos 1990; e o jornal Tempos Novos, editado a partir de uma rede de organismos da Igreja Católica como a CPT, a Comissão Justiça e Paz (CJP), a Cáritas Brasileira Regional Maranhão e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. Exemplos de que a inserção das classes subalternas do Maranhão na esfera pública não foi completamente inexistente, mas foi tênue, muito tênue.

Tal como vimos anteriormente com Francisco Oliveira o que aconteceu no País, no Maranhão também todo o processo de luta e resistência das classes subalternas foi permanentemente silenciado. A esfera pública maranhense de debate de ideias e projetos teve sutis momentos de existência e muito por conta de fortes mobilizações populares.

A partir da segunda metade década de 1990, o Maranhão foi palco do superdimensionamento do silenciamento imposto pela classe dominante aos setores dominados, amparado numa forte política de marketing em torno do governo de Roseana Sarney:

O governo do “Novo Tempo” agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foram importantes as políticas iniciadas no governo Collor e aprofundadas no governo Cardoso (1994 a 1998). Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. O êxito na aplicação dessa política rendeu inclusive aplausos do Presidente da República à forma racional (leia-se neoliberal) de condução da chamada Reforma do Estado (BARBOSA, 2003, p. 23).

⁴⁸ A rádio Educadora AM foi registrada no dia 24 de julho de 1960 junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas, obtendo seu registro em 1962, através do decreto nº 815. Sua primeira transmissão ocorreu no dia 12 de junho de 1966. A forte influência dos setores progressistas da Igreja Católica possibilitou que, ao longo dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, a rádio se tornasse canal de expressão de várias demandas dos movimentos populares do Maranhão.

Também nesse período se consolida a mídia maranhense. Não foi, contudo, diferente da lógica de constituição da mídia brasileira. Pelo contrário, expressou mais fortemente esse processo. Do início, com o deputado federal Raimundo Bacelar (primeiro dono de uma concessão de televisão no Estado do Maranhão, TV Difusora, por influência de seu mandato e pioneirismo) aos tempos atuais, a televisão maranhense constituiu-se como elemento central do controle político dos setores dominantes maranhenses, sobretudo em torno da família Sarney.

Acrescenta-se que a passagem de José Sarney pela Presidência da República (1985-1989), quando concedeu 1.028 frequências de rádio e TV, das quais 539 a congressistas e seus protegidos para conseguir a extensão de um ano em seu mandato (STANDIK apud KUCINSKI, 1998), na Constituinte de 1988, representou no Maranhão a total distribuição de canais de rádio e televisão a tão somente seu grupo de sustentação. Não houve concessões de TV para fora de seu círculo mais íntimo de aliados, excluindo até mesmo os setores oposicionistas que ele cooptou nas eleições de 1986 (Epitácio Cafeteira, Renato Archer, Cid Carvalho) através da Aliança Democrática que uniu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL).

Como registra Kucinski (1998, p. 33), o mais notável exemplo de “coronelismo eletrônico”⁴⁹ é o próprio ex-presidente José Sarney, hoje senador (PMDB-AP), que controla, diretamente ou por intermédio de familiares e amigos, 20 das 57 estações de rádio e de TV do Maranhão. Seus aliados políticos controlam outras 15 emissoras.

Dessa forma, a televisão maranhense constituiu-se tão concentradora quanto as redes nacionais. São cinco famílias e uma única opção política, o sarneismo. As quais: Globo/Mirante – família Sarney; SBT/Difusora – família Lobão; Bandeirantes/TV Maranhense – família Manoel Ribeiro; Rede TV/Cidade – família Vieira da Silva; Record/TV São Luís – família Zildene Falcão⁵⁰.

⁴⁹ “Coronelismo eletrônico” é o termo pelo qual se busca identificar a concentração da propriedade dos veículos de comunicação com a propriedade da terra no Brasil, cuja posse se concentra em poucos e que, na História do Brasil, significou também concentração de poder político nas mãos dos chamados coronéis. Para o campo, a necessidade de uma reforma agrária. Para a comunicação, uma “reforma agrária” do ar – o que passa pela democratização nos critérios de concessão de canais de rádio e TV. Refletiremos melhor sobre o conceito às páginas 78-80, na seção 3.2 deste trabalho.

⁵⁰ A família Lobão, aliada histórica dos Sarneys, com Edison Lobão já tendo sido governador do Estado, senador e ministro de Minas e Energia do Governo Federal por indicação de José Sarney; a família Manoel Ribeiro, com a indicação de cargos federais no Estado, suplência de senador, um

O que se alastra pelo interior do Estado em permissionárias e retransmissoras não foge, em grande parte, aos núcleos locais de apoio do sistema central de poder, salvo raras exceções, a exemplo do sistema de comunicação da família Rocha, cujo herdeiro político do ex-governador Luiz Rocha é o filho Roberto Rocha, ex-deputado federal pelo PSDB, que mantém oposição à família Sarney reproduzindo em sua rede de rádios e TV's a mesma lógica de controle, uso político e econômico praticada pela oligarquia dominante. Ou alguns empreendimentos de pequenos empresários de mídia que arrendam para si as concessões de televisão e rádio em municípios de pequeno e médio porte, utilizando-as comercialmente para acessar os recursos públicos de Prefeituras e comércio local, independente de vínculo imediato com o grupo central de poder, mas também a ele não se opondo frontalmente.

Exemplos de como a esfera pública maranhense tem sido constituída também sob a lógica dominante da exclusão do outro, dos setores dominados, onde, tal como Bernardo Kunciski analisa a situação brasileira, aqui também

[...] devido ao grau ainda elevado de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população, a percepção popular da política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV, e em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular. (KUCINSKI, 1998, p. 70)

Raros momentos de debate público são percebidos, como nos horários dos programas eleitorais (a cada eleição); ou em situações em que o fato se impõe de fora para dentro do Maranhão, a exemplo da CPI do Narcotráfico ou do Caso Lunus de apreensão de R\$ 1,340 milhão em notas de R\$ 50,00 que levou à retirada da candidatura de Roseana Sarney à presidência da República, em 2002; ou em parcas tiragens de jornais diários de São Luís – dadas as dimensões populacional e geográfica do estado – como nas folhas do Jornal Pequeno ou de O Imparcial, este

irmão deputado federal, Pedro Fernandes (PTB) e o próprio Manoel Ribeiro deputado estadual, tendo exercido a Presidência da Assembleia Legislativa do Maranhão por 12 anos (1991- 2003); a família Vieira da Silva, originariamente integrante do grupo, com o patriarca tendo sido deputado federal e os filhos, em disputa com o pai pelo controle acionário da emissora, retornando ao grupo, após um período na oposição, mediante o apoio dos Sarneys para continuarem com a posse da emissora ante uma disputa pela propriedade e concessão da TV com a família Rocha; a família Zildene Falcão, mantendo-se distante da política eleitoral e sem qualquer conflito com o grupo dominante.

especialmente durante o período dos governos José Reinaldo Tavares e Jackson Lago⁵¹. Nada em programas de televisão⁵², pouco em programas de rádio.

Nos anos 2000, com a emergência da internet, embora com uma rede de acesso irrisória, a blogosfera tem se constituído como espaço mais aberto de debate. Serve como válvula de escape, mas longe, ainda, de ser instrumento de democratização do espaço público de debate maranhense. O lamento pela falta de espaço democrático de debate – como se antes ele existisse –, por amplos setores da sociedade maranhense, na verdade expressa uma certa incompreensão deste processo que evidenciamos: o Maranhão não possui uma esfera pública democrática, aberta ao debate e horizontal do ponto de vista da proposição de agendamento de temáticas. Como evidencia Mészáros (2004),

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante *posição privilegiada* em relação a todas as variedades de 'contraconsciência'. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo (MÉSZÁROS, 2004, p. 233).

É o que tem sido o Maranhão. Amplas estruturas historicamente construídas para uma ação autoritária e de características limitadoras da cidadania. Uma mídia concentrada que ainda é mais fortemente limitada pelo caráter oligárquico que tem se caracterizado a política do Estado. Sua tênue existência está delimitada aos aspectos aqui apontados, sobretudo decorrente da luta popular.

O pacto de elites é evidente, embora percebido em poucos processos de transição de um momento histórico para outro: (a) Império para República, (b) período da República Velha para o Vitorinismo, (c) do Vitorinismo ao Sarneismo. Paralelo a esses processos, o desenvolvimento dos meios de comunicação não

⁵¹ O rompimento entre José Reinaldo Tavares e o Sistema Mirante levou, por parte do governo estadual, à tentativa de construção de uma rede alternativa de comunicação que possibilitasse furar o cerco midiático da oligarquia ao governador dissidente. Boa parte dessa rede erigiu-se a partir de poucos veículos de comunicação regionais existentes e rádios comunitárias locais. Durou o período do governo Tavares (2002-2007). No governo Jackson Lago, houve um revés, reatando os laços com o Sistema Mirante e desmontando a rede anterior de contraponto midiático. Na verdade, uma continuidade do que foram as gestões do PDT à frente da Prefeitura de São Luís, sob o argumento de não enfrentar a maior rede de audiência de televisão do estado. Uma opção conciliatória que manteve a força bloqueadora do debate público por parte dos veículos do grupo dominante. Em ambos os governos, o jornal O Imparcial soube posicionar-se no acesso à verba publicitária estadual.

⁵² Até a TVE, emissora pública do Governo Federal, foi sufocada enquanto espaço de debate. Durante o governo Lula (2003-2010), o sarneismo reteve para si a indicação de sua direção local.

implicaram mudança no processo de acesso à esfera pública de debates. Pelo contrário, constituíram-se em monopólios da enunciação e da fala, silenciando permanentemente os setores dominados, à exceção quando eles construíram amplas mobilizações envolvendo o povo e forçando a serem reconhecidos em suas demandas, pautas e projetos.

É nessa perspectiva que podemos afirmar que, também no Maranhão, a construção da classe dominada tem sido um processo que evidencia, ante o contexto oligárquico no qual se insere, a busca, em significativos momentos, por se constituir enquanto classe. Processo longo e marcado por avanços e recuos. E de difícil reconhecimento como sujeito do debate, dada a esfera pública excludente.

Se, como afirma OLIVEIRA (2005, p. 166), “a classe se faz em ato, pelo projeto que porta e pelo sentido antagônico com a dominação vigente”, há de se reafirmar na realidade maranhense que não há antagonismo de classe sem o questionamento dessa tênue esfera pública que temos. Contudo, sem o choro por algo que pouco tivemos, mas com luta social pelo que se pretende ter como projeto de sociedade.

3.2 A captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: a concentração do controle político e do poder econômico

O ente estatal não é um lugar neutro, onde os interesses grupais competem, como sugerido pelos instrumentalistas, mas um espaço **‘capitalista que ativamente organiza forças de conflito no interior do capital, incluindo aqueles na mídia eletrônica’** (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 60, grifo nosso)

A situação maranhense no tocante ao controle da transmissora da Rede Globo no estado é um exemplo cabal dessa definição referida por Bolaño e Brittos. O aparelho do Estado, sob controle político de um mesmo grupo por quase 50 anos⁵³, foi, indubitavelmente, o espaço de organização dos conflitos no interior dos

⁵³ José Sarney governou o Maranhão de 1966 a 1970; sua filha, Roseana Sarney, exerceu o Executivo estadual de 1995 a 1998, de 1999 a 2002, de 2009 a 2010 e tem quarto mandato de 2011 a 2014: 18 anos que o Maranhão manter-se-á diretamente sob administração da família Sarney, em quase cinco décadas de exercício do poder. Quanto ao grupo, embora mantendo algum contencioso aqui e ali, todos os demais governantes foram alçados ao poder por Sarney, embora ele renegue essa responsabilidade. A única exceção foi Jackson Lago, eleito em 2006 e cassado em 2009. Nesse

setores dominantes, mormente os da mídia eletrônica. Ainda que seus proprietários sejam apenas suportes do capital, como lembra Chauí (2006, p. 74), tornar-se sustentáculo desse componente do capital significou a dupla possibilidade de acúmulo de poder político e econômico no Maranhão.

Não por acaso, controlar a retransmissão da maior rede de televisão no estado foi um verdadeiro vai-e-vem na disputa intra-classe dominante, somente organizada e resolvida a partir do controle do aparato estatal. A retransmissão da Globo, sob direito da TV Difusora, como veremos adiante, passou pelo controle de três grupos (família Bacelar, Willian Nagem/Epitácio Cafeteira, família Lobão) até chegar definitivamente à família Sarney. A disputa aqui estava estabelecida em diversas ordens de interesse. Em pauta:

- a) o fortalecimento do domínio exercido por um grupo que dirige a política maranhense;
- b) a acumulação de riqueza e poder econômico pela mídia eletrônica de televisão no Maranhão;
- c) a ocupação da posição de destaque na configuração da política sob o “novo” coronelismo que se consolidaria a partir da década de 1990, o “coronelismo eletrônico”;
- d) o alinhamento ao principal grupo detentor de poder no País, as organizações Globo, do empresário Roberto Marinho, um poderoso homem cuja influência de seu império midiático junto ao Planalto se estendeu dos generais do Governo Militar (1964-1985) aos presidentes civis (1986 a 2010, de José Sarney a Lula da Silva, passando por Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso).

A Globo é quarta maior rede de televisão do planeta, somente superada pelas norte-americanas BBS, ABC e NBC (MATTOS, 2002). É o 12º conglomerado do Brasil, com mais de 100 empresas. A Globopar administra os negócios da família

período, para além do Executivo, o sarneismo mantém sob absoluto controle o Judiciário, grande parte da bancada de deputados federais maranhenses, todos os senadores do Maranhão, o Legislativo estadual em sua maioria avassaladora e quase todas as Câmaras Municipais, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a maioria das 217 prefeituras municipais, os cargos federais no estado. Nem o Ministério Público do Estado (MPE) mantém independência, salvo raros promotores de justiça. Ou seja, o aparelho do Estado por quase todo completo.

Marinho nas áreas de telecomunicações, finanças, agropecuária, mineração, hotelaria, onde a Rede Globo de Televisão, inaugurada em 1965, encarna a face reluzente do conglomerado (MORAES, 1998, p. 116). De acordo com o estudo “Os Donos da Mídia”, do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM), maior rede de televisão em operação no País,

[...] a Rede Globo encabeça o Sistema Central de Mídia nacional por vários motivos. Entre eles, sua contínua relação com empresas regionais de comunicação desde 1965. São 35 grupos que controlam, ao todo, 340 veículos. E sua influência é forte não apenas sobre o setor de TV. A relação com empresas em todos os estados permite que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca seja distribuído por um sistema que inclui outros 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FMs, 11 OCs, 105 emissoras de TV, 27 revistas, 17 canais e 9 operadoras de TV paga. Além disso, a penetração de sua rede de televisão é reforçada por um sistema de retransmissão que inclui 3305 RTVs (INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 2009).

Estar associado a ela representa, como reflete Lima (2005), mais que desfrutar do enorme poder político da televisão, é alinhar-se “não só [à] sua centralidade na construção de representações sociais dominantes, mas [ao] grau de interferência direta que passou a exercer como ator decisivo [...] da história política do Brasil” (LIMA, 2005, p. 104).

Quando inaugurada em 09 de novembro de 1963, a TV Difusora estava exatamente incorporada a essa lógica de poder. Entretanto, sob outras mãos: as de Assis Chateaubriand – como vimos, um dos mais influentes jornalistas das décadas de 1940/1950, dono de um império de comunicação, os Diários Associados, e pioneiro na implantação da televisão no Brasil (através da TV Tupi).

Na solenidade de inauguração da TV Difusora, a presença de destacadas autoridades políticas da época: representante do presidente da República, o ministro da Justiça Abelardo Jurema, o governador do Maranhão, Newton Bello, o prefeito de São Luís, Costa Rodrigues, representantes dos governos de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, dentre outros convidados, como o adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos, em Belém, Vicente Rontundo.

TV DIFUSORA-CANAL 4

Programa de inauguração dia 9-Hoje

20:00 horas — Início das solenidades de inauguração, bênção das instalações, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Justiça Dr. Abelardo Jurema, representando o Exmo. Sr. Presidente da República Dr. João Goulart, Exmos. Srs. Governadores Dr. Newton Bello, do Maranhão, Dr. Miguel Arrais, de Pernambuco, cel. Virgílio Tavora, do Ceará, Dr. Pedro Gondim, da Paraíba, Dr. Aluisio Alves, do R.G. do Norte, Dr. Seixas Dória, de Sergipe e Dr. Petrônio Portela Nunes, do Piauí, do Exmo. Sr. Haroldo Cavalcanti, Presidente da Confederação da Indústria, do Exmo. Sr. General Justino Bastos, Comandante do IV Exército, do Exmo. Sr. General Arnaldo da Mata, Comandante do Grupamento de Engenharia do Exército, Exmo. Sr. Vicente Rontundo, Adido Cultural dos Estados Unidos, Exmo. Sr. Rev. Sr. Arcebispo Osmar Palhano de Jesus e respectivas comitivas e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas. 20:30 horas — Mentov. Show 21:00 horas — Grande show C-4 com Conjunto Ferrouliha, Elen de Lima, Francis Bentes, Célio Roberto, da TV-Jornal do Comércio, e artistas locais. 23:00 horas — ENCERRAMENTO DESTA PARTE DIA 10 — DOMINGO Continuação do Programa Inaugural 18:00 horas — Abertura 18:05 horas — Desenho Animado Show 18:30 horas — Musical	18:45 horas — Cine Revisita 19:00 horas — Ray Charles Jazz 19:30 horas — Esta Noite Improvisamos — show 20:00 horas — Promoções Hoover 20:20 horas — Voz de Ouro ABC 21:05 horas — Homenagem do Paraninfo Exmo. Sr. Senador Juscelino Kubitschek a TV-Difusora, Canal 4, seguida de entrevista de grande interesse nacional. ENCERRAMENTO DO PROGRAMA INAUGURAL ATENÇÃO! O êxito deste programa inaugural, dias 9 e 10, depende da compreensão dos srs. acionistas, clientes e o público em geral, portadores de convites, que deixariam sua visita dos dias 9 e 10 para os dias subsequentes. Isso porque não foi possível prever o grande número de autoridades civis, militares e eclesiásticas e respectivas comitivas que vieram de outros Estados prestigiar o Maranhão do lançamento de sua televisão pioneira, quando os estúdios precisam do máximo de espaço para bom rendimento técnico e artístico e também para receber em nome dos maranhenses tantas personalidades ilustres do país que visitam nossa terra. Antecipadamente, agradecemos a colaboração de todos que irão evitar visitar os estúdios nos dias 9 e 10, deixando para os dias seguintes, bastando apresentar o convite, por mais esta demonstração de solidariedade, participação sincera e do tradicional espírito hospitaleiro de S. Luís.
---	---

Figura 2: a programação de inauguração da TV Difusora, no Jornal Pequeno (edição de 9/11/1963)

Evidência de que, no mercado brasileiro, o negócio de comunicação e a política sempre andaram juntos: poucos grupos nasceram com visão empresarial, tendo a comunicação como principal área de atuação (KURTH, 2009, p. 12).

De fato, em 1963, quando o deputado Raimundo Bacelar – já proprietário da rádio Difusora AM –, envolve-se com a criação da televisão no Maranhão, estava diante menos de um negócio e mais de uma possibilidade de acumular dividendos políticos.

Foi assim que, 13 anos após criada a televisão no País, São Luís seria uma das primeiras capitais do Nordeste a ter a sua⁵⁴. A TV Difusora foi a primeira televisão comercial do Maranhão (1963). Seis anos depois dela foi fundada a TVE (1969), do Governo do Maranhão – agora TV Brasil Maranhão, vinculada ao Governo Federal. A segunda televisão comercial só seria criada 18 anos mais tarde, a TV Ribamar (1981) – hoje TV Cidade, da família Vieira da Silva. A TV Mirante, da família Sarney, viria em 1987 e a TV São Luís, do grupo Zildene Falcão, em 1989.

A partir dos anos 1990, várias outras seriam criadas, a exemplo da TV Maranhense (família Manoel Ribeiro) em São Luís, fundada como TV Praia Grande, em 1998, e mais outras 312 retransmissoras, concentradas nesses seis grupos de mídia primeiros a instalar a televisão no estado (INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 2009)⁵⁵.

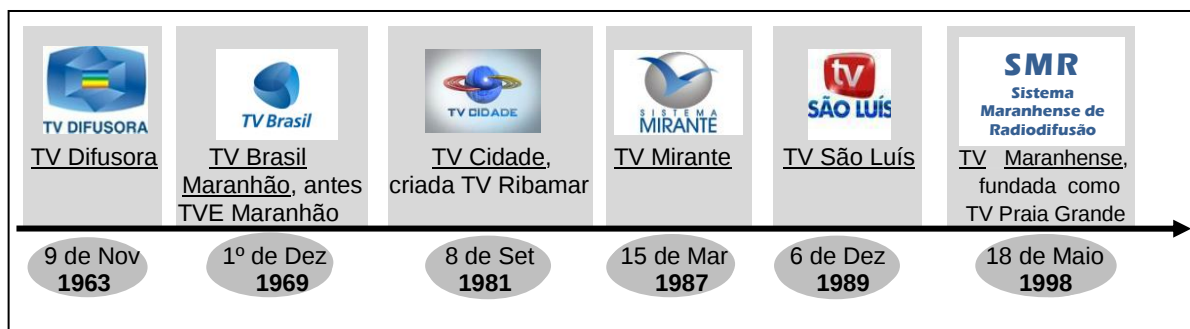


Figura 3: A criação das emissoras de TV em São Luís do Maranhão (1963-1998).

⁵⁴ A primeira TV brasileira foi a TV Tupi de São Paulo, inaugurada em 18 de setembro de 1950. Em 1956, os Diários Associados adquirem nove estações de TV, com o objetivo de implantar uma antena transmissora em cada grande cidade do país. A primeira emissora de TV no Nordeste, afiliada da TV Tupi, foi a TV Itapoan – canal 5, inaugurada em 19 de novembro de 1960, em Salvador (BA).

⁵⁵ O *boom* da distribuição dessas concessões dá-se no período de José Sarney à frente da Presidência da República. Segundo Motter (1994, p. 106), Sarney distribuiu pelo menos 16 emissoras de rádio e televisão a oito pessoas diretamente ligadas a sua família. Nesse período, a família chega a controlar 20 das 57 emissoras existentes, sendo outras 15 sob controle de aliados como Edison Lobão, que passaria a controlar a TV Difusora.

Nos início dos anos 1960, Raimundo Bacelar contava com as condições necessárias para ser o pioneiro dessa façanha de criar a televisão maranhense: era dono de 180 mil hectares de terra, indústria de açúcar, papelose, de família rica e influente. Seu pai era o coronel Coelho Neto, ligado ao PSD (COELHO NETO, 2005, p. 20). Aqui, exemplo já das origens do enlace entre coronelismo e mídia.

O coronelismo como

A expressão [...] definida por Victor Nunes Leal, em 1949, referindo-se aos fazendeiros que recebiam a patente militar no período imperial. A partir da instalação da chamada República Velha (1889-1930), esses coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta. A dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis e a possibilidade de conferência dos votos criaram uma situação na qual o 'voto de cabresto' era praticamente obrigatório. Dessa forma, os coronéis municipais se aliavam às oligarquias estaduais, representadas principalmente pelos governadores, e estas ao governo federal, numa intensa rede de favores (SANTOS, CAPPARELLI, 2005, p. 77).

O “coronelismo eletrônico” como expressão que

[...] **inclui a relação de clientelismo político** entre os detentores de poder público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracterizaria uma televisão na qual o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares. [...]

No Brasil das duas últimas décadas podemos estabelecer a atualização do conceito de coronelismo trabalhado em Victor Nunes Leal para o de coronelismo eletrônico através da adição das empresas de comunicação de massa, em especial as de radiodifusão, como um dos vértices do compromisso de troca de proveitos. Assim, a parceria entre as redes de comunicações nacionais e os chefes políticos locais torna possível uma concentração casada de audiência e de influência política da qual o poder público não pode prescindir (SANTOS, CAPPARELLI, 2005, p. 80, grifo nosso).

Ao utilizar o termo “coronelismo eletrônico” entre aspas, estamos problematizando a categoria. Compreendendo que, a partir das reflexões levantadas sobre o conceito, de que não se confunde a realidade expressa pelo coronelismo (do século XIX) – e que se refere a outro sistema político nacional que existiu no País, que é datado historicamente –, o termo não dá conta do que é a realidade que busca retratar: o processo de concentração da posse da mídia eletrônica, a partir dos anos 1990, em poder de poucos proprietários, geralmente políticos – os donos da mídia.

Estamos em bases mais acertadas se tratarmos de clientelismo aplicado à mídia eletrônica ou **clientelismo eletrônico**, uma melhor caracterização à realidade e propriedade e uso dos meios eletrônicos em debate, dado que o

clientelismo, de modo geral, indica um tipo de relação bilateral que envolve a troca de favor, benefícios, isenções, apoio político e votos. Perpassa toda a história política do país.

O clientelismo eletrônico tem afinidade com o mandonismo, que expressa o exercício do poder por estruturas oligárquicas e personalizadas. O mandão – um potentado, chefe, ou coronel – é o indivíduo que, de posse do controle de recurso estratégico, a exemplo da propriedade da terra ou dos meios de comunicação, adquire certa pertença sobre a população do território sob seu domínio que a impede de exercer livremente a política e o comércio. Clientelismo nada tem em comum com coronelismo.

O coronelismo é o termo usado para definir a complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o Estado, trazendo consigo características adjuntas como mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), fraude eleitoral e desorganização dos serviços públicos. Abrange todo o sistema político do país, durante a República Velha (1889-1930). Como forma de poder político consiste na figura de uma liderança local, o coronel: a quem cabia a definição das escolhas dos eleitores em candidatos por ele indicados. Silva e Bastos (1988) resumem assim o conceito:

O coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da montagem de modernas instituições - autonomia estadual, voto universal - sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particularistas (SILVA, BASTOS, 1988, p. 220-221).

Dessa forma, o clientelismo pode mudar de parceiros, aumentar ou diminuir ao longo da história. José Murilo de Carvalho, em seu texto “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, registra: “Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade” (CARVALHO, 1997, p. 234).

“Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo” (CARVALHO, 1997, p. 233). O que caracteriza o clientelismo é o sistema de troca. A posse do veículo a uns (os empresários, donos da mídia) em troca da visibilidade

privilegiada ao público a outros (os políticos, que aprovam a concessão de rádio e televisão). Eis o clientelismo eletrônico.

Além disso, há que se delimitar que o coronelismo surge para sustentar uma classe de proprietários rurais que, em decadência econômica, utiliza-se da ascensão política do federalismo, onde o centralismo imperial – sob o presidente de Província, cargo de confiança do ministério no Império – se buscava substituir pelo governador de estado, que o sistema republicano almejava consolidar como ator político eleito para chefiar a política estadual. Os proprietários rurais, para continuar a subsistir como classe, trocam apoio político à emergência da República por sustentação econômica para manterem-se em face de seus dependentes e rivais. “A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência [...]” (CARVALHO, 1997, p. 231).

No “coronelismo eletrônico” do fim do século XX e início do XXI, temos o inverso. Os proprietários da mídia eletrônica, para manter o poder econômico, capturam a esfera pública acessível via mídia para se manter politicamente como classe dominante e à serviço do sistema do capital – modo de produção que inexistia no tempo do coronelismo.

Clientelismo eletrônico seria, a nosso ver, uma melhor caracterização à realidade e propriedade e uso dos meios eletrônicos em debate.⁵⁶ Definição que Santos e Capparelli (2005) deixam de apontar, embora abordem, mas estabelecendo uma confusão conceitual ao fazer a correlação entre clientelismo e coronelismo. Demarcada essa diferença conceitual, o fato é que, como apontam os autores:

Essa configuração política tem vital importância no cenário das comunicações dada a posição estratégica da televisão aberta como principal meio de informação do país e por ser um meio de recepção gratuita. Através dela os antigos coronéis políticos transformaram-se em coronéis eletrônicos, que, em lugar da propriedade rural, usam agora a propriedade de estações geradoras e retransmissoras como forma de extensão dos seus poderes (SANTOS, CAPPARELLI, 2005, p. 78).

⁵⁶ Que conduz a outra situação, o “patrimonialismo” na mídia eletrônica. No sentido amplo, a inexistência de distinções entre os limites do público e do privado, da apropriação privada da coisa pública (seja do espaço público pelos políticos, seja da concessão pública pelos empresários), notadamente na posse e controle dos veículos de comunicação. Pois, também sentido conceitual estrito, trata-se de uma prática estabelecida no Brasil Império anterior ao surgimento do coronelismo e ao avanço da burocracia de Estado com a instituição da República (CARVALHO, 1997, p. 244).

Foi o que certamente anteviu Assis Chateaubriand ao inaugurar oficialmente a TV Tupi, a primeira da América Latina⁵⁷. “A introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política” (MATTOS, 2002, p. 27). Chateaubriand no País, Raimundo Bacelar no Maranhão, como suportes do capital, são pioneiros que personificaram

[...] a radiodifusão, na primeira metade deste século [XX], [que] servia como uma espécie de curinga no baralho da acumulação fordista. No campo político, favorecia a difusão da ideologia capitalista, a mobilização e a formação de opinião pública, buscando manter um consenso social. Já no campo econômico, esses serviços alavancavam a acumulação capitalista, ajudando a criar um mercado para os equipamentos de recepção e funcionando como poderosos instrumentos de *marketing* para os bens de consumo de massas [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 53).

Assim, podemos constatar que a TV Difusora, para além da TV Tupi – que foi extinta em 16 de julho de 1980 –, é uma das raras emissoras do País que vem passando por todas as fases da televisão brasileira.

Numa abordagem mais ampla, Herz (1989) resgata historicamente que, no tocante à radiodifusão, tivemos

[...] três grandes fases da radiodifusão brasileira. Na primeira [1919-1930], introduz-se no país a tecnologia; na segunda [1930-1945], cria-se o primeiro grande sistema nacional de comunicação, promovido e controlado pelo Estado; na terceira [1945-1987], internacionalizando-se a economia, internacionalizaram-se também os meios de comunicação que se expandem violentamente, afirmando progressivamente a hegemonia da atuação privada-comercial (HERZ, 1989, p. 75).

É desse contexto que a televisão herda as bases para seu desenvolvimento. MATTOS (2002), abordando especificamente esse meio de comunicação, identifica seis fases de desenvolvimento da televisão brasileira:

1) a fase elitista (1950-1964);

⁵⁷ Registra a PRÓ-TV (2011): “Assis Chateaubriand, no Brasil, dono do maior império de emissoras de rádio e jornais, ficou sabendo da novidade e foi aos Estados Unidos, disposto a implantar a televisão no país. Procurou David Sarnoff, diretor da RCA, que disse ao brasileiro: “Televisão não é para um país pobre como o seu”. Ao que Chateaubriand irritado, respondeu: “Fique sabendo, mister, que não vou comprar uma, mas duas. Uma instalarei em São Paulo, antes de Cuba e do México”. “E a 2ª, na cidade do Rio de Janeiro. Uma da RCA. Outra da G.E.” Em 18 de janeiro de 1950, Chateaubriand inaugurou a TV Tupi em São Paulo e, em 21 de janeiro de 1951, a TV Tupi do Rio de Janeiro. México e Cuba só conheceriam a TV poucos dias depois de São Paulo.

- 2) a fase populista (1964-1975);
- 3) a fase de desenvolvimento tecnológico (1975-1985);
- 4) fase de transição e expansão internacional (1985-1990);
- 5) fase de globalização e da TV paga (1990-2000);
- 6) a fase da convergência e da qualidade digital (iniciada a partir de 2000).

No tocante à TV Difusora, a emissora maranhense atravessou cinco dessas fases. Por seu caráter legal, retransmissora regional, e fim comercial, TV aberta, ela não é exemplo da fase da globalização e da TV paga da televisão brasileira, a quinta fase (1990-2000), segundo Mattos (2002). Quanto à fase da convergência e da qualidade digital (iniciada a partir de 2000), não a consideramos para analisar a história da TV Difusora para o fim deste estudo, visto que o delimitamos até a transferência da concessão da Rede Globo da TV Difusora para a TV Mirante, o que ocorreu no início da década de 1990.

Assim, em acordo com Mattos (2002), identificamos que o desenvolvimento da TV Difusora foi marcado por quatro fases, aos moldes da televisão brasileira até o início dos anos 1990:

- 1) **a fase elitista (1950-1964)** – quando o televisor era considerado artigo de luxo. “A televisão brasileira foi iniciada com apenas duzentos televisores, que pertenciam a membros da elite econômica. [...] As improvisações e o famoso ‘jeitinho brasileiro’ marcaram o início da televisão” (MATTOS, 2002, p. 80). A PRÓ-TV (2011), em sua exposição “60 anos de TV no Brasil”, anota essa preparação da chegada da TV ao País:

Em meados de 1949, Assis Chateaubriand, o “big boss” das Emissoras Associadas, chegou no pátio da Rádio Tupi e Difusora, onde havia a torre de uma das duas emissoras, uma piscina para resfriamento da água e um jardim, onde os artistas ficavam, nos intervalos dos programas de rádio. E ali jogavam peteca. Era a diversão preferida, à época. Chatô, como era conhecido, chamou Walter Forster a um canto e lhe disse: – **“Vou terminar com esse jogo de peteca.” – Por quê chefe? [sic] Não incomoda ninguém.** – **É que aqui vai ser montada a grande novidade: a televisão. Aqui vão ser os estúdios. Vamos montar em breve a nossa televisão.** E Walter Forster confessou sua ignorância e lastimou: **“Os artistas vão sentir tanta falta do jogo de peteca...”** (PRÓ-TV, 2011, grifo nosso).

A TV Difusora necessitou de uma estratégia de governo para criar audiência. Toda a programação era ao vivo e local. Reynaldo Faray⁵⁸ se destacava com a produção de novelas. Observemos o ineditismo: uma novela totalmente produzida no Maranhão, com capítulos semanais. “A grande estiagem”, sobre a seca no Nordeste, foi a primeira delas. Programas de variedades, como o “Esta noite improvisamos”, “Passarela” (desfiles de modas) e os telejornais, que eram apenas notícias lidas pelos locutores, foram outros formatos utilizados na programação da emissora que surgia. A programação iniciava às 19 horas e encerrava às 23 horas (COSTA FILHO, 2005, p. 21).

Quando instalados os estúdios da TV Difusora-Canal 4, ao nono andar do Edifício João Goulart (Centro de São Luís), embora com os mais avançados equipamentos da época, o público telespectador era quase zero. Para se ter ideia, no dia da inauguração, a Casa Saldanha, que iniciou a venda de aparelhos de TV em São Luís, só dispunha de dois aparelhos (COELHO NETO, 2005, p. 20).

A aquisição das tevês era feita diretamente no Rio de Janeiro, por pessoas de alto poder aquisitivo. Criar audiência à televisão maranhense foi uma ação de Estado: coube à Prefeitura de São Luís comprar e instalar em vários bairros os chamados “telepostos”, onde tevês eram instaladas nas praças, dentro de uma caixa lacrada, geralmente sob responsabilidade da união de moradores para ligá-la (COSTA FILHO, 2005, p. 21).

Anos depois, o hábito do “televisinho” também se popularizaria na cidade: uma TV posta na rua para toda a vizinhança assistir (COELHO NETO, 2005, p. 20). Essa foi também a primeira fase da Difusora;

⁵⁸ Bailarino, coreógrafo, ator, diretor de teatro, cenógrafo, mestre de dança e figurinista, Reynaldo Faray (1931-2003), foi o primeiro diretor artístico da televisão maranhense.



Figura 4 e 5: TV Erga Picolino foi o primeiro televisor portátil fabricado no Brasil (1954), conforme exposição comemorativa “60 anos da TV brasileira”, da PRÓ-TV e Caixa Cultural de São Paulo. Figura 4, foto feita pelo autor, em 20/02/2011. Figura 5, imagem disponível em <<http://www.flickr.com/>>

- 2) a **fase populista** (1964-1975) – corresponde à etapa em que se deixa de lado a improvisação dos anos 50 e se adota o padrão de administração norte-americano. “A queda da TV Excelsior (entre 1964 e 1970) coincidiu com o auge da TV Globo⁵⁹, que se beneficiou diretamente do golpe de 1964, [...] constituindo-se em novo oligopólio que passou a ocupar o lugar dos Diários Associados (MATTOS, 2002, p. 93). Bacelar dá sobrevida à sua TV filiando-a à Rede de Emissoras Independentes (REI), liderada pela TV Record de São Paulo. Assim, veicula filmes enlatados⁶⁰ e passa a transmitir programas de sucesso tanto da TV Tupi quanto da TV Record, como “Fino da Bossa” e “Jovem Guarda”. Para a Difusora esta seria sua segunda fase também. Entretanto, em 1972, ela já se antecipa ao que seria a terceira fase da televisão brasileira, afiliando-se à Rede Globo de Televisão. Manteria essa parceria até o início dos anos 1990;
- 3) a **fase de desenvolvimento tecnológico** (1975-1985) – “caracteriza-se, pois, pela padronização da programação televisiva

⁵⁹ Uma detalhada pesquisa sobre como a Rede Globo consolidou-se sob as bênçãos da Ditadura Militar está em “A História Secreta da Rede Globo”, de Daniel Herz.

⁶⁰ Conforme o dicionário Michaelis (2010), “[...] *sm* Material importado, pronto para veiculação em cinemas, rádios ou televisão”. O termo é usado sobretudo em referência aos filmes adquiridos da indústria cinematográfica dos Estados Unidos para veiculação na televisão brasileira.

em todo o país e pela solidificação do conceito de rede de televisão” (MATTOS, 2002, p. 114);

- 4) a **fase de transição e expansão internacional** (1985-1990) – proliferam-se as concessões sob o governo Sarney em busca do mandato de cinco anos na Assembleia Constituinte de 1988⁶¹, o estabelecimento de várias emissoras regionais e a exportação de programas.

Mesmo com a proliferação das concessões, uma característica torna-se comum à constituição das empresas de televisão: ela repete a lógica de propriedade dos outros grupos privados nacionais, onde 90% dos 300 maiores grupos têm controle familiar iniciado no começo do século XX. Ou seja, são administrados por um ou mais membros da família controladora. (MORAES, 1998, p. 107). Como expõe Simões e Mattos,

A questão da formação de monopólios privados em comunicações, em geral, e na televisão, em particular, não é somente um problema econômico, mas uma questão ampla, que se relaciona também com aspectos políticos que envolvem a consolidação da democracia e a conformação das relações de poder dentro da sociedade brasileira (SIMÕES, MATTOS, 2005, p. 48).

Essa quarta fase será a mais marcante na história do controle da TV Difusora, não por sua expansão internacional, mas pela transição que atravessou rumo à definição de seu espaço mercadológico, perdendo a liderança para ser a segunda emissora em índices de audiência, destinação de verba publicitária, etc.

Após 23 anos sob controle da família Bacelar, ela passará meteoricamente pelas mãos de William Nagem/Epitácio Cafeteira/Fernando Sarney e será vendida à família Lobão. Nesse ínterim, a TV Difusora também perde a retransmissão da Rede Globo no Maranhão e, posteriormente, em São Luís. Como pano de fundo, a demarcação do controle político e econômico do poder no Maranhão via a tomada da retransmissão da Globo no Maranhão pela família Sarney. E, mais que a consolidação de laços de amizade, a formalização da condição de sócios no mesmo negócio entre Roberto Marinho e José Sarney.

⁶¹ De acordo com Motter (1994, p. 95), dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou TV, 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos para Sarney.

Como estabelece GOMES, a relação entre comunicação e negócios

[...] trata-se de um sistema descrito em termos de encaixes e desencaixes de interesses, de forma que o domínio da comunicação não pode ser concebido como passivo na sua interação com o mundo dos negócios (GOMES, 2007, p. 153).

A tomada da Globo no Maranhão pelo autêntico núcleo dirigente do sarneismo foi sobretudo um processo de retesado prazo, compreendido entre a concessão dada pelo general-presidente João Figueiredo a Sarney para sua emissora, a TV Mirante, passando pela liberação de concessões de canais de rádio e TV por José Sarney quando presidente da República (especialmente no ano de 1988)⁶², até a formalização da transferência da Rede Globo da Difusora para a Mirante, no dia 1º de fevereiro de 1991.

Como historia Herz,

Dono de um jornal e de uma rádio FM, o presidente Sarney vai inaugurar no Maranhão um junho (1986), com a Copa do Mundo, a TV Mirante, uma concessão que lhe foi presenteada pelo presidente João Figueiredo. Apesar de sua amizade com Roberto Marinho, Sarney irá transmitir a programação de Silvio Santos para não se meter em novos problemas políticos em sua terra. A Globo já é retransmitida em São Luís pela TV Difusora, do deputado Magno Bacelar, seu aliado no PFL, que não admite perder a concessão (VEJA apud HERZ, 1989, p. 69).

A citação de HERZ trata-se de matéria da revista Veja, publicada em 30 de abril de 1986: “Sarney se associa a Silvio Santos na TV”. A resistência do proprietário da TV Difusora e deputado federal Magno Bacelar, um dos filhos de Raimundo Bacelar, será contornada por Sarney através de dois movimentos táticos: o enfraquecimento político e o endividamento financeiro de Magno Bacelar. De uma só vez, as eleições de novembro de 1986 contribuíram para ambos os intuitos.

Candidato a senador por uma das sublegendas que compunha a Aliança Democrática (PMDB/PFL), Magno Bacelar saiu derrotado das urnas por Edison Lobão e Alexandre Costa⁶³, alcançando com seus votos obtidos nas urnas, segundo

⁶² Lembra Motter (1994, p. 97): “A duração do mandato de José Sarney foi definida pela Constituinte no dia 2 de junho de 1988, quando foi votada emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), fixando o mandato de cinco anos, aprovada por 328 votos a 222, com três abstenções”.

⁶³ A Aliança Democrática foi um pacto promovido entre políticos de vários partidos para vencer as eleições indiretas para presidente, em 1985. Resultou na vitória da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Nas eleições de 1986, ela foi reeditada sob a liderança de seus dois principais partidos: PMDB e PFL. José Sarney, empossado Presidente da República com a morte de Tancredo Neves, constrói uma inédita aliança entre seu grupo político e a oposição maranhense. Apóia Epitácio

as regras eleitorais da época, a primeira suplência de Edison Lobão. Sarney orientou apoio político-eleitoral aos dois vencedores e financiou a campanha de Américo de Sousa, fragilizando Magno Bacelar que, das eleições, saiu também endividado. Lembra o jornalista José Ribamar Gomes o motivo de tal movimentação:

O que moveu a oligarquia Sarney a conjurar contra a candidatura senatorial de Magno Bacelar foi o seu poderoso meio de comunicação. Ele era dono da TV Difusora, então principal emissora de televisão do Maranhão, afiliada da Rede Globo, e da rádio Difusora AM, com 80 por cento de audiência. O que Sarney queria? Destruir as emissoras de Magno Bacelar e fortalecer as suas. Daí que quando perguntada sobre a razão de tanta perseguição ao deputado Magno Bacelar, Roseana Sarney simplesmente respondeu: **“Não é fácil tomar a televisão de um senador”** (BLOG DO GOJOBA, 2011, grifo nosso).

Registra Maia: “[...] com as dívidas contraídas nas eleições, Bacelar se vê obrigado a se desfazer de vários bens, entre eles o sistema de comunicação da Difusora (composto por uma TV e rádios AM e FM) [...]” (MAIA, 1993, p. 50).

O processo de transferência, contudo, dá-se na forma de uma verdadeira engenharia política. Magno não admite desfazer-se da emissora. Controlando 70% das ações da TV Difusora, pois os outros 30% ele havia vendido ao empresário e também político Francisco Coelho, de Balsas, num “contrato de gaveta” que, na verdade, colocava o então governador Luiz Rocha (1983-1987)⁶⁴ como sócio da televisão (COELHO NETO, 2005, p. 20), Magno Bacelar negocia abrir mão do direito de retransmissão da Rede Globo no interior do Maranhão, mantendo a capital sob transmissão de sua emissora. Buscava, assim, uma repactuação com o sarneismo que não viria. Pelo menos, não nos negócios.

Por certo, o empresário acreditava que, ainda com o controle da emissora, operaria a lógica dos negócios da comunicação a ponto de salvar o patrimônio. Lógica essa bem explicitada a seguir por Gomes,

O sistema comunicacional conhece o valor da sua mercadoria e sabe valorizar o recurso que controla. Consegue o dinheiro de que precisa

Cafeteira (PMDB) para o Governo do Estado e elege os dois Senadores da República de sua predileção, Alexandre Costa (PFL) e Edison Lobão (PFL). As duas sublegendas do PFL apresentaram quatro postulantes ao Senado: numa, três candidatos (Américo de Sousa, Edison Lobão e Magno Bacelar); em outra, um (Alexandre Costa).

⁶⁴ Luiz Rocha foi um dos poucos do grupo Sarney que manteve apoio à candidatura de Magno Bacelar a senador. Não se somou, pelos próprios interesses, a conveniência que prevaleceu junto ao autêntico núcleo de seu grupo: derrotar Magno Bacelar, pois tomar a televisão de um senador seria muito mais difícil...

vendendo espaço ou tempo de publicidade, mas o consegue também, na forma mais viciada das interações, trocando vantagens editoriais com ajuda econômica na forma de antecipação de recursos, de empréstimos ou de favorecimentos (GOMES, 2007, p. 153).

Confiante nessa lógica dos negócios da comunicação, em pouco tempo, entretanto, Bacelar seria obrigado a submeter-se a outra regra do círculo vicioso dos negócios da comunicação e política: sem força política, não há como posicionar-se bem no mundo dos negócios sob recursos do Estado; exaurem-se os recursos públicos; sem poder econômico, não há como obter força política para bem posicionar-se nos negócios da comunicação. A família Bacelar já não tinha nem um, nem outro.

A pactuação proposta por Bacelar, abrir mão da retransmissão da Rede Globo nas cidades do interior do estado, serve apenas à família Sarney. Em plena disputa pelo quinto ano de mandato na Constituinte, José Sarney utiliza-se da distribuição de concessões também para construir seu próprio império midiático:

Durante a Constituinte, surgiram denúncias de que o presidente Sarney estava usando seu poder para expandir os negócios da família, tendo concedido canais a seus filhos, o deputado José Sarney Filho (PFL-MA) e Roseana Sarney. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) levou esta denúncia à CPI do Senado encarregada de apurar as possíveis irregularidades nas concessões. A acusação provocou um veemente desmentido do deputado Sarney Filho [...] Mas, a despeito dos desmentidos, registros do Minicom [Ministério das Comunicações] comprovam que o presidente Sarney beneficiou familiares, parentes, amigos e aliados [...] Além de expandir o número de emissora, a família Sarney conquistou o direito de transmitir os sinais da Rede Globo para o estado do Maranhão – com exceção da capital, onde a afiliada é a TV Difusora. A TV Imperatriz já foi inaugurada como afiliada da Rede Globo, graças a um acerto com o ex-deputado Magno Bacelar, que até então era responsável pela retransmissão das suas imagens para todo estado (MOTTER, 1994, p. 106).

Esse seria um passo quase definitivo do sarneismo rumo à tomada completa da TV Difusora. Não fosse outro componente: eleito governador, Eptácio Cafeteira (PMDB) também decide aventurar-se nos negócios da comunicação. Sob o cerco vindo da amizade entre Roberto Marinho e Sarney e do poder político do Planalto, Bacelar também enfrentaria o isolamento local. Já em 1987, no início do mandato, o então governador Eptácio Cafeteira (1987-1990) adquiriria, através do desconhecido empresário William Nagem, os 30% de Francisco Coelho, que vende as ações e se capitaliza para implantar seu próprio sistema de rádio e TV em Balsas.

Nesse cenário, a família Bacelar não tem mais por onde resistir, a Difusora já não lhe pertencia mais: vende, em 1988, os seus 70% nos negócios também a William Nagem. A carreira meteórica desse empresário da mídia durou o tempo em se mantiveram bem relacionados o governador Eptácio Cafeteira e empresário Fernando Sarney, administrador do Sistema Mirante de Comunicação. William Nagem foi um *sui generis* caso de duplo “laranja” nos negócios da comunicação maranhense (COELHO NETO, 2005, p. 20).

De 1988 a 1990, a família Sarney vê retardada a pretendida troca de retransmissão do sinal da Globo, em São Luís. Nesse espaço de tempo, as boas relações entre Governo Federal, Governo do Estado e os sistemas de comunicação Mirante (ainda retransmitindo o SBT) e Difusora permitem à TV Mirante adequar tecnicamente sua planta de instalações aos equipamentos e treinamento de pessoal exigidos pela Rede Globo. Nesse período, “as ações políticas do grupo passam, então, a ser apoiadas pelas duas maiores emissoras de TV do estado, visto que ambas passaram a ser de propriedade da família” (COUTO, 2009, p. 160).

Somente no processo eleitoral de 1990, quando Cafeteira não abre mão de ser candidato, obrigando Sarney a disputar uma vaga de Senador pelo Amapá, é que surge o *timing* para a separação da sociedade que vinha sustentando a TV Difusora. As alterações serão definitivas.

Depois da vitória nas eleições de 90 em que a família Sarney consegue eleger o seu candidato a governador do Estado, o próprio José Sarney, para senador do Amapá, e os dois filhos para deputados federais, a família comemora a nova rede de televisão que se afiliou à Rede Globo (MAIA, 1993, p. 48).

Eleito senador, Cafeteira, via William Nagem, vende ao empresário Edinho Lobão, filho do governador eleito Edison Lobão (1991-1994)⁶⁵, os 30% de ações que tinha.

A família Lobão, com o aparelho de Estado sob seu comando direto, não criou dificuldades para a transferência do direito de retransmissão. Em troca, William Nagem vende os 50% de cotas, dos 70% pertencentes a Fernando Sarney, também

⁶⁵ Com a posse de Edison Lobão no Governo do Estado, Magno Bacelar assumiria, como suplente, o mandato de Senador (1991-1994), já filiado ao PDT e eleito, em 1988, vice-prefeito de São Luís na chapa de Jackson Lago, pela coligação União da Ilha (PDT-PSB-PCdoB-PSDB). Cargo que renunciaria para assumir como parlamentar. Embora Senador, a TV Difusora não retornaria mais a suas posses.

a Edinho Lobão. “Ele mantém consigo os 20% restantes, reivindicados para si para não sair sem nada diante dos serviços que prestou a Fernando Sarney” (COELHO NETO, 2005, p. 20). Essas cotas restantes, Nagem vendeu à família Lobão na segunda metade dos anos 1990, tornando-a controladora de 100% das ações da TV Difusora.⁶⁶

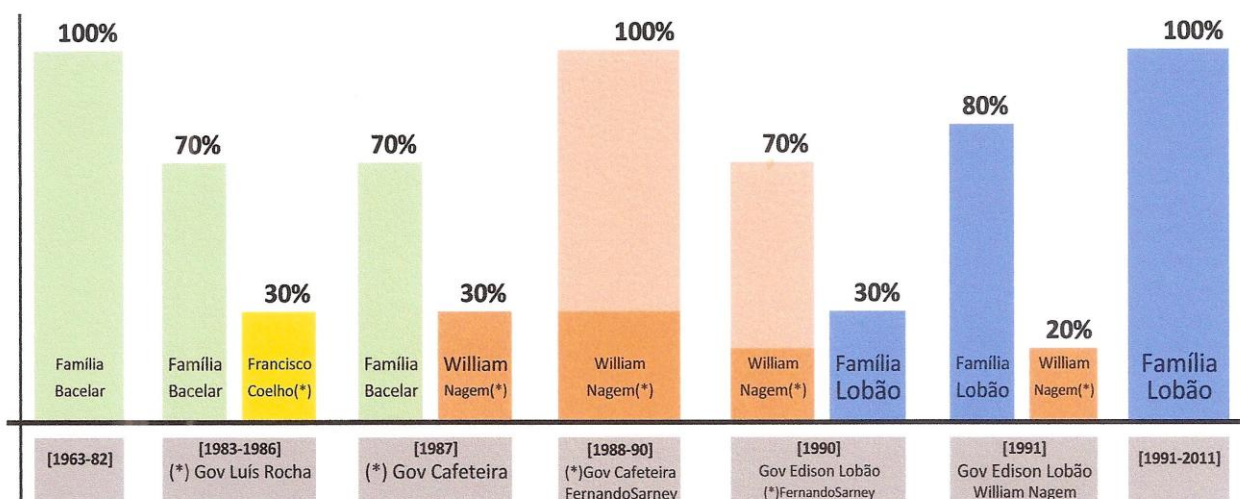


Figura 6: Propriedade e controle das ações da TV Difusora de 1963 a 2011

Nesse contexto, ao contrário do que conclui Maia (1993), muito mais do que uma operação técnica, a transferência do direito de retransmissão da Globo no Maranhão foi um acerto político. Afirmar Maia:

Com uma estrutura tão deficitária, a Globo passou a negociar com a TV Mirante, da família Sarney. Não se pode negar o peso político na transferência da emissora, mas também não se podem desprezar os relatórios técnicos sobre a TV Difusora. A mudança de sinal não foi uma decisão apenas política (MAIA, 1993, p. 51).

Tal acerto político, fica evidente, foi planejado anteriormente à fundação da própria TV Mirante, em 15 de março de 1987. E que se consuma em 1º de fevereiro de 1991, quando, enfim, Mirante–Sarney e Globo–Marinho passam a ser um só *locus* de poder midiático no Maranhão.

⁶⁶ Em nossa opinião, aqui se inaugura a quinta fase no desenvolvimento da TV Difusora, a fase sob controle da família Lobão. Em quase duas décadas, sob direção do empresário Edinho Lobão, a Difusora vai, então, entrar na fase de sua convergência e qualidade digital, como caracteriza MATTOS a fase recente da televisão brasileira.

QUINTA-FEIRA, 14-ABR-1988 DIÁRIO OFICIAL SEÇÃO I 6419

2.100m, chega-se ao P-77, de coordenadas UTM 491.200E e 8.779.100N; daí, confrontando com terras de quem de direito, com altitude de 400m e distância de 400m, chega-se ao ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: folha planimétrica SE-24-V-6-III, Escala 1:100.000 SUDINE, Ano 1977).

Art. 2º - Excluem-se dos efeitos deste Decreto: a) as sesmarias, as aquedutos e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º - É facultado ao proprietário o direito de escoar a área contígua, correspondente a vinte e cinco por cento do total descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1967.

Art. 4º - O Instituto Jurídico das Terras Rurais - INIJUR, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente Decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1967.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1988; 167ª da Independência e 100ª da República.

JOSE SARNEY
Jáder Fontenelle Harbath

DECRETO Nº 95.919, DE 13 DE ABRIL DE 1988.

Declara o interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "FAZENDA CENTRO DA NATA", classificado como "latifúndio por exploração", situado no Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 02 de maio de 1986, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 141, item III, e 141 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 19, da Lei nº 4.304, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item I e V, da Lei nº 4.304, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "FAZENDA CENTRO DA NATA", com área de 4.356.000 ha (quatro mil, trezentos e cinquenta e seis hectares), situado no Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 02 de maio de 1986.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perfil: partindo do marco M-I, situado na confrontação dos lotes 26, 23 e 24, segue com rumo de 200º30' e distância de 6.600m, até o marco M-II, situado na confrontação dos lotes 24, 25 e 26; daí, segue com rumo de 295º30' e distância de 4.000m, até o marco M-III, situado na confrontação dos lotes 26, 41 e 40; deste, segue com rumo de 300º30' e distância de 6.600m, até o marco M-IV, situado na confrontação dos lotes 40, 39 e 38; daí, segue com rumo de 300º30' e distância de 6.600m, até o marco M-V, ponto inicial da descrição deste perímetro. (fonte de referência: planta de situação - escala 1:100.000 - ano 1986).

Art. 2º - Excluem-se dos efeitos deste Decreto: a) a área em produção explorada pelo proprietário; b) os implementos, as máquinas e os implementos agrícolas; c) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º - É facultado ao proprietário o direito de escoar a área contígua, correspondente a vinte e cinco por cento do total descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1967.

Art. 4º - O Instituto Jurídico das Terras Rurais - INIJUR, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente Decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1967.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1988; 167ª da Independência e 100ª da República.

JOSE SARNEY
Jáder Fontenelle Harbath

Decreto nº 95.920, de 13 de abril de 1988

Renova a concessão outorgada à RÁDIO TÉCNICA ATINIRIA LTDA., para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Atalaia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo HC nº 29.400.000/88, decreta:

Art. 1º - Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 24 de maio de 1988, a concessão de RÁDIO TÉCNICA ATINIRIA LTDA., na frequência de 1.570 kHz, na cidade de Atalaia, Estado de São Paulo, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1981, de que a entidade aderiu previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1988; 167ª da Independência e 100ª da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 157, de 13 de abril de 1988. Encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei que "concede aposentadoria especial a BULGARES BULGÁRIOS DE ORIGEM".

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 964, de 29 de março de 1988. Transferência indireta, para novo grupo, das outorgas concedidas à RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO S.A., executora dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, onda média, onda tropical e radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. (Processo nº 29.43.08).

PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 464, DE 12 DE ABRIL DE 1988

O MINISTRO DE ESTADO EXARCADEMENTO PARA ASSUNTOS DE IRRIGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 8º, inciso VII, da Lei nº 6.462 de 26 de junho de 1978 e tendo em vista o disposto nos artigos 63, § 4º, e 64, inciso II, do Decreto nº 89.450, de 29 de março de 1988, RESOLVE:

Fixar as tarifas de água para a área compreendida pela Jurisdição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, para o ano de 1988, de acordo com a seguinte tabela:

1 - PARA IRRIGAÇÃO		
a - captada diretamente no aqüeduto	R\$	115,00/1.000 m³
b - conduzida em canais	R\$	732,00/1.000 m³

2 - PARA ABASTECIMENTO DE CÍTRICOS URBANOS E IMPOBILIZADOS

a - captada diretamente no aqüeduto	R\$	875,00/1.000 m³
b - conduzida em canais	R\$	875,00/1.000 m³

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

10C. Nº 96/88) VICENTE FIALHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretaria de Recursos Humanos

Processo nº 107

Faço menção aos servidores públicos, ativos e inativos, e pensionistas do plano temporário concedido pela Lei nº 2.425, de 1988.

PARCER Nº 53/88

O assunto em referência versa sobre o plano temporário de que trata o artigo 39 do Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que estabelece o seguinte:

Figura 7: Despachos da Presidência da República – Ministério das Comunicações
Exposição de motivos nº 964, de 29 de março de 1988, publicado no Diário Oficial de 14 de abril de 1988: Autoriza a transferência de outorga do sistema Difusora, mas de quem para qual novo grupo?

Exemplo cabal de como

A rede de clientelismo que configura as comunicações brasileiras passa por distintas formas de associações de interesses, apadrinhamentos e parentescos. O que pode parecer um mercado concorrencial às vezes revela-se uma espécie de divisão do bolo entre amigos (RAMOS, 2005, p. 92)

Como demonstramos, a disputa pelo controle da retransmissão da Rede Globo no Maranhão foi uma estratégia deliberadamente construída pelo núcleo da classe dominante maranhense – a família Sarney. O domínio do aparato do Estado serviu-lhe de arrumação dos interesses intraclasses dominante, bem como, quando sob seu controle direto, instrumento de acúmulo de riqueza. Isto, alinhado ao mais

poderoso grupo empresarial midiático do País, que foi criado e consolidado sob os mesmos moldes do sistema Mirante: o uso do poder. Se pare isso se tornou necessário submeter os próprios aliados a esses interesses ou mesmo derrotá-los, fez-se.

Entre recuos e avanços rumo a esse objetivo, a família Sarney buscou firmar-se pelo *locus* midiático de concentração de poder ideopolítico e econômico como força dirigente da política maranhense. Concentração significa controle. E controle é fundamental para a definição do padrão de legitimação social. (MORAES, 1998, p. 135).

Quatro modalidades de concentração caracterizam o mercado da comunicação: 1) *horizontal*: trata-se da monopolização ou oligopolização que se produz dentro de uma mesma área, como, por exemplo, o domínio do mercado de TV por assinatura por poucas operadoras; 2) *vertical*: diz respeito à integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, com um único grupo controlando desde os vários aspectos da elaboração de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição; 3) *propriedade cruzada*: propriedade simultânea, por conglomerados, de diferentes meios de comunicações (canais de TV por cabo, MMDS ou satélite, emissoras de rádio, revistas, jornais, provedores de internet, telefonia celular); 4) ***monopólio em cruz: refere-se à reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da "propriedade cruzada"***. Os quatro cenários conduzem à concentração exarcebada e à oligopolização, comprimindo, às vezes drasticamente, a concorrência naqueles setores que requerem dispêndios de monta e atualização tecnológica (MORAES, 1998, p. 70, grifo nosso).

A transferência do direito de retransmissão do sinal da Rede Globo do Sistema Difusora para o Sistema Mirante é um exemplar caso de monopólio em cruz. A aquisição de um meio mais atual (a televisão) pelo mesmo grupo empresarial que já detém um meio mais antigo (o jornal), exemplo de concentração horizontal. A aquisição de outros veículos dentro da mesma área com o fim de controlar da produção ao processo de distribuição dos produtos midiáticos, concentração vertical. A reprodução, no espaço local (sistema Mirante), dessa propriedade cruzada (concentração vertical e horizontal) existente em âmbito nacional (Rede Globo), monopólio em cruz.

Ao se impor como a retransmissora da líder do mercado nacional, o grupo regional se afirma localmente como principal ente do processo de distribuição das mercadorias e produtos midiáticos a serem disponibilizados pela rede nacional. Inclui-se no processo de circulação que lhe garantirá um argumento fundamental: a maior fatia das verbas publicitárias cabe ao grupo de comunicação que mobiliza a

maior audiência. Isso tanto para seus negócios com o Poder Executivo estadual como junto às verbas publicitárias dos demais (Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Prefeituras) e, secundariamente, ao próprio mercado onde circula as verbas publicitárias das empresas da iniciativa privada.

Mosco (2006), ao refletir sobre os aspectos contemporâneos sob os quais se deve repensar a Economia Política da Comunicação, sugere que esse tipo de concentração da mídia é elemento-chave sob o qual a EPC deve se debruçar e desenvolver estudos.

O capital está em movimento. Na análise da situação midiática maranhense como aspecto singular desse movimento do capital que se desenvolve amplamente e em outras realidades⁶⁷, o Maranhão, sem dúvida, é um exemplo fértil e amadurecido para se verificar essa hipótese teórica, ainda que o contexto da formação social maranhense pareça remeter mais a sociedades pré-capitalistas. Aqui, o processo de monopólio em cruz já se desenvolve há mais de duas décadas!

⁶⁷ Referimo-nos à reviravolta em países da Europa (e também nos Estados Unidos) nos quais a concentração cruzada da propriedade da mídia, sobretudo motivada a partir da Itália (onde o presidente Berlusconi é um megaempresário das comunicações), antes proibida em lei, inicia um processo de revisão desse padrão estabelecido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, propusemo-nos a investigar a mídia eletrônica de televisão tendo como ponto de apoio o percurso da TV Difusora em seus 48 anos de existência como a mais antiga emissora maranhense de televisão. Para tanto, dirigimo-nos especialmente para a trajetória, quando de propriedade da família Bacelar, da posse do direito de retransmissão que a mesma tinha da programação da Rede Globo e esta passa a ser objeto de interesse dos negócios de comunicação da família Sarney.

Na reconstituição desse percurso da TV Difusora, procuramos pesquisar como as políticas públicas de comunicação foram quase que exclusivamente definidas por uma só classe, no tocante a concessão de canais de TV em nosso estado, especialmente quando, dado serem as políticas públicas resultantes de um debate público, estabelecido na sociedade a partir do conflito por demandas geradas por conta da divisão da sociedade em classes e seus projetos históricos. Para isso, situamos nossa investigação no âmbito dos estudos da televisão no País e das concessões de mídia eletrônica elaborados por pesquisadores como Bernardo Kucinski, Venício Lima, Murilo César Ramos, Suzy Santos, Sérgio Caparelli, Paulino Motter, Wilson Gomes, César Bolaño e Valério Brittus.

Buscamos também compreender como se configurou, no Maranhão, esta relação entre mídia e controle social; quais as particularidades das concessões de canais de televisão no Maranhão e sua relação com os grupos de poder político e econômico; e como esse embate entre esses grupos de poder se refletiu na disputa pela retransmissão da Rede Globo no Maranhão e na posse da concessão da TV Difusora. Para tanto, servimo-nos de contribuições de teóricos com Francisco de Oliveira, István Mészáros, Marilena Chauí, dentre outros, além de trabalhos sobre a realidade maranhense como os de Zulene Barbosa, Wagner Cabral, Carlos Agostinho Couto e depoimentos de alguns profissionais que viveram o processo histórico.

Esse esforço de avaliação da trajetória percorrida pelo trabalho dá-se pela perspectiva de verificar se os esforços empreendidos alcançaram os objetivos pretendidos pela pesquisa. Acreditamos que sim.

Na trajetória da pesquisa, optamos pela perspectiva da Economia Política da Comunicação. Por ela, vimos as possibilidades de explicação de determinadas particularidades e a formulação das questões corretas que nos levaram ao universo de respostas desembaçadas acerca da realidade midiática maranhense, ao inter-relacionar a chamada Economia Política, surgida no século XVIII com o intuito de compreender o modo de produção capitalista, e o aparecimento das indústrias de mídia, no século XX, mormente a partir dos anos 1960.

Assim, ficou evidente que a tomada da transmissão da Rede Globo no Maranhão obedeceu a um duplo objetivo: o controle ideopolítico e o acúmulo de riqueza pelos negócios da comunicação, especialmente farto quanto proprietário dos negócios e agente do Estado se confunde no mesmo ente. Uma verdadeira mídia despótica, pouca atenta e mesmo surda aos ecos das ruas e totalmente descompromissada com a prestação de contas de seus argumentos. Que é parte e, ao mesmo tempo, a responsável por controlar a porta de entrada da arena política de disputa. O que obriga as classes subalternizadas a um duplo desafio: construir a arena política e travar nela a disputa política.

Essa é a mídia rica e que enriquece seus donos, ao custo de uma experiência democrática maranhense frágil, pouco participativa e de influência mínima no processo eleitoral que possibilite a alternância no poder. Controle político da comunicação que tem sido destacado componente para o exercício do controle e manutenção do *status quo* da sociedade maranhense, pois a mídia tornou-se para as elites dominantes o meio principal de controle social. Inclusive para promover a própria legitimação social do uso do poder por essa elite dominante.

Ainda no esforço acadêmico de avaliar os resultados obtidos, retomamos os argumentos trabalhados para dar conta dos objetivos específicos a fim de verificar os procedimentos realizados pela pesquisa.

Vimos que a implantação da TV Difusora não surge somente do pioneirismo de seu fundador, Raimundo Bacelar. Na verdade, no contexto de emergência de uma nova fase político-econômica do País, a proliferação da televisão obedeceu à lógica do capital de viabilizar a comercialização de suas mercadorias que estavam, sob a forma de produção fordista, sendo produzidas em massa. O que necessita de consumidores. A fase “elitista” da televisão (1950-1964) é a fase patrocinada pelas grandes marcas de empresas produtoras de objetos de consumo. A televisão seria mais um deles.

A TV Difusora surge e se expande sob essa lógica. Sua concessão, no âmbito do império das comunicações de Assis Chateaubriand, é fruto da relação dos negócios da comunicação com a política. Sua consolidação, na fase “populista” (1964-1975) também está sob a lógica do contexto político-histórico de ascensão dos generais ao poder central. Seu vínculo com a emergente Rede Globo de Roberto Marinho, em 1970, foi a consequência esperada do negócio de um agrupamento político que não estava em contradição com a nova casta no poder. Pelo contrário, desvincula-se dos que se opuseram ao golpe militar.

Por isso a TV Difusora sobrevive política e se revigora tecnicamente. Sai do tele-teatro, da programação das 19 às 23 horas, totalmente produzida em âmbito local, para a organização em rede e a profissionalização comercial instituída pelo consórcio Globo-*Time Life*-Ditadura Militar. A fase de “desenvolvimento tecnológico” (1975-1985) é o aprofundamento dessas bases anteriormente dadas.

É, então, na fase de “transição e expansão internacional” da televisão brasileira que podemos caracterizar como a principal fase da TV Difusora, a da disputa pelo seu controle e, em especial, pela retransmissão da Globo no estado. A essa altura, já em operação os negócios de dois fiéis aliados do regime, Roberto Marinho e José Sarney. Este último, alçado à Presidência da República no processo de transição democrática, com os poderes de unificar a oposição maranhense que lhe existia a um só projeto eleitoral. Ante a resistência da família Bacelar em repassar à família Sarney o direito de retransmissão da Rede Globo, restou a implementação de um estratégia de prazo tão longo quanto possível de esperar: o enfraquecimento político, o endividamento financeiro e, por fim, o cerco aos negócios da família Bacelar.

Se de 1963 a 1986 a família Bacelar controlou a TV Difusora por 23 anos, mesmo quando teve que se associar ao governador Luís Rocha (que passou a controlar 30% das ações), de 1987 a 1991 ela viu a antiga emissora lhe escapar pelas mãos e se metamorfosear por completo:

- 1) em 1987, diante dos 30% de Francisco Coelho (na verdade, pertencentes ao governador Luiz Rocha) vendidos a William Nagem (efetivamente controlados pelo governador Eptácio Cafeteira);
- 2) em 1988, quando vende os seus 70% de ações a William Nagem (na verdade, Fernando Sarney);

- 3) em 1990, quando Willian Nagem vende 30% do controle (então o montante das ações concernentes ao governador Epitácio Cafeteira) para a família Lobão;
- 4) em 1991, quando William Nagem vende todas as ações restantes sob seu controle (oriundas da parcela relativa à participação do empresário Fernando Sarney) para a família Lobão (quando o Governo do Estado já se encontra sob comando do patriarca da família, Edison Lobão) e há definitivamente a troca de concessão da Rede Globo no Maranhão da TV Difusora para a TV Mirante.

Movimento deliberado e planejado de captura da retransmissão da Rede Globo antes mesmo da inauguração da TV Mirante, em 15 de março de 1987. Isso por conta da implementação de uma estratégica ação de controle social, político, econômico e ideológico: ter o principal grupo de comunicação do estado afiliado à principal rede de comunicação do País, a fim de operacionalizar uma política de dominação que não fugisse ao controle do núcleo da classe dirigente, a família Sarney.

O sistema de comunicação pertencente à família Sarney, assim, posiciona-se muito bem na política, o que o leva um bom posicionamento no mundo dos negócios da comunicação, sobretudo para a captação de verbas publicitárias do Estado, o que lhe permite manter um bom posicionamento na esfera da política. “Se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação”, confessa o próprio José Sarney.

E se não fosse políticos, também não enriqueceriam tão rápido pelos negócios da comunicação. No governo de Roseana Sarney (1995-2002), por exemplo, uma situação emblemática. Em ambos os lados da mesa de negociação, a mesma família nos negócios de comunicação. De um lado, a governadora que autoriza os gastos de verba publicitária do Estado; de outro, o irmão, o empresário Fernando Sarney, que recebia os recursos sob forma serviços prestados pela TV Mirante – de propriedade dos três irmãos: Fernando Sarney, Sarney Filho e Roseana Sarney. Sobre a mesa, 700 mil reais mensais de verba publicitária para o Sistema Mirante. Com isso, tem-se o faturamento do Sistema Mirante, com apenas um cliente, o Governo do Estado, no valor anual de R\$ 8,4 milhões, superior ao que 93% das empresas do Maranhão não conseguem obter de receita no ano todo!

Não por acaso, controlar a retransmissão da maior rede de televisão no estado foi um verdadeiro vai-e-vem na disputa intraclasse dominante, somente organizada e resolvida a partir do controle do aparato estatal. E com o intuito de afirmar o núcleo ideológico dirigente da política maranhense, consolidar um espaço de acumulação de riqueza e poder econômico pela mídia eletrônica de televisão no Maranhão e ocupar uma posição privilegiada na configuração da política sob os tempos do clientelismo eletrônico. Além do alinhamento ao principal grupo detentor de poder no País, as organizações Globo, do empresário Roberto Marinho.

Na trajetória da TV Difusora, portanto, tivemos a reconstituição do processo histórico de seu desenvolvimento e inter-relação com a política de comunicação para a concessão de canais de TV, bem como identificamos as estratégias e mecanismos utilizados no Maranhão na implantação das concessões de canais de televisão e como elas têm contribuído para o controle social e a manutenção do *status quo* no Maranhão.

O “monopólio em cruz” (propriedade de veículos cruzada horizontal e verticalmente em âmbito local a partir de um grupo nacional), pelo qual a TV Mirante controla diretamente 22 veículos de comunicação no Maranhão, coloca-a como quarto maior grupo de comunicação dentro das afiliadas da Rede Globo no País. Atrás apenas da Globo-Rio, RBS-Rio Grande do Sul e Sistema OJC-Goiás.

No Maranhão, vem seguida de longe por dois outros grupos de mídia: o Sistema Difusora, da família Lobão, com 11 veículos controlados diretamente, e o sistema de comunicação da família Rocha, com três veículos diretamente controlados.

Esse controle da mídia eletrônica há duas décadas coloca a situação maranhense como exemplo profícuo de estudo sobre a realidade da concentração da mídia que se expande pela Europa e Estados Unidos. Sobretudo pelo viés da Economia Política da Comunicação acerca do controle e regulamentação dos meios. Essa é, pois, uma questão que pensamos que deve ser retomada para um trabalho posterior e focado para novos recortes.

Embora a teoria gramsciana não tenha se constituído como fio condutor deste trabalho, encontramos nos autores em debate sobre a mídia eletrônica questões que nos parecem também pertinentes retomar posteriormente à luz das ideias de Antonio Gramsci. Uma delas: a partir das reflexões de Octavio Ianni e

Fábio Konder Comparato, a mídia eletrônica emerge como novo intelectual orgânico na política contemporânea?

Outra questão: a partir do conceito de “aparelhos privados de hegemonia”, a mídia eletrônica atual constitui exemplo desses tipos de aparelho de construção de hegemonia? Ou, a partir desse próprio conceito, constitui-se em outra mediação a ser enriquecida a partir da perspectiva gramsciana?

Também ao tomar conhecimento de outro exemplo, mas não tendo sido o foco deste estudo, convencemo-nos da pertinência do estudo de outra situação pela qual se dá a disputa pela arena do espaço público maranhense acessado pela mídia eletrônica: trata-se da disputa pelo controle acionário da TV Cidade, travado entre as famílias Vieira da Silva e Rocha.

Aqui, em jogo não a supremacia do volume de audiência mobilizada ou de uma grande rede de televisão em disputa (a rede TV ainda patina em audiência e profissionalização de sua programação), mas a neutralização do adversário político anulando sua aparição na esfera pública mobilizada pela televisão em São Luís. O sarneismo, dessa forma, joga em dois sentidos pela manutenção da hegemonia no estado: (1) controla o principal veículo e mantém relação de convivência harmoniosa com o segundo maior sistema e (2) interdita o controle de grupos não-alinhados a seu projeto de poder a outros veículos. Sem dúvida, um bom tema para ser investigado em outro trabalho de pesquisa.

Assim, após 20 anos da tomada da TV Difusora e da retransmissão da Rede Globo pela família Sarney, temos a convicção de que a história da mídia maranhense, e em específico da relação estabelecida entre mídia, controle político e poder econômico no Maranhão, é um campo de estudo e pesquisa de rebatimento em questões teóricas de fundamental importância tanto para a nossa singular realidade quanto para as situações gerais diante da mídia oligopolizada que se expande a partir do sistema do capital mundo afora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A relação entre o estado e a sociedade civil: a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social. **Serviço Social e Movimento Social**, São Luís, v. 1, n. 1, 1999.

ABREU, Marina Maciel. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 1, 2002.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Acadêmicos ocupantes**: José Guimarães Neiva Moreira. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

AGUIAR, Odilio Alves. A questão social em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 27, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

ALMEIDA, Gilberto. Do conceito de esfera pública para a interpretação da cultura democrática. **Textos de cultura e comunicação**, Salvador, 1996.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2004.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1990.

BARBOSA, Zulene. As “temporalidades” da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**, São Paulo, 2003.

BARBOSA, Zulene. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

BARROS, Guilherme. Pesquisa aponta retorno do otimismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 2009. Dinheiro, p. B2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 maio 2009.

BEHRING, Elaine; BOSCHETT, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BIBLIOTECA On Line das Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

BLOG DO COLUNÃO. Disponível em: <<http://www.walter-rodrigues.jor.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

BLOG DO DÉCIO SÁ. Disponível em: <<http://colunas.imirante.com/>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

BLOG DO GOJOBA. Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br/>>. Acesso em 30 jul. 2011.

BLOG DO JOHN CUTRIM. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/>>. Acesso em: 7 jun. 2009.

BLOG ECOS DAS LUTAS. Disponível em: <www.ecosdaslutas.blogspot.com>. Acesso em: 10 jun. 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da Comunicação: uma contribuição crítica. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, [s.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A reforma do modelo brasileiro de regulação das comunicações em perspectiva histórica. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 17, 2004.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007.

BRANDÃO, Selma Maria de Oliveira. A fome como uma expressão da questão social: indicações para o debate. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. **Anais...** São Luís: [s.n.], 2005. CD-ROM.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência social: do descontrole ao controle social debate. **Serviço Social e Sociedade**, Cortez, ano 26, n. 88, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO NETO, Gilvan: depoimento. [08 de julho de 2005]. São Luís: **A chegada da televisão em São Luís**. Entrevista concedida a Clodoaldo C. Garcez, José de Ribamar Ferreira Jr, Josely de Sousa Sodré e Patricia Liana M. de Azevedo.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: BUCCI, Eugênio et al (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. A relação Estado/sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, Cortez, ano 25, n. 77, 2004

COSTA FILHO, José Arnold da Serra: depoimento. [20 de julho de 2005]. São Luís: **A chegada da televisão em São Luís**. Entrevista concedida a Clodoaldo C. Garcez, José de Ribamar Ferreira Jr, Josely de Sousa Sodré e Patricia Liana M. de Azevedo.

COSTA, Wagner Cabral da (2001). **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia**: poder político e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: Edufma, 2009.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

DICIONÁRIO Priberan. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

DIFUSORA. Disponível em: <<http://www.sistemadifusora.com.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

DONOS da mídia. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2009.

DURAN, Sabrina. **Sou o que sou, e não outra coisa**. Disponível em: <<http://www.quadrante.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

ENGELS, Friedrich. **Acerca de la cuestion social en rusia**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

EPTIC. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 17 jun. 2009.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERREIRA, Luiz Alberto (2002). **O Movimento Republicano e a Gênese da Reestruturação Oligárquica no Maranhão (1888-1894)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia**: reestruturação produtiva sob o capitalismo global. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GALVAN, Cesare Guisepe. Economia política e comunicação: de Vico ao século XXI, uma arqueologia das últimas novidades. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de La información y Comunicación**, v. 11, n 1, enero/abr. 2009. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2009.

GILES, Thomas Robson. **Estado, Poder, Ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOVERNADORES do MA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HERSCOVICI, Alain. A economia política da informação, da cultura e da comunicação: questões metodológicas e epistemologia – uma apresentação geral. **Revista de economia política de las tecnologías de la información y comunicación**, v. 5, n. 3, sep./dec. 2003. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2009.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 13. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

HISTÓRIA da Rádio Educadora AM. Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TV Cidade. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TV Difusora. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>> Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TV Mirante. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TV Praia Grande. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TV São Luís. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

HISTÓRIA TVE. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília. Ano 3, n. 3, 2004.

IANNI, Octávio et al. Debate: Imperialismo e Globalização. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996.

IGREJA CATÓLICA. **Mater et Magistra** (1961). Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

IGREJA CATÓLICA. **Rerum Novarum** (1891). Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

IMIRANTE. Disponível em: <<http://www.imirante.com>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

IMPrensa brasileira faz 200 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO. **Os donos da mídia**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2009

INTERCOM. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

JORNAL PEQUENO – www.jornalpequeno.com.br Acesso em: 5 jun. 2009.

KOHAN, Néstor. **El Capital: historia y método** – uma introducción. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia da exclusão. In: KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KURTH, Estela. **Uma abordagem da economia política da comunicação no mercado de televisão do Rio Grande do Sul**, [ca. 2009], mimeografado.

LESSA, Sérgio. Beyond capital: Estado e capital. **Serviço Social e Sociedade**, Cortez, ano 19, n. 56, 1998.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Valéria Almada. Reforma do Estado e controle social: limites e possibilidades da descentralização e do “terceiro setor”. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, Edufma, v. 6, n. 2, 2002.

LIMA, Venício A. de. Globo e política: “tudo a ver”. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LÍRIO, Sérgio. Não tenho culpa. **Carta Capital**, 369 ed., nov. 2005.

LOPES, Josefa Batista. Questão social e políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA UM NOVO SÉCULO., 2000, Chile. Mimeografado.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, estado**. Tradução de Carlos Alberto Fernando Nicola Dastoli. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MAIA, Mara Jane Sousa. Os fatores sócio-políticos das concessões de rádio e televisão no Maranhão, período de 1985-1990. **Cambiassu: estudos em comunicação**, São Luís, Edufma, Ano 4, n. 5, 1993.

MARTINS, Franklin. Para que criar fantasmas? **Folha de São Paulo**, São Paulo, jun. 2009. Tendências e debates, p. A3 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCCHESNEY, Robert W. The political economy of communication and the future of the Field. **Media, Culture & Society**, v. 1, n. 22, SAGE Social Collections, 2000. Disponível em: <www.mcs.sagepub.com/>. Acesso em: 16 mar. 2009.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Denis. **O planeta mídia: tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra livre, 1998.

MOSCO, Vicent. La economía política de la comunicación: una actualización diez años después. Tradução de Maria Trinidad García Leiva. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 11, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, Ed. Cebela, v. 1, n. 1, 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 3, n. 3, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Quem canta de novo L'Internazionale?. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PASSINHO, Sandra R. de O. Marques. **Educação “fora do ar”**: uma análise da TVE maranhense nas reminiscências dos seus participantes. [s.l.]: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://etic2008.files.wordpress.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 109).

PEREIRA, Potyara A. P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais**. In: CFESS, ABEPSS, CEAD/UnB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. “Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 3, n. 3, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 10ª reimpressão.

PRÓ-TV – Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira. **60 anos de TV no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.museudatv.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2011

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**. 2 ed – São Paulo, Cortez, 2000.

RAMOS, Murilo César. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Org.). **Políticas de comunicação:** buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

REIS, Flávio. **O nó-cego da política maranhense.** [s.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em: < <http://ecosdaslutas.blogspot.com/2009/06/intelectuais-abordam-o-maranhao-ii.html>>. Acesso em: 4 jun. 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação:** questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Ática, 1989.

RUBIM, Albino. *Mídia*, política e eleições brasileiras de 1989 e 1994. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell; FAUSTO NETO, Antonio (Orgs.). **A encenação dos sentidos.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

RUBIM, Albino. *Mídia e Política: transmissão de poder.* In: MATOS, Heloíza (Org.) **Mídia, Eleições e Democracia.** São Paulo: Scritta, 1994.

RUBIM, Albino. Sociabilidade, Comunicação e Política: subsídios para uma alternativa teórica. **Textos de cultura e comunicação**, Salvador, 1992.

SANTOS, Suzy dos. CAPPARELLI, Sérgio. Coronelimso, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. (Org.). **Rede Globo:** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

SENADO Federal. Disponível em: < www.senado.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

SERRA, Sonia. **Vertentes da economia política da comunicação e pesquisa do jornalismo.** [s.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <www.ufgrs.br/>. Acesso em: 16 mar. 2009.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil:** Colônia, Império e República. 2. ed. [s.l.]: Moderna, 1988.

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. **Políticas de comunicação:** buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

SIMÕES, Cassiano; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. (Org.). **Rede Globo:** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **Diretos sociais:** afina do que se trata?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

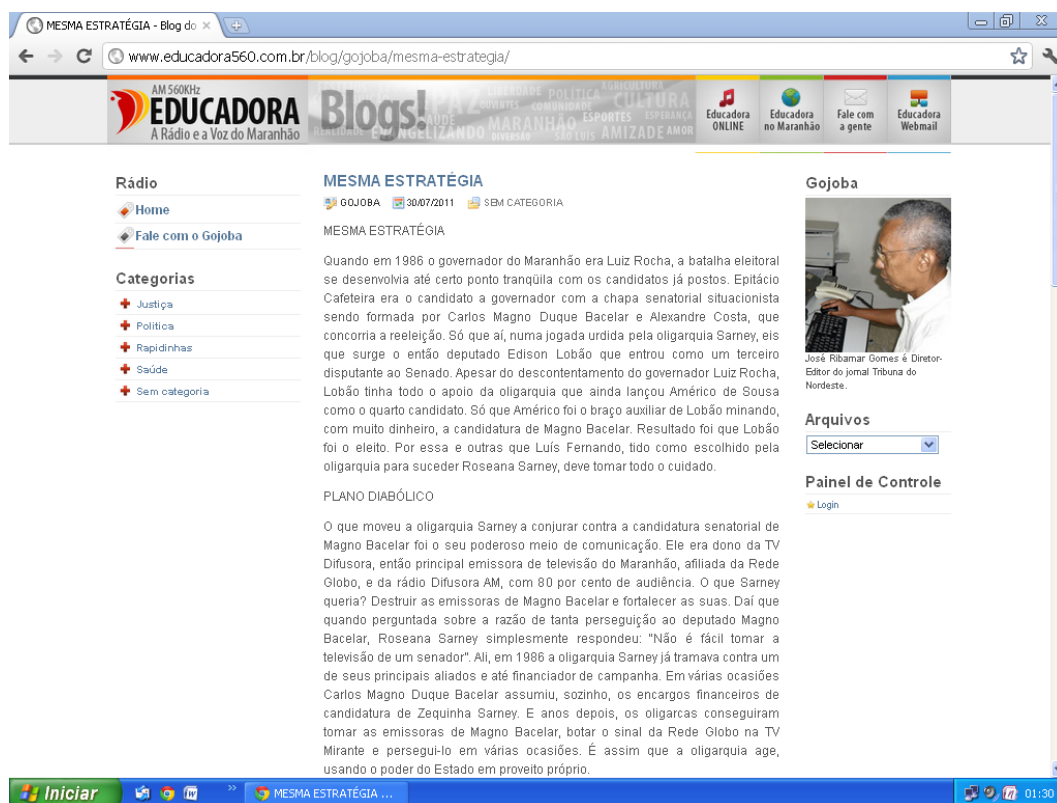
TERTO NETO, Ulisses Pereira. **Uma abordagem da luta social pelo acesso à justiça como expressão da questão social:** considerações preliminares. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2005. CD-ROM.

WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 3, n. 3, 2004.

ANEXOS

ANEXO A



MESMA ESTRATÉGIA

Mesma Estratégia

Quando em 1986 o governador do Maranhão era Luiz Rocha, a batalha eleitoral se desenvolvia até certo ponto tranqüila com os candidatos já postos. Epitácio Cafeteira era o candidato a governador com a chapa senatorial situacionista sendo formada por Carlos Magno Duque Bacelar e Alexandre Costa, que concorria a reeleição. Só que aí, numa jogada urdida pela oligarquia Sarney, eis que surge o então deputado Edison Lobão que entrou como um terceiro disputante ao Senado. Apesar do descontentamento do governador Luiz Rocha, Lobão tinha todo o apoio da oligarquia que ainda lançou Américo de Sousa como o quarto candidato. Só que Américo foi o braço auxiliar de Lobão minando, com muito dinheiro, a candidatura de Magno Bacelar. Resultado foi que Lobão foi o eleito. Por essa e outras que Luís Fernando, tido como escolhido pela oligarquia para suceder Roseana Sarney, deve tomar todo o cuidado.

Plano Diabólico

O que moveu a oligarquia Sarney a conjurar contra a candidatura senatorial de Magno Bacelar foi o seu poderoso meio de comunicação. Ele era dono da TV Difusora, então principal emissora de televisão do Maranhão, afiliada da Rede Globo, e da rádio Difusora AM, com 80 por cento de audiência. O que Sarney queria? Destruir as emissoras de Magno Bacelar e fortalecer as suas. Daí que quando perguntada sobre a razão de tanta perseguição ao deputado Magno Bacelar, Roseana Sarney simplesmente respondeu: “Não é fácil tomar a televisão de um senador”. Ali, em 1986 a oligarquia Sarney já tramava contra um de seus principais aliados e até financiador de campanha. Em várias ocasiões Carlos Magno Duque Bacelar assumiu, sozinho, os encargos financeiros de candidatura de Zequinha Sarney. E anos depois, os oligarcas conseguiram tomar as emissoras de Magno Bacelar, botar o sinal da Rede Globo na TV Mirante e persegui-lo em várias ocasiões. É assim que a oligarquia age, usando o poder do Estado em proveito próprio.

(**Blog do Gojoba**, 30/07/2011, Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br/> >)

ANEXO B



FERNANDO AGRADECE AO PAI POR TV
Outorga de emissora foi saudada com “obrigado, paizão”
 Rodrigo Rangel, BRASÍLIA

No telefonema ao filho Fernando, para tratar da nomeação do namorado da neta no Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) aproveita para dar uma boa notícia ao primogênito, encarregado de tocar os negócios da família. O senador diz a Fernando que tinha acabado de ser assinada, no Ministério das Comunicações, a outorga de mais uma repetidora da TV Mirante, a rede de televisão dos Sarney no Maranhão.

"Ontem foi assinado o negócio da TV de Estreito, a repetidora", diz Sarney. Fernando primeiro comemora. "Beleza, ótimo! Isso é uma boa notícia", diz o empresário. E, logo depois, agradece. "Ótima notícia, tá, paizão, obrigado."

O telefonema se deu no dia 2 de abril de 2008. Na mesma data, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, do PMDB de Sarney, assinou a portaria 145, que autorizou a TV Mirante a "executar o Serviço de Retransmissão de

Televisão [...] no município de Estreito, Estado do Maranhão". A tramitação do processo no ministério durou pouco mais de um ano. Teve início em 29 de março de 2007.

A portaria ampliou os domínios da Rede Mirante, afiliada da Rede Globo, que tem sede em São Luís e repetidoras espalhadas por todo o Maranhão. A família Sarney é dona do maior complexo de comunicação do Estado. Além da tevê, possui um jornal, várias emissoras de rádio e um portal na internet.

O Estado revelou em novembro de 2007 que 23 dos 81 senadores - quase um terço do total - aparecem como proprietários de empresas de rádio e TV. Entre os 23 parlamentares, uma pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), do Ministério das Comunicações, mostra que pelo menos 17 têm parentes na sociedade e na direção do negócio - filhos, irmãos, mulheres ou ex-mulheres

(Estadão.com – versão digital do jornal O Estado de São Paulo, 22/07/2009, Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>)

ANEXO C

Entrevista concedida por Coelho Neto (1953-2010), jornalista, professor do curso de Comunicação da UFMA e diretor de jornalismo da TV Difusora a Clodoaldo C. Garcez, José de Ribamar Ferreira Jr, Josely de Sousa Sodré e Patricia Liana M. de Azevedo para o trabalho “A chegada da televisão em São Luís” [08 de julho de 2005]



Foto: Blog do Décio Sá, capturada em:
<http://colunas.imirante.com/platb/decio/2010/01/08/adeus-a-coelho-neto/>

Equipe – Qual a primeira emissora a instalar-se em São Luís? Quando?

Coelho Neto – TV Difusora – canal 4, no ano de 1963.

Equipe – Como era o nome do fundador? E como ele conseguiu recursos para a implantação da emissora?

Coelho Neto – O nome do fundador é Raimundo Bacelar, que era deputado e tinha influência no rádio, atuava como diretor da rádio Difusora. Seu pai era coronel do município de Coelho Neto, que fica no leste maranhense, e sua família era ligada ao PSD. Ele era dono de 180 mil hectares de terra, indústria de açúcar, papelose, enfim era de família rica e influente.

Equipe – Qual o horário de transmissão da programação?

Coelho Neto – Nos primeiros cinco a dez anos, era transmitida das 18 horas às 22 horas.

Equipe – Onde foi o primeiro endereço?

Coelho Neto – No Edifício João Goulart, no 9º andar, no Centro da cidade.

Equipe – Nos anos após a instalação, quem tinha acesso a TV?

Coelho Neto – No início só a classe média e alta adquiriam o aparelho de TV. Alguns viajavam até o Rio de Janeiro para comprá-lo. A Casa Saldanha, iniciadora das vendas em São Luís, tinha disponível no dia da inauguração do canal apenas dois aparelhos, pois os mesmos eram de custo elevado. Criou-se o hábito do “televisinho”, uma TV era posta na rua para toda a vizinhança assistir.

Equipe – Como era distribuída a programação? A emissora retransmitiu programas de outra emissora?

Coelho Neto – Nos primeiros anos, no que eu chamo de primeira fase, a programação era ao vivo. Havia programas de humor, dramaturgia (peças encenadas), telejornais (notícias lidas), programas todos ao vivo. A produção era simples e tinha participação da platéia. Raimundo Bacelar, neste período, trazia filmes enlatados de sucesso, como Zorro e Guerra nas Estrelas. Depois passou a retransmitir programas de sucesso da Record, como Fino da Bossa e Jovem Guarda. Em um segundo momento, Bacelar comprava e trazia para cá tanto novelas da TV Tupi quanto os programas de sucesso da TV Record. Já na terceira fase, na década de 1970, a emissora filia-se à TV Globo, de Roberto Marinho, que era mais avançada. Daí em diante, a TV Difusora retransmitiria somente a programação da Globo. Nos anos 1990, passará a retransmitir o sinal do SBT.

Equipe – Como foi essa transferência da Globo para o SBT?

Coelho Neto – Uma verdadeira engenharia política, pois Magno Bacelar não queria se desfazer da televisão. Mas enfraquecido, foi aos poucos cedendo o controle acionário da TV. No que eu chamaria de “contrato de gaveta”, a emissora passou das mãos dele para o Francisco Coelho, que na verdade era o governador Luís Rocha, cerca de 30% das ações; depois para Willian Nagem, outro que não era dono, representava, de um lado, o governador Epitácio Cafeteira e, de outro, o empresário Fernando Sarney. William Nagem foi um sui generis caso de duplo “laranja” nos negócios da comunicação maranhense; e, por fim, para a família

Lobão. O acordo que selou a entrega para a família Lobão passou por Lobão abrir mão da TV Difusora retransmitir a Rede Globo, não criar problemas, passando para a TV Mirante. Com isso, William Nagem vende os 100% das cotas que tinha, na verdade de Cafeteira, eleito senador, e Fernando Sarney, para Edinho Lobão. Ele mantém consigo os 20% restantes, reivindicados para si para não sair sem nada diante dos serviços que prestou a Fernando Sarney. E também vende lá na frente essas cotas para a família Lobão. É assim que a Difusora passa da Globo para o SBT.

ANEXO D



FAMÍLIA SARNEY E ALIADOS ESTÃO ENTRE OS POLÍTICOS DONOS DO MAIOR NÚMERO DE TELEVISÃO E RÁDIOS DO PAÍS

Nos últimos 20 anos, o Grupo Sarney enriqueceu com o Sistema Mirante de Comunicação. A TV Mirante, por exemplo, que começou em 1983, com um capital social (o capital próprio aplicado pelos sócios) de R\$ 120 mil, hoje ostenta uma soma milionária.

São 8 milhões e 133 mil, bem divididos entre os três sócios, filhos do senador e escritor José Sarney (PMDB): o deputado federal Sarney Filho, a governadora Roseana Sarney e o empresário Fernando Sarney. Cada um com 2 milhões e 711 mil.

A alteração contratual que pulou dos meros 120 mil para o valor milionário está publicada no Diário Oficial do Senado Federal datado de Julho de 2004.

No mesmo Diário, consta ainda o projeto de decreto legislativo que aprova ato que renovou a concessão da Televisão Mirante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís (MA).

A outorga da Mirante só vence em 2014, diferentemente do caso da rádio Mirante AM e FM de São Luís e de Imperatriz, que funcionam de forma ilegal.

Desrespeito a Carta Magna do país

O enriquecimento do grupo Sarney chega de forma ilícita, uma vez que é proibido a políticos possuírem veículos de comunicação. Diz a Carta magna do país em seu artigo 54:

“... deputados e senadores não podem “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público” ou “ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”.

Mesmo assim, as empresas de comunicação do grupo Sarney mantêm-se sob o manto da impunidade, funcionando até hoje de forma irregular!

A família Sarney e alguns aliados (como o ministro Edson Lobão) reforçam substancialmente uma lista de 133 parlamentares eleitos para o biênio 2007-2010 que possuem alguma ligação com empresas de comunicação, sejam como donos ou tendo parente como dono.

Listagem de emissoras

A listagem de donos de rádios e TVs foi elaborada pela Agência Repórter Social, com base em informações do TSE, UNB e Instituto de Pesquisas e Estudos em Comunicação.

Entre os veículos citados como de propriedade da família Sarney e Lobão, estão:

Roseana Sarney

TV Mirante São Luís – São Luís (MA)

TV Mirante do Maranhão – Imperatriz

TV Itapicuru – Codó

Rádio Mirante AM – Caxias

Rádio Mirante AM – Pinheiro
 Rádio Mirante AM – Imperatriz
 Rádio Mirante FM – Timon
 Rádio Difusora FM – Timon
 Rádio Mirante FM 96,1 – São Luís (MA)
 Rádio Alecrim – Caxias (MA)
 Rádio Verdes Campos – Pinheiro (MA)

Sarney Filho

Mirante FM 96,1 – São Luís (MA)
 TV Mirante São Luís – São Luís (MA)

Ricardo Murad

Rádio Rio Jordão – Coroatá (MA)

Edson Lobão

TV Difusora – São Luís (MA)
 TV Difusora – Imperatriz (MA)
 Rádio Difusora FM – São Luís (MA)
 Rádio Difusora AM – São Luís (MA)
 Rádio Guajajara de Barra do Corda – Barra do Corda (MA)

Joaquim Haickel

TV Mirante – Santa Inês
 Rádio Mirante FM – Santa Inês
 Rádio 105 FM – São Luís
 Rádio 92 FM – São Luís

(**Blog do John Cutrim,**
 <<http://www.jornalpequeno.com.br>>)

02/04/2010,

Disponível

em:

ANEXO E



EX-ALIADO ANUNCIA DECLÍNIO DO GRUPO SARNEY
Congresso em Foco – 13/04/2006
 Sylvio Costa, BRASÍLIA

(Um assessor interrompe a conversa, e afirma: “Ele acabou com o mensalão da TV Globo”. José Reinaldo corrige: “Da Globo não, da TV Mirante”).

[Congresso em Foco] Como foi isso?

[Governador José Reinaldo Tavares] Tinha uma verba, desde o tempo da Roseana, que eu cortei: R\$ 700 mil por mês.

[Congresso em Foco] Verba de publicidade?

[Governador José Reinaldo Tavares] É, de publicidade. Devia ser, não é?

[Congresso em Foco] É ou não é de publicidade? Tinha veiculação publicitária ou não?

[Governador José Reinaldo Tavares] Era para veiculação publicitária. E aí, depois que cortei e eles entraram numa briga violenta comigo, nem campanha de utilidade pública eles aceitavam. Passaram a não aceitar mais publicidade do governo do estado.

[Congresso em Foco] E o senhor entrou na Justiça?

[Governador José Reinaldo Tavares] Entrei, a Globo interferiu, mandou veicular e nós veiculamos algumas campanhas de utilidade pública. Eles sempre dizem que não tem espaço na grade de programação, que não tem horário. Quando o Lula esteve lá, só apareceu a apresentadora falando para a minha imagem não ir ao ar. Eles tentam sufocar mesmo. Batem e não deixam nem o cara se defender. Eles me ameaçaram de morte, ameaçaram minhas filhas, tivemos que tirá-las de lá.

(Congresso em Foco, 13/04/2006 -
<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ex-aliado-anuncia-declinio-do-grupo-de-sarney/>)

ANEXO F



EDINHO LOBÃO NA CONJUNTURA Blogue do Colunão – 25/01/2008

[...] O mais perto que Lobão chegou dos sucessores, se considerada a repercussão política, foi quando permitiu que o filho adquirisse o controle da Rádio e Televisão Difusora, um negócio até hoje obscuro.

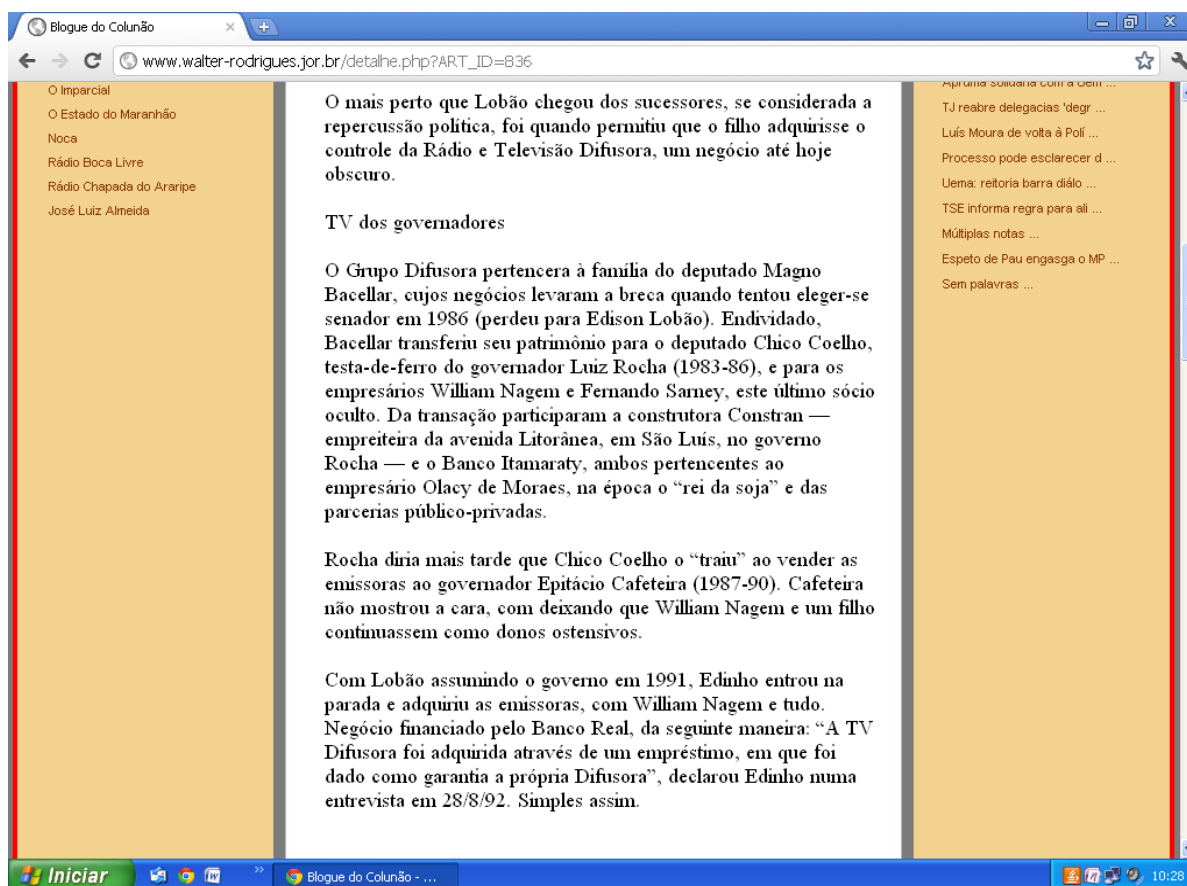
TV dos governadores

O Grupo Difusora pertencera à família do deputado Magno Bacellar, cujos negócios levaram a breca quando tentou eleger-se senador em 1986 (perdeu para Edison Lobão). Endividado, Bacellar transferiu seu patrimônio para o deputado Chico Coelho, testa-de-ferro do governador Luiz Rocha (1983-86), e para os

empresários William Nagem e Fernando Sarney, este último sócio oculto. Da transação participaram a construtora Constran — empreiteira da avenida Litorânea, em São Luís, no governo Rocha — e o Banco Itamaraty, ambos pertencentes ao empresário Olacy de Moraes, na época o “rei da soja” e das parcerias público-privadas.

Rocha diria mais tarde que Chico Coelho o “traiu” ao vender as emissoras ao governador Epitácio Cafeteira (1987-90). Cafeteira não mostrou a cara, deixando que William Nagem e um filho continuassem como donos ostensivos.

Com Lobão assumindo o governo em 1991, Edinho entrou na parada e adquiriu as emissoras, com William Nagem e tudo. Negócio financiado pelo Banco Real, da seguinte maneira: “A TV Difusora foi adquirida através de um empréstimo, em que foi dado como garantia a própria Difusora”, declarou Edinho numa entrevista em 28/8/92. Simples assim. [...]



(Blogue do Colunão, 25/01/2008, Disponível em: <<http://www.walter-rodrigues.jor.br/>>)